



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as, alterações legais corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____

CNPJ: nº _____

Endereço _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Nome da Pessoa responsável para contato _____

Declaro que recebemos através do acesso à página www.montecarmelo.mg.gov.br, nesta data, cópia do Edital e seus anexos, da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

Senhor licitante:

Visando comunicação futura entre o setor de Licitação e essa empresa, solicitamos preencher o presente recibo de entrega do edital e seus anexos e remeter à Comissão Permanente de Licitação por meio de Fax pelo fone (34)3842-5880, ou pelo e-mail: licitacaomontecarmelo@hotmail.com.br.

Iscleris Wagner Gonçalves Machado

Pregoeiro



EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, por meio do Setor de Licitações, através de seu Pregoeiro sua equipe de apoio designada Portaria nº 7334 de 03 de Janeiro de 2017, com autorização do Gestor do Departamento, de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Municipal nº 606 de 17 de Fevereiro de 2006, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, torna público aos interessados que no dia 30 de Junho de 2017 às 09:30 horas, na Sala de Licitações, situada a Praça Getúlio Vargas nº 242 - Centro, nesta cidade, estarão reunidos o Pregoeiro e sua Comissão de Apoio para proceder abertura dos envelopes contendo documentação e proposta orçamentária, para seleção de empresas visando a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo, sendo a presente licitação do tipo "Menor Preço por item".**

Os interessados deverão Protocolar os envelopes contendo a documentação e propostas até às 09:30 horas do dia 30 de Junho de 2017, no setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, situado à Praça Getúlio Vargas nº 272 – Centro – Monte Carmelo – MG.

01 - PREÂMBULO

1.1 - O presente procedimento licitatório é disciplinado pela Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Municipal nº 606 de 17 de Fevereiro de 2006, Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, e ainda no que couber pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e, pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

1.2 - Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo III - Modelo de Declaração de que não emprega Menor;

Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo contido no Anexo IV;

Anexo V – Modelo de Declaração de Opção pelo —Simples nacionall;

Anexo VI – Modelo de declaração de condição de ME ou EPP;

Anexo VII – Modelo de Análise Contábil- Financeira;

Anexo VIII – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IX – Modelo de Declaração de Idoneidade;



Anexo X – Modelo de Declaração de Visita Técnica;
Anexo XI – Minuta Contratual.

1.3 – DO OBJETO:

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo

1.4 – SISTEMAS:

1.4 – SISTEMA INTEGRADO

- 2 Sistema de compras;
- 3 Sistema de licitações;
- 4 Sistema de almoxarifado
- 5 Sistema de contabilidade pública e controle interno;
- 6 Sistema de folha de pagamento;
- 7 Sistema de tributação;
- 8 Sistema de importação e exportação de dados;
- 9 Sistema de protocolo de documentos;
- 10 Sistema de controle de aplicativos e permissões de usuários;
- 11 Sistema de atualização de versões;
- 12 Sistema de controle de frotas;
- 13 Sistema de controle de bens patrimoniais;
- 14 Sistema de controle de acessos;
- 15 Sistema de backup/Restore;
- 16 Sistema de aplicativos e permissões para assinatura digital;
- 17 Sistema de instrumentos de planejamento – PPA - LDO – LOA;
- 18 Sistema de controle integrado de acessos;
- 19 Sistema de portal da transparência e serviços de informação ao cidadão;
- 20 Sistema de nota fiscal eletrônica de serviços - NFES.
- 21 Sistema de gestão de educacional;
- 22 Sistema de cemitério.

2 – SERVIÇOS

- a) - Conversão de dados, implantação e capacitação dos usuários;
- b) - Manutenção legal e corretiva, necessária ao aprimoramento dos sistemas, durante o período contratual;
- c) - Suporte técnico operacional nos sistemas contratados, após a implantação dos mesmos;
- d) - Consultoria pós-implantação para a parametrização e configurações.

3 – SECRETARIA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Fazenda do Município de MONTE CARMELO – MG.

4 - DAS CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 – Este edital será publicado no site www.montecarmelo.mg.gov.br, no Jornal Oficial do Município, Jornal de Circulação Regional, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no Diário Oficial da União, podendo ser retirado diretamente na Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situada à Praça Getúlio Vargas, 242 – Centro, no horário compreendido entre 08:00 horas e 17:00 horas.



4.2 - Os casos omissos e as dúvidas relacionadas a este edital — expostos por escrito — serão respondidos pelo Pregoeiro, no horário compreendido entre 08:00 e 17:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, até 3 (três) dias antes do pregão.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas no Título IX, deste instrumento convocatório.

1.1 - Participam da Sessão Oficial do Pregão Presencial os representantes efetivamente credenciados.

2 - Não poderá participar da presente licitação a empresa que esteja:

2.1 - Os interessados que se encontrarem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio¹, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2 - Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

2.3 - Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

2.4 – Que tenha funcionário ou membro da Administração da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG - Estado de Minas Gerais, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico.

2.5 – Que não atenda a 100% (cem por cento) das exigências mínimas relacionadas no item 9 (nove) e seus subitens, do Termo de Referência.

3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, estará sujeito às penalidades cabíveis.

4 - Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pelo licitante, sob pena de responsabilidade administrativa e penal, na forma da legislação vigente.

5 – É obrigatória a visita técnica do licitante na Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, ocasião em que será fornecido aos interessados a declaração de visita técnica – Anexo XII, conforme edital.

5.1 – A finalidade da visita técnica é o conhecimento das áreas envolvidas no objeto desta licitação e suas estruturas organizacionais, a infraestrutura de hardwares e softwares existentes (rede, terminais, servidores, banco de dados e sistemas de programas de computador instalados), conhecer e dimensionar a demanda de treinamento e quantidade de servidores municipais a serem capacitados, necessários para realizar a implantação, assim como demais esclarecimentos que o licitante julgar necessários para elaborar sua proposta e futura execução do objeto da licitação.

5.2 – As visitas técnicas deverão acontecer até o dia anterior à data de abertura das propostas, devendo ser previamente agendadas no setor de licitações ou Centro de Processamento de Dados – CPD da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG.

¹Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Presencial em tela.



5.3 – O licitante deverá nomear um representante, por meio de documento, com autorização específica para realizar a visita técnica e receber a declaração de visita técnica.

6 – Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, e nem serão aceitas como forma a desobrigar a execução plena do objeto.

6 – DO CREDENCIAMENTO

- 1 - Proponente deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio por intermédio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame, venha a responder pela empresa licitante, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com foto.**
- 2 - O Credenciamento far-se-á por meio da apresentação de 01(Um) dos seguintes documentos:**
 - a) Instrumento Público de Procuração, com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente. Deverá ser apresentado também cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa com autenticação.**
 - b) Instrumento Particular, com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, conforme MODELO DE CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO - ANEXO III. Deverá ser apresentado também cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa com autenticação.**
 - c) Se o representante for Sócio ou Proprietário da empresa proponente, deverá apresentar cópia com autenticação do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.**
 - d) Para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) assim definidas, aquelas que se enquadram na Classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias; e ainda DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme modelo ANEXO VI.**

7 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DA PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO

7.1 - Para participar da presente licitação, o licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, 02 envelopes, fechados, contendo em suas partes externas o seguinte:



ENVELOPE Nº. 01: PROPOSTA COMERCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG

PROCESSO Nº. 108/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2017

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo

LICITANTE: (razão social da empresa) - CNPJ:

ENVELOPE Nº. 02: HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO - MG

PROCESSO Nº. 108/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2017

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo

LICITANTE: (razão social da empresa) - CNPJ:

8 – PROPOSTA COMERCIAL

1 - A proposta indicará o nome da empresa e deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente rubricadas em todas as páginas intermediárias e assinadas com o carimbo na última página por quem de direito, estando incluídas nas propostas todas as despesas previstas em leis sociais e trabalhistas, seguros, Taxas, ISSQN, ICMS, viagens, alimentação, estadia, transporte, impostos de qualquer natureza, lucro, e outros encargos porventura incidentes, assinadas pelo representante legal e/ou procurador da empresa, devendo abranger a licença de uso e serviços (capacitação, treinamento de pessoal e manutenção), conforme modelo de Proposta Comercial constante do Anexo VIII, em que conste:

2 – Detalhamento da proposta:

2.1 – Valor Unitário e global dos serviços de implantação e treinamento;

2.1.1 – Valor mensal e global dos serviços e licença e uso de software.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2017-2020

2.2 - Em anexo à Proposta de Preços (dentro do envelope) a empresa deverá apresentar o seguinte documento, sob pena de desclassificação:

2.2.1 - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo contido no Anexo IV;

3 - Os serviços de instalação, configuração, transferência e conversão dos dados do município, parametrização e adequação dos sistemas para as rotinas dos setores, treinamento dos usuários dos sistemas, manutenções e consultorias pós-implantação deverão ser apresentados em de acordo com o constante no anexo VIII, e consequentemente no valor total da proposta.

4 – A proposta e os lances apresentados pelo licitante deverão referir-se à integralidade do objeto, não se admitindo propostas para fornecimento parcial.

5 – As propostas deverão ser redigidas em língua portuguesa, admitindo-se o emprego de idioma estrangeiro para expressões técnicas de uso corrente em informática, desde que não cause interpretação errônea nos termos das propostas.

6 – Despesas com passagens, alimentação e hospedagem em decorrência de capacitação, treinamentos de pessoal e manutenções dos sistemas, deverão ocorrer no Município de Monte Carmelo - MG, por conta da empresa Contratada.

7 – A empresa classificada em primeiro lugar, deverá comprovar a critério da Comissão especialmente designada, na demonstração todas as funcionalidades do Sistema, com a finalidade de análise e avaliação dos requisitos técnicos mínimos exigidos no edital e seus anexos com vistas à conclusão do processo de adjudicação e homologação.

7.1 – O município poderá, além da apresentação prevista no subitem anterior, solicitar simulações de operação dos sistemas, com fornecimento de dados fictícios integrantes das rotinas dos setores que terão as implantações dos sistemas licitados.

7.2 – O não atendimento, a contento, das apresentações ensejará a desclassificação do licitante e convocação do segundo classificado e assim sucessivamente, salvo tratar-se de rotina específica do município, quando então determinará prazo para sua implantação.

8 – Poderão ser anexados à proposta comercial folhetos, catálogos, folders ou prospectos ilustrativos, referentes aos sistemas ofertados.

9 – Os preços ofertados deverão estar em conformidade com o objeto desta licitação, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com até duas casas decimais.

10 – A proposta comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.1 – Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

10.2 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

10.3 – Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse do município.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2017-2020

10.4 – A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

11 – Toda especificação estabelecida para o objeto licitado será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

12 – O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no pregão presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

13 – O preço deverá ser proposto considerando-se a execução dos serviços licitados na sede da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, nele incluídos os valores de quaisquer despesas relativas à mão-de-obra, encargos previdenciários e trabalhistas, tributos e outras despesas, além do lucro.

13.1 – Em nenhuma hipótese será pago qualquer valor a título de hora técnica e/ou outro que não seja aquele definido na proposta.

14 – O encaminhamento da proposta comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste edital e seus anexos.

15 – Após a apresentação da proposta comercial não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

16 – O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno porte (EPP), art. 3º. da Lei Complementar nº. 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei citada, deverá declarar no **Credenciamento** e através de declaração, sua condição de ME, MEI ou EPP.

16.1 – O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

17 – O licitante a que se refere o subitem 16 (dezesseis) deverá apresentar Declaração de Opção pelo — Simples Nacional, conforme modelo constante do Anexo V, anexada ao **Credenciamento**.

18 – O sistema informará a proposta de menor valor por item, imediatamente após o encerramento da etapa de lances e identificará o licitante que estiver nas condições de ME ou EPP.

19 – Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da lei Complementar nº. 123/06.

20 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

20.1 – A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada, para no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

20.2 – Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

20.3 – Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer o seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 12, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.



20.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, o Pregoeiro realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que poderá apresentar novo lance.

20.5 – Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

20.6 – Será classificado em primeiro lugar o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, ofertar o menor valor por item.

21 – O Pregoeiro poderá ofertar contra proposta diretamente ao licitante que tiver apresentado o lance de menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação.

9 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - No envelope nº. 02 (habilitação), o licitante deverá apresentar para fins de habilitação no presente pregão, os seguintes documentos:

2 - Habilitação Jurídica, Fiscal

2.1) - **Contrato social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; quando se tratar de empresa pública será apresentada cópia das leis que a instituiu;**

2.2) - **Cédula de Identidade dos sócios da empresa (RG);**

2.3) - **Cadastro de pessoas físicas dos sócios da empresa (CPF);**

2.4) - **Comprovante de Inscrição do CNPJ;**

2.5) - **Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);**

2.6) - **Certidão negativa de débitos junto ao FGTS;**

2.7) - **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, incluindo os Débitos Previdenciários;**

2.8) - **Certidão negativa de débitos junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;**

2.9) - **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);**

2.10) - **Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 90 (Noventa) dias corridos anteriores à data da licitação.**

3 – Qualificação Técnica:

3.1 - Declaração expressa de que o licitante não emprega Menor, assinada pelo representante legal do licitante, conforme Anexo III



3.2 - Declaração do licitante, sob as penas da lei, de que não foi declarado inidônea e/ou suspensão para licitar e contratar com a administração pública, conforme modelo do Anexo IX, assinada por representante legal do licitante;

3.3 - Termo de Visita Técnica, fornecido pelo Centro de Processamento de Dados - CPD da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG comprovando que o interessado realizou a visita técnica, tornando conhecimento de todas as informações e das condições locais (de redes, equipamentos, localização), para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

3.4 - Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a cessão e/ou licença de uso, dos sistemas integrados de gestão pública, objeto da presente licitação, com indicação clara de que atende as exigências do projeto SICOM DO TCE-MG (Acompanhamento Mensal, Balancete Contábil, Folha de Pagamento, Dcasp) e contempla o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

3.5 - O(s) atestado(s) de capacidade técnica mencionado no subitem 3.6 deverá (ão) atestar todos os aplicativos que compõem o objeto desta licitação, para o qual apresentar proposta, podendo, também, serem apresentados tantos atestados quantos necessários para abranger todos os sistemas desta licitação;

3.6 - Declaração de disponibilidade de pessoal qualificado para atender o objeto desta licitação e na conversão de dados, implantação, treinamento dos usuários, manutenção legal e corretiva, suporte operacional, consultoria pós-implantação e atualização de versões, tendo em vista os dispostos no anexo X;

4 - Qualificação Econômico-Financeira:

4.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2016), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro indicador que o venha substituir.

4.1.1 - Se necessário a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

4.1.2 - As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do Último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

Observação:

Serão considerados aceitos como na forma de lei o Balanço Patrimonial (Inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) - publicados em Diário Oficial; ou
- b) - publicados em Jornal; ou
- c) - por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- d) - por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

4.1.3 - Os documentos relativos ao subitem 4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador, ou, mediante publicação no órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade —CRC— são indispensáveis.



4.1.4 – A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto licitado em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no artigo 65, I, e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

5 — Análise Contábil-financeira com todas as informações ali contidas, que são indispensáveis ao atendimento do item 4.1 acima disposto.

5.1 — A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Seca, Liquidez Corrente (LC), Solvência Geral (SG) e Índice de composição de capitais, resultantes da Análise Contábil-Financeira, constante do Anexo VII.

5.2 — Será considerada apta financeiramente a empresa que atingir os índices mínimos = 1,0, referente aos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Seca (LS), Liquidez Corrente (LC), Índice de Composição de Capitais. Quando à Solvência Geral (SG) deverá ser maior que 1,0.

5.3 - As empresas com menos de um exercício financeiro deverão apresentar balanço de abertura ou último balanço patrimonial levantando, conforme o caso;

5.4 – Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentadas:

- a) publicados no diário oficial; ou
- b) publicados em jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na junta comercial da sede ou domicílio do licitante; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro diário, devidamente autenticado na junta comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro Órgão equivalente, inclusive com os termos de abertura e de encerramento;

5.5 - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo de imprensa e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no conselho regional de contabilidade — CRC — são indispensáveis;

5.7 — Caso as declarações exigidas deste item não tenham sido assinadas por sócio gerente ou diretor da empresa, identificado no ato constitutivo da mesma, deverão ser acompanhadas de procuração que conceda poderes ao signatário das declarações.

5.8 — O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

6. - O Pregoeiro poderá efetuar consulta ao site da Receita Federal na *internet* para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**, em observância à Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação.

6.1 - Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativos/comprovantes da situação do licitante que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

7. - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela *internet*.

7.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, após a protocolização;



7.2 - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

8. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura do Pregão.

9. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

10 - A Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, deverá apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

11 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do município, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos negativos.

12 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

13 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

14 – A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo facultado ao (a) Pregoeiro (a) convocar os licitantes submeter o processo à Autoridade competente para revogação.

10 – DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO

1 – As 9:30 horas do dia 30 de Junho de 2017 na sala de licitações da Secretaria Municipal de Fazenda após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

2 – Classificação das Propostas Comerciais

2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

2.2 - O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor valor global aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), para participarem dos lances verbais.

2.3 - Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

3 – Lances Verbais

3.1 - Aos licitantes classificados será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.



3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

3.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

4 – Julgamento

4.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**

4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

4.2.1 - Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor valor por item e o valor estimado da contratação.

4.2.2 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3 - Sendo aceitável a oferta de menor valor por, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

4.4 - Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

4.5 - Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.

4.6 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido melhor preço.

5 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

6- Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes julgados desclassificados os envelopes — **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**.

7 – O licitante declarado vencedor terá o prazo de 02 (dois) dias a contar da ata de sessão de julgamento de propostas para realizar demonstração do software na sede da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG para que a Comissão possa verificar a conformidade de sua proposta com os requisitos do edital nos termos do art. 43, inciso IV da Lei Federal n. 8.666/93.

11 – DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.



2 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato da sessão de julgamento de proposta do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

4 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 03 (três) dias.

5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1 - Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13 - CONTRATAÇÃO

1 - Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme Minuta Contratual - Anexo XI e proposta aceita.

2 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato.

3 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

4 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação.

5 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

6 - Se a empresa considerada vencedora deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pela Administração Pública Municipal, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e mesmas condições estabelecidas na sua proposta, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7 - A Administração poderá suprimir ou acrescentar o objeto licitado em até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, a seu critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

14 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2017-2020

1 – Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação, a Secretaria Municipal de Fazenda, observadas os artigos 67 a 70 da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações.

2 – A contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento da fiscalização na execução do contrato, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

3 – A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG reserva-se o direito de não receber serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93.

4 – As decisões, comunicações, ordens ou solicitações deverão se reverter, obrigatoriamente da forma escrita e obedecer às normas emanadas pela Prefeitura.

15 – DO PAGAMENTO

1 – Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta licitação, serão efetuados mensalmente, pela Secretaria Municipal de Fazenda da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, no mês subsequente ao dos serviços prestados, por processo legal, após a devida comprovação da prestação dos serviços nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, em até 30 (trinta) dias úteis.

2 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

3 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4 – Além do cumprimento das obrigações supracitadas, a realização do pagamento ficará condicionada:

4.1 – Apresentação de atestado expedido pela Secretaria ordenadora da despesa que comprove a efetiva e satisfatória prestação dos serviços objeto do presente edital.

4.2 – Apresentação dos comprovantes de regularidade relativos à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado.

16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.20.20.00.04.123.4001.00.2.185.3.3.90.39.00.00.100 – Ficha 171 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

17 – DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1 – Ocorrendo desequilíbrio no mercado econômico, os preços poderão ser atualizados comprovadamente através de planilha, observando o disposto do inciso II Art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, combinado com o inciso III Art. 55 e inciso II alínea —dII do Art. 65 do referido diploma legal.

1.1 – A atualização dos preços será concedida mediante solicitação da **EMPRESA** em tempo hábil e posterior análise do pedido feito pela **PREFEITURA**.

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



1 - O adjudicatário que, convocado dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, segundo resultar apurado em processo regular pela autoridade competente, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Monte Carmelo - MG e será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei do Pregão (10.520/2002) pelo prazo de 02 (dois) anos, além de sujeitar-se às multas previstas neste edital e no termo de contrato, bem como às demais cominações legais.

2 - Assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, serão aplicadas ao contratado, total ou parcialmente inadimplente, as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a saber:

- a) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Monte Carmelo - MG, por prazo não superior a dois anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associarem-se à prática de ilícito penal.

3 - A penalidade estabelecida na letra (b), do item 2 (dois) poderá ser cumulada com qualquer das demais.

4 - O valor de multa aplicada será descontado de eventuais créditos que tenha o contratado em face do contratante, sem embargo deste rescindir o contrato e/ou cobrá-lo judicialmente.

19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

2 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

3 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes — Proposta Comercial de licitantes inabilitados.

4 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

5 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

6 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

6.1 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio;



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2017-2020

6.2 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

7 – Todas as decisões referentes ao presente processo de licitação pública serão publicadas no site www.montecarmelo.mg.gov.br, no Jornal Oficial do Município, Jornal de Circulação Regional, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no Diário Oficial da União.

8 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

9 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Monte Carmelo - MG revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

10 – A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

11 - Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo –MG reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

12 - Este edital acha-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, www.montecarmelo.mg.gov.br, no Jornal Oficial do Município, Jornal de Circulação Regional, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no Diário Oficial da União, podendo ser retirado diretamente na Secretaria Municipal de Fazenda.

13 - Os casos omissos e as dúvidas relacionadas a este edital — expostos por escrito — serão resolvidos pelo Pregoeiro, no horário compreendido entre 08:00 e 17:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, até 3 (três) dias antes do pregão.

14 - Fica eleito o foro da Comarca de Monte Carmelo – MG, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Monte Carmelo/MG, 16 de Junho de 2017.

Paulo Rodrigues Rocha
Secretário Municipal de Fazenda

Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

Descrição do item:

Item	Un	Qtde.	Especificação	Valor unitário máximo permitido	Valor Total
01	SE	01	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, TREINAMENTOS, MANUTENÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS. DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DESTE TERMO DE REFERENCIA.	R\$ 112.500,00	R\$ 112.500,00
02	SE	12	LICENÇA DE USO DO SOFTWARE INTEGRADO CONTÍNUO. DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DESTE TERMO DE REFERENCIA.	R\$ 49.000,00	R\$ 588.000,00
Total					R\$ 700.500,00

Valor total Estimado para esta contratação: R\$ 700.500,00 (Setecentos Mil e Quinhentos Reais), conforme orçamentos constantes neste processo.

1– INTRODUÇÃO:

Esse Termo possui o objetivo de estabelecer o conjunto de definições, especificações, normas, padrões e critérios para a locação de sistema integrado, de gestão da administração pública, visando a modernização dos procedimentos necessários e adequados para o melhor atendimento da população do município de Monte Carmelo - MG.



É de fundamental importância que a Administração Pública Municipal esteja preparada para dispor permanentemente de dados e informações básicas que permitam analisar a situação socioeconômica e seu processo de desenvolvimento no atendimento das necessidades da população e das organizações sociais.

Disso, decorre a necessidade de uma ampla e criteriosa reformulação para instalar, implantar e parametrizar o sistema de informações e dados, estabelecendo procedimentos eficazes.

O sistema integrado de gestão que se pretende contratar deve atender às necessidades institucionais do Município, identificando, de modo realista e abrangente, o perfil de profissionais exigidos por empresa e/ou organização que sejam ágeis, eficientes e produtivas.

As locações dos sistemas propostos neste Termo de Referência compõem o sistema básico de informatização de um modelo de gestão democrática integrada. Expansões futuras para informatização de outras funções de governo serão recomendadas em fases posteriores. Nesse momento, os sistemas contemplados consistem em prioridades para a implantação.

Nesse sentido torna-se clara a importância do ambiente computacional em que se darão as consultas a banco de dados, as análises e a produção de informações com vistas à sustentação das tomadas de decisões em todos os campos de atuação do Poder Executivo Municipal. Esse ambiente será constituído do cabeamento da rede de comunicação de dados, de computadores com as configurações mais adequadas, dos dispositivos de armazenamento e roteamento, além de todos os programas necessários ao funcionamento integrado.

Uma das características do sistema de informações a ser adquirido é o da utilização de um sistema de gerenciamento de Banco de Dados Relacional (SGBDR), implementado em um servidor. O volume de informações a ser tratado por este sistema é imenso, exigindo em matéria tanto de hardware quanto de software, soluções compatíveis com esta demanda. Portanto, a solução almejada foi proposta em função da disponibilidade e desempenho, devido à natureza segura e estável que estes sistemas deverão proporcionar.

2 – DA MODALIDADE:

A modalidade indicada para a realização do certame será o pregão presencial, em virtude de já estar pacificado o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, dentre eles o posicionamento exarado no Processo nº 812.154/2009, que entendeu não ser cabível para a contratação de objeto dessa espécie, a modalidade “técnica e preço”, pois ainda que seja complexo, e ainda que necessite de adaptações das soluções já existentes, não trata de serviços em que a arte e racionalidade humanas são essenciais para sua execução satisfatória. Trata-se de locação de sistema de informática que se pressupõe existência no mercado.

A consolidação do referido entendimento pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pode ainda ser constatado no Acórdão nº 237/2009, que assim expôs:

“Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia de informação geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos e a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. Logo, via de regra, esses bens e serviços devem ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão.”

3 – INVIABILIDADE TÉCNICA DE PARCELAMENTO DO OBJETO:

O objeto descrito neste Termo de Referência deve ser integrado e possuir total compatibilidade entre os módulos do sistema de gestão pública, razão pela qual, o certame terá como critério de julgamento o menor preço global.



A motivação dessa decisão está no fato, de que no setor público, os benefícios trazidos pelo uso da tecnologia são refletidos para toda população, haja vista que a atuação dos órgãos governamentais costuma gerar efeitos de maior amplitude sobre o dia a dia das pessoas.

A padronização dos módulos contribui para a redução de custos em todas as atividades da área: nos sistemas, e nas suas versões, pois reduz o número de interfaces e tamanho da equipe, e nas áreas de operação, atendimento, treinamento e suporte, via a padronização de processos.

4 – OBJETIVOS:

O objetivo geral a ser alcançado com a referida contratação previsto neste Termo de Referência é o fortalecimento da capacidade de gestão da Prefeitura Municipal de MODELO.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) Implantação de um processo de gestão integrada do desenvolvimento econômico, social, ambiental com a consolidação do sistema municipal de planejamento;
- b) Capacitação técnica de pessoal para o planejamento, execução, manutenção e expansão do ambiente computacional da Prefeitura Municipal de MODELO;
- c) Institucionalização da gestão democrática do território;
- d) Otimização no processo de gestão de informações municipais;

5 – OBJETO:

A locação de um sistema lógico composto de aplicativos de gestão para utilização integrada de dados, realização de consultas, produção de informações envio de dados ao TCE-MG, através do programa SICOM e demais órgãos do Governo Federal.

O sistema deverá estar em conformidade com uma série de pré-requisitos de origem técnica e funcional, citadas nos demais itens deste Termo de Referência. Juntamente com o sistema, estão sendo requisitados treinamento e capacitações para os usuários dos módulos.

6 – METODOLOGIA EMPREGADA:

Para atingir os objetivos descritos neste documento, o projeto prevê a participação da contratada na conversão dos dados existentes em meio magnético, com posterior conferência e consistência. O Projeto prevê também a atuação da contratada de forma direta no processo de implantação e capacitação, com o compromisso de garantir à equipe local a autonomia necessária para a manutenção e ampliação do uso da tecnologia na Prefeitura Municipal de MODELO.

A empresa contratada deverá atuar também como consultora no desenvolvimento de uma metodologia para a inclusão, na base de dados do sistema de administração pública a ser contratado, de informações atualmente existentes apenas em documentos impressos.

Os dados e informações necessários serão disponibilizados pela Prefeitura Municipal de MODELO, cabendo à empresa contratada importá-los de acordo com os bancos de dados existentes no Município. Aquelas informações não existentes nos bancos de dados e necessárias para a realização do objetivo proposto serão digitadas pela equipe da Prefeitura Municipal, a fim de alimentar o sistema contratado.

7 – PADRÕES DE QUALIDADE



A Contratada deve executar os serviços de implantação, conversão e treinamento obedecendo:

- a) As normas técnicas aplicáveis;
- b) Fornecer identificação funcional individualizada de seus empregados para o controle de acesso interno das instalações da Prefeitura Municipal.

8 – ETAPAS DE TRABALHO:

8.1 - 1ª etapa: Conversão e conferência da base de dados para o novo sistema:

- a) Conversão e importação dos dados existentes para a base de dados do novo sistema, seguida de conferência e consistência dos dados, de acordo com relatórios e/ou livros, balancetes, balanços ou outros documentos apresentados e assinados pelos responsáveis;
- b) Desenvolvimento da metodologia para a complementação da base de dados com novos elementos, constantes em documentos em meio magnéticos, ou não, a serem disponibilizados para importação e/ou digitação, por parte da empresa vencedora e, os documentos não disponibilizados para importação apresentados pela Prefeitura Municipal de MODELO;
- c) Capacitação da equipe técnica da Prefeitura Municipal de MODELO para assimilar, de forma correta, o novo modelo de sistema a ser implantado e metodologia desenvolvida.

8.2 - 2ª etapa: Instalação do Sistema de Administração Pública:

- a) Instalação e configuração das versões Server dos sistemas no servidor da Prefeitura Municipal de MODELO;
- b) Instalação e configuração das versões cliente do sistema nas estações de trabalho;
- c) Instalação e configuração do ambiente de trabalho da Prefeitura Municipal de MODELO, quanto ao sistema de Administração Pública.

8.3 - 3ª etapa: Treinamento dos servidores da Prefeitura Municipal de MODELO no uso do *software*:

- a) Os treinamentos e capacitações devem ser reconhecidos como oficiais e apresentar resultados práticos dos conhecimentos adquiridos pelos servidores treinados, medido através de testes de avaliação aplicado pela contratada com posterior certificação, cujo conteúdo ministrado será a correta utilização do sistema para a entrada de dados, consulta, processamento e emissão de relatórios;

- b) Os treinamentos das equipes de servidores da Prefeitura Municipal deverão seguir os seguintes critérios:

8.3.1 - A contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento para a Equipe de implantação, abrangendo os níveis técnico e funcional;

8.3.2 - Deverá apresentar o Plano de Treinamento para os Usuários Finais, abrangendo os níveis funcional e gerencial;

8.3.3 - Os Planos de Treinamento devem conter os seguintes requisitos mínimos:

- a) Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- b) Público alvo;
- c) Conteúdo Programático;
- d) Material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas documentação técnica, etc.
- e) Carga horária de cada módulo de treinamento;
- f) Processo de avaliação de aprendizado;
- g) Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, software, filmes, slides, livros, fotos, etc.)



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Licitações
Administração 2017-2020

8.3.4 - O treinamento para o nível técnico deve abranger todos os módulos implantados.

8.3.5 - As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais que 05 (cinco) participantes.

8.3.6 - Apresentar proposta para a realização dos treinamentos que:

8.3.6.1 - Caberá a Contratada o fornecimento de todo mobiliário e equipamentos de informática quando realizado nas instalações da Prefeitura Municipal;

8.3.6.2 - As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como hospedagem, transporte, diária, etc, serão de responsabilidade da Contratada.

8.3.6.3 - Os equipamentos disponíveis serão no mínimo cinco conjuntos de microcomputadores completos para cada turma, fornecidos pela Contratante durante todo o período de treinamento.

8.3.6.4 - Deverá haver disponibilidade de uma impressora, na sala de treinamento, para testes de relatórios.

8.3.6.5 - **Será fornecida Certificação aos participantes que tiverem comparecido a mais de 70% das atividades de cada curso e/ou treinamento/capacitação, contendo ainda no referido certificado a sua nota e aproveitamento obtidos nos testes e avaliações realizadas.**

8.3.6.6 - Os treinamentos devem ser realizados na Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, salvo em caso de impossibilidade devidamente justificada e comprovada pela empresa, quando então a Prefeitura de Monte Carmelo disponibilizará outro local.

SISTEMAS CARACTERIZAÇÃO GERAL:

9 - Requisitos mínimos e obrigatórios:

9 - REQUISITOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS
ESPECIFICAÇÕES
9.1 - Ambiente <i>client-server</i> ;
9.2 - Rodar em servidores Windows Server 2000 ou superior;
9.3 - O software deve executar em plataforma de banco de dados relacional, deverá ser totalmente gratuito, com limite mínimo do tamanho de armazenamento de dados ILIMITADOS;
9.4 - Desenvolvido em interface gráfica;
9.5 - Controle de acesso aos módulos através de usuários e senhas;
9.6 - Garantir a integridade referencial entre as tabelas tanto na aplicação quanto pelo banco de dados;
9.7 - Atualização automática dos módulos tanto no servidor quanto nas estações usuárias, no caso de atualização de versões;
9.8 - Módulo de backup automático, podendo ser realizado o backup da base de dados quantas vezes for necessário, conforme determinado pela contratante.
9.9 - Utilizar-se de apenas um Banco de Dados que contempla a solução completa do sistema, exceto os aplicativos Web;
9.10 - Uso do <i>e-token</i> para assinatura digital.
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA:
Licenciamento de cópias da solução de software completa para instalação e utilização em servidores e estações de trabalho sem custo adicional a CONTRATANTE, com exceção do sistema operacional.



A comunicação entre os servidores e estações deve utilizar o protocolo TCP/IP.
O software básico complementar necessário à perfeita execução dos sistemas ofertados no ambiente descrito deverá ser relacionado pela licitante, à aquisição de toda e qualquer licença ou cessão de uso de software necessário para a execução do sistema licitado é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, com exceção do sistema operacional.
O Banco de dados deverá ser de fácil instalação e dispensa as configurações do avançadas Windows.
As transações no sistema, preferencialmente, devem ficar registradas permanentemente com a indicação do usuário, data, hora exata, <i>hostname</i> e endereço IP, informação da situação antes e depois, para eventuais necessidades de auditoria posterior.
Possuir uma interface amigável e de fácil configuração evitando que seja necessário um funcionário com conhecimento sobre o banco utilizado.
Deverá operar por transações (ou formulários 'on-line') que, executam ou registram as atividades administrativas básicas. Os dados recolhidos em uma transação deverão ficar imediatamente disponíveis em toda a rede, em um servidor central. Isto significa que cada dado deverá ser recolhido uma única vez, diretamente no órgão onde é gerado. As tarefas deverão ser compostas por telas gráficas específicas. Os dados transcritos pelos usuários deverão ser imediatamente validados e o efeito da transação deverá ser imediato.
Segurança de Acesso e Rastreabilidade.
As tarefas deverão ser acessíveis somente a usuários autorizados especificamente a cada uma delas. Para cada tarefa autorizada, o administrador de segurança deverá poder especificar o nível do acesso (somente consulta ou também atualização dos dados).
Deverá operar por transações (ou formulários 'on-line') que, executam ou registram as atividades administrativas básicas. Os dados recolhidos em uma transação deverão ficar imediatamente disponíveis em toda a rede, em um servidor central. Isto significa que cada dado deverá ser recolhido uma única vez, diretamente no órgão onde é gerado. As tarefas deverão ser compostas por telas gráficas específicas
Segurança de Acesso e Rastreabilidade.
As tarefas deverão ser acessíveis somente a usuários autorizados especificamente a cada uma delas. Para cada tarefa autorizada, o administrador de segurança deverá poder especificar o nível do acesso (somente consulta ou também atualização dos dados).
As principais operações efetuadas nos dados deverão ser registradas em cada usuário, através de logs, de forma a possibilitar auditorias futuras.
Quanto ao acesso aos dados, o gerenciador deverá oferecer mecanismos de segurança que impeçam usuários não autorizados de efetuar consultas ou alterações em algumas telas de forma seletiva.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO - APLICATIVOS INTEGRADOS SISTEMA DE COMPRAS:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Possuir mecanismos automáticos de controle da numeração das solicitações, dos processos administrativos de compras, das autorizações de fornecimento de materiais/serviços e procedimentos internos com numeração sequencial em ordem crescente;
- 2) - Possuir mecanismos que permitam o controle de todas as compras já efetuadas e a efetuar, a fim de se poder determinar a modalidade de compra a ser realizada em cada processo administrativo;
- 3) - Possuir mecanismos que obriguem o Comprador a obedecer ao percentual determinado pelo Controle Interno, de aumento admitido para cada processo administrativo;
- 4) - Possuir mecanismos que delimitem automaticamente a classificação orçamentária da despesa, diminuindo a ocorrência de erros na definição das dotações orçamentárias;



- 5) - Possuir mecanismos que possibilitem ao Controle Interno, intervir no processo de compra, de maneira que somente possam prosseguir com sua autorização;
- 6) - Possuir mecanismos que impeçam a abertura de processos administrativos de compra sem a reserva prévia de dotação orçamentária, independentemente do valor ou da origem da despesa;
- 7) - Possuir mecanismos que efetuem o empenho automaticamente no ato da realização das despesas;
- 8) - Possuir mecanismos que efetuem o estorno das reservas de dotações automaticamente, no ato da geração dos empenhos;
- 9) - Possuir mecanismos que impeçam que um Servidor, de uma determinada Secretaria, gere empenho em dotação de outra Secretaria, sem que exista permissão para tal finalidade;
- 10) - Possuir mecanismos que permitam à Administração, vetar a solicitação de compra de materiais/serviço, em função de qualquer motivo relevante;
- 11) - Possuir mecanismos que permitam à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;
- 12) - Possuir mecanismos que registrem todas as ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc) e o conteúdo dos campos.
- 13) – Possuir mecanismos que controle os valores acumulados dos recursos orçamentários para fins de escolha de modalidade de compras e/ou licitações;
- 14) - Possuir mecanismos para auxiliar efetuar a reserva de dotação orçamentários para todas as solicitações realizadas;

SISTEMA DE LICITAÇÃO:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Possuir mecanismos que verifiquem e julguem a validade dos documentos apresentados, habilitando ou não os proponentes, conforme estabelecido no Edital;
- 2) - Possuir mecanismos que possibilitem receber recursos administrativos e julgá-los durante as fases de realização do certame licitatório;
- 3) - Possuir mecanismos que verifiquem e julguem as propostas apresentadas por item ou globais, conforme estabelecido no Edital;
- 4) - Possuir mecanismos que possibilitem contratar com outro proponente que não tenha sido o vencedor, desde que devidamente justificado e formalizado o processo;
- 5) - Possuir mecanismos que gerem os relatórios e/ou formulários exigidos ao certame licitatório e permitam ao usuário efetuar quaisquer adequações aos mesmos antes de sua impressão, através de editor de textos próprio, integrado à Aplicação;
- 6) - Possuir mecanismos que permitam ao usuário definir novos relatórios, e/ou formulários, do certame licitatório, bem como alterar os existentes utilizando-se de editor de textos próprio, integrado à Aplicação;



- 7) - Possuir editor de texto próprio integrado à Aplicação, com recurso de justificação automática de texto e de geração automática de relatórios;
- 8) - Possuir mecanismos que impeçam a realização do certame licitatório sem a devida reserva de dotação orçamentária, pelo valor estimado da contratação, exceto quando se tratar de Registro de Preços;
- 9) - Possuir mecanismos que permitam à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;
- 10) - Possuir mecanismos que registrem todas as ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc.) e o conteúdo dos campos;
- 11) - Possuir mecanismos que impeçam a realização de certame licitatório sem a formalização do processo administrativo.
- 12) – Possuir mecanismos que gere automaticamente os Empenhos e Autorizações de Fornecimento sem a necessidade de importar e/ou buscar informações que exija a intervenção do servidor;
- 13) – Possuir mecanismos de exportação e importação de itens com a finalidade de agilizar o processo de cotação;

SISTEMA DE ALMOXARIFADO:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Possuir mecanismos de classificação de materiais, por grupo e subgrupo;
- 2) - Possuir mecanismos que permitam a incorporação automática dos materiais permanentes no cadastro do patrimônio, em decorrência da entrega dos bens (liquidação), bem como sua contabilização nas contas patrimoniais e de variação;
- 3) - Possuir mecanismos que registrem automaticamente o último custo praticado para cada item;
- 4) - Possuir mecanismos que possibilitem o atendimento parcial de requisições;
- 5) - Possuir mecanismos que possibilitem a transferência de material de um almoxarifado para outro;
- 6) - Possuir mecanismos que impeçam a entrada de materiais com valores diferentes daqueles previamente empenhados;
- 7) - Possuir mecanismos que impeçam a entrada de materiais em quantidades diferentes daquelas solicitadas;
- 8) - Possuir mecanismos que permitam à Administração, vetar a requisição de materiais em função de qualquer motivo relevante;
- 9) - Possuir mecanismos que gerem a nota de liquidação de despesa, automaticamente, quando da entrada dos materiais de consumo e permanentes, no almoxarifado;
- 10) - Possuir mecanismos que permitam ao usuário reajustar o preço dos itens quando necessário;
- 11) - Possuir mecanismos que permitam à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;



12) - Possuir mecanismos que registrem todas as ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc) e o conteúdo dos campos.

SISTEMA DE CONTABILIDADE E CONTROLE INTERNO:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Possuir integração com outros Aplicativos do Sistema, de forma a permitir receber os lançamentos dos mesmos automaticamente, sem a necessidade de retrabalho;
- 2) - Possuir mecanismos que permitam a elaboração do Plano Plurianual de Governo, Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;
- 3) - Possuir mecanismos que permitam a elaboração de Planos de Trabalho visando a celebração de convênios;
- 4) - Possuir mecanismos que permitam o controle de Convênios a partir do Plano de Trabalho;
- 5) - Possuir mecanismos que não permitam o pagamento de despesas sem a devida liberação pelo Controle Interno;
- 6) - Possuir mecanismos que possibilitem ao Controle Interno, intervir nos processos de realização das despesas, de maneira que somente possam ser efetivadas após concluída as fases de controle prévio e concomitante;
- 7) - Possuir mecanismos que não permitam o lançamento de empenhos manualmente;
- 8) - Possuir mecanismos de bloqueio de lançamentos, em meses já fechados contabilmente;
- 9) - Possuir mecanismos que permitam efetuar conciliações das contas bancárias e demonstre os cheques em trânsito;
- 10) - Possuir mecanismos que permitam à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;
- 11) - Possuir plano de contas PCASP;
- 12) – Gerar todos os relatórios a que se refere a Lei Federal nº 4.320/64, em vigor.
- 14) – Gerar e exportar os arquivos (AM – Balancete Contábil) ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- 15) – Gerar e exportar o DCASP;
- 16) – Gerar e exportar os relatórios do PCA;
- 17) – Gerar e exportar os relatórios do SICONFI;

SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO:



Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Possuir mecanismos que permitam efetuar os empenhos da Folha de Pagamentos automaticamente, no Aplicativo “Contabilidade Pública”, sem a necessidade de nenhuma intervenção de importação e/ou exportação;
- 2) - Possuir mecanismos que gerem automaticamente, as guias de receita vinculadas aos empenhos;
- 3) - Possuir mecanismos que gerem automaticamente, as despesas extras orçamentárias vinculadas aos empenhos gerados;
- 4) - Possuir mecanismos que permitam o controle de afastamentos, inclusive por CIO (Código Internacional de Doenças), acompanhando a emissão de Atestados Médicos, expedidos por profissional de saúde;
- 5) - Possuir consulta que permita, em uma única janela abranger todo o histórico do funcionário, como cálculo de férias, períodos aquisitivos e evolução funcional;
- 6) - Possuir mecanismos que registrem todas as ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc) e o conteúdo dos campos.
- 7) – Possuir mecanismo que gere as folhas de pagamento de acordo com a legislação do Município;

SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO:

CADASTRO IMOBILIÁRIO:

Este Módulo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Possuir mecanismos que permitam efetuar os lançamentos de débitos e créditos, automaticamente, no Módulo da Contabilidade;
- 2) - Possuir cadastro único para proprietários e compromissários, a fim de se evitar duplicidade de informações;
- 3) - Possuir mecanismos que permitam efetuar o cadastramento de todas as testadas existentes em um imóvel;
- 4) - Possuir mecanismos que permitam efetuar a consulta analítica de todas as parcelas geradas pelo IPTU;
- 5) - Possuir mecanismos para o cálculo do IPTU;
- 6) - Possuir mecanismos que permitam à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;
- 7) - Possuir mecanismos que registrem todas as ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc.) e o conteúdo dos campos.

CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ISSQN:



Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Possuir mecanismos que permitam efetuar os lançamentos de débitos e créditos, automaticamente, no Módulo da Contabilidade;
- 2) - Possuir cadastro único para proprietários e sócios, a fim de se evitar duplicidade de informações;
- 3) - Possuir mecanismos que permitam efetuar o cadastramento das mais variadas taxas aos contribuintes do ISSQN;
- 4) - Possuir mecanismos que permitam efetuar o cadastramento dos sócios aos estabelecimentos que contribuem com o ISSQN;
- 5) - Possuir mecanismos para o cálculo do ISSQN;
- 6) - Possuir mecanismos que permitam à Administração, determinar as permissões de cada usuário dentro da Aplicação;
- 7) - Possuir mecanismos que registrem todas as ações dos usuários dentro da Aplicação, contendo informações como: rotinas em que o usuário efetuou modificações, tabela que foi modificada, chave de acesso à tabela, identificação do usuário, data e hora da modificação, número do IP da máquina que originou a modificação, tipo de operação efetuada (inclusão, alteração, exclusão, etc) e o conteúdo dos campos.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DADOS:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Exportar arquivos para prestação de contas do TCE/MG, SIACE PCA, SIACE LRF, SICOM
- 2) - Exportar arquivos com informações mensais e anuais, em meio magnético, para DIRF, RAIS, SEFIP, CAGED e PIS/PASEP;
- 3) Montar arquivos magnéticos de IPTU, para emissão de carnês;
- 4) - Montar arquivos de exportação dos valores da Folha, para pagamento dos funcionários, dentro dos padrões bancários;

SISTEMA DE PROTOCOLO DE DOCUMENTOS:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Protocolar toda a solicitações dirigidas à administração pública, oriunda de qualquer fonte, cadastrando por tipos de processo, com a documentação necessária;
- 2) - Permitir o controle de prazos de arquivamento dos processos;
- 3) - Permitir a visualização do percurso das solicitações protocoladas e a informação do tempo de trâmite em cada secretaria;
- 4) - Permitir a emissão de etiquetas com o número do processo aberto, assunto do mesmo, a data e o nome do solicitante;
- 5) - Controlar tabelas de valores de taxas que precisem ser cobradas no trâmite do processo;
- 6) - Permitir arquivo de processos, principalmente na fase de finalização;



- 7) - Permitir integração com os Aplicativos da Tributação, para processos que envolvam solicitações de informações sobre bens imóveis, por exemplo;
- 8) - Permitir consultas relativas ao andamento de um determinado processo, utilizando-se de várias formas de pesquisa;
- 9) - Permitir um gerenciamento dos processos, em qualquer fase em que eles estejam, de tal maneira que se consiga localizá-los e obter as suas situações, a qualquer instante;
- 10) - Possibilitar a emissão de comprovantes de encaminhamento, na abertura de uma solicitação protocolada;
- 11) - Permitir imprimir Alvarás de diferentes naturezas, com toda segurança e confiabilidade;
- 12) - Possibilitar encaminhamento de processos por vários caminhos de entrada, ou ainda centralizado;
- 13) - Manter histórico de cada processo, para futuras referências;
- 14) - Permitir consultar e imprimir processos que já estejam arquivados;
- 15) - Permitir fazer comentários, e/ou observações, relativos a um processo qualquer e que constem do nome e setor dos responsáveis, assim como a data;
- 16) - Cadastrar de forma ordinária e parametrizada, toda e qualquer solicitação;

SISTEMA DE CONTROLE DE APLICATIVOS E PERMISSÕES DE USUÁRIOS:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Permitir controlar os tipos de acesso que um usuário pode fazer dentro das Aplicações, como "Incluir", "Excluir", "Alterar" e "Excluir", dentre outros;
- 2) - Identificar cada usuário dentro de um Grupo, permitindo assim um controle mais refinado do nível de acesso que ele pode ter numa Aplicação;
- 3) - Identificar um usuário através de um nome de acesso e um código numérico, facilitando uma pesquisa no Cadastro;
- 4) - Permitir consultas num Cadastro de todos os Formulários do Sistema hospedeiro;
- 5) - Permitir consultas no Cadastro do Sistema hospedeiro, através dos nomes e dos códigos dos Usuários;
- 6) - Permitir consultas a arquivos de registros de Segurança do Sistema hospedeiro;
- 7) - Permitir fazer consultas e manutenções num Cadastro de Versões das Aplicações, indicando também o Status das mesmas. Por aqui se deve verificar qual é a última Versão em que uma Aplicação se encontra;
- 8) - Permitir o controle dos endereçamentos dos Bancos de Dados da Entidade hospedeira e dos endereçamentos das Aplicações;
- 9) - Permitir o controle dos níveis de atualização dos Bancos de Dados, utilizados pelas Aplicações. Por aqui se deve conseguir saber qual o nível de atualização do Banco de Dados para uma determinada Aplicação;



- 10) - Permitir controlar todas as estações de trabalho que acessam o Sistema hospedeiro, abrindo qualquer Aplicação, através dos nomes delas e de um código numérico;
- 11) - Permitir o controle de acessos às Aplicações através dos nomes das estações de trabalho: qual máquina pode acessar o quê;
- 12) - Permitir o Gerenciamento de Usuário através de janelas com botões "Incluir", "Alterar", alteração de "Senha" e "Inativar", para tirar um usuário da ativa.

SISTEMA DE ATUALIZAÇÃO DE VERSÕES:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Permitir tranquilidade nas atualizações das Aplicações, bastando colocá-lo no ar para que se tenha a última versão de uma determinada Aplicação, através de sincronismos nas execuções de rotinas que permitam isto;
- 2) - Executar com precisão a sua função de Atualização, tomando como base um arquivo de controle, onde ele pode buscar os registros das novas versões a serem atualizadas;
- 3) - Permitir que se abra, automaticamente, uma conexão remota, que ligue a Entidade onde ele está executando, com o ambiente central de desenvolvimento de programas, quando este for o caso, onde ele possa ler o arquivo de controle e buscar a última versão do Executável, a qual ele deve colocar no ambiente da Entidade;
- 4) - Permitir que se guarde uma cópia de segurança do Executável que está no “Servidor” e que vai ser substituído, como retaguarda, para o caso de uma finalização indesejada;
- 5) - Permitir atualizar o Banco de Dados, guardando o número da nova versão que foi atualizada. Assim ele pode permitir que cada estação de trabalho que abrir aquela Aplicação possa ter a mesma atualizada, neste momento, em seu ambiente;
- 6) - Permitir atualizar quantas Aplicações forem necessárias, numa mesma execução, sempre tomando como base o arquivo de controle;
- 7) - Mostrar mensagens das etapas dos processamentos, indicando cada fase que se encontra em andamento, na Atualização.

SISTEMA DE CONTROLE DE FROTAS:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Permitir o cadastramento de todas as máquinas e veículos da frota municipal;
- 2) - Permitir o gerenciamento da quilometragem e abastecimento da frota;
- 3) - Permitir o gerenciamento da documentação dos veículos, dos seguros obrigatórios e dos facultativos;
- 4) - Permitir o controle do abastecimento em postos internos e externos;
- 5) - Permitir o cadastramento de condutores e documentação;
- 6) - Fazer a integração com o Aplicativo de “Patrimônio”, para o registro dos bens patrimoniais;



- 7) - Permitir a emissão de relatórios de abastecimentos, por unidade orçamentária;
- 8) - Permitir a emissão de relatórios de requisições baixadas;
- 9) - Permitir o gerenciamento de infrações de trânsito;
- 10) – Possuir mecanismos para liquidação de empenhos;
- 11) – Possuir mecanismos para controle de quantidade de combustíveis de acordo com cada empenho emitido.

SISTEMA DE CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Permitir cadastrar bens móveis e imóveis através do cadastro de itens do Aplicativo "Almoxarifado e Compras";
- 2) - Permitir o cadastramento por lotação orçamentária e localização dos bens patrimoniais;
- 3) - Permitir obter a relação de bens incorporados e desincorporados no exercício;
- 4) - Permitir a baixa dos bens desincorporados por alienação, roubo, etc;
- 5) - Permitir a transferência e empréstimo de bens entre setores;
- 6) - Permitir o lançamento automático da incorporação do bem no ambiente de Patrimônio, através de aquisição pelo Aplicativo "Gestão de Estoques e Processos de Compras";
- 7) - Permitir a avaliação (apreciação e depreciação) dos bens patrimoniais;
- 8) - Emitir relatório de bens por localização;
- 9) - Permitir a emissão do termo de responsabilidade sobre os bens;

SISTEMA DE CONTROLE INTEGRADO DE ACESSOS:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Ser a única via de acesso a qualquer Aplicação integrante do Sistema, o que permite segurança total de que não haverá acesso indevido a alguma Aplicação;
- 2) - Possuir um mecanismo de busca de todos os Bancos de Dados que o usuário poderá acessar na sua execução e colocá-los numa lista de escolha, na sua janela;
- 3) - Checar, no Banco de Dados, o nome, a senha e a data de expiração da senha do usuário que vai abrir uma Aplicação;
- 4) - Abrir uma lista com os nomes das Aplicações que o usuário poderá acessar, depois de checadadas as suas condições iniciais;
- 5) - Permitir que o usuário abra quantas Aplicações ele precisar, uma a uma, sem que ele tenha que abrir novamente este Módulo;
- 6) - Checar no Banco de Dados, a última versão atualizada da Aplicação que o usuário pediu, antes de abri-la;



- 7) - Atualizar a versão local da Aplicação, na estação de trabalho do usuário, se a versão registrada no Banco de Dados, estiver atualizada, em relação a ela, para que o usuário tenha sempre a última versão atualizada da Aplicação;
- 8) - Permitir que se abra, automaticamente, uma conexão remota, que ligue a estação de trabalho do usuário com o Servidor, onde este Módulo deverá buscar a última versão da Aplicação, que o usuário quer abrir;
- 9) - Emitir mensagem de aviso ao usuário, informando o motivo de não abrir a Aplicação que ele quer acessar, quando as condições iniciais não forem atendidas;
- 10) - Controlar para que, quando o usuário quiser abrir uma outra Aplicação, logo após a primeira, sem fechar este Módulo, a lista com os nomes das Aplicações fique desabilitada e seja exigida a senha novamente;
- 11) - Checar se a sua versão foi atualizada no Banco de Dados;
- 12) - Possuir um mecanismo de auto atualização para quando a sua versão estiver atualizada no Banco de Dados, de tal maneira que, ele abra a Aplicação que o usuário pediu e saia do ar passando o controle para uns programas atualizadores, que deve residir no mesmo endereço dele;
- 13) - Permitir que o seu programa atualizador atualize a sua nova versão, na estação de trabalho que o usuário está utilizando e devolva o controle para esta sua nova versão, abrindo a sua janela minimizada, com os mesmos dados, do usuário, que existiam na janela da versão anterior;

SISTEMA DE BACKUP E RESTORE:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Fazer um gerenciamento extenso de erros, gerando mensagens que serão enviadas para a console do Sistema e, em casos de riscos que possam provocar uma interrupção da execução, o Módulo **“BACKUP”**, deve enviar também mensagens para um endereço de “e-mail”, o qual a própria “Entidade” deve fornecer. Ele deve fazer cálculos do espaço em disco disponível pra ele trabalhar e, quando detectar que vai faltar espaço, deve enviar as mensagens para o “e-mail” fornecido. Em caso de impossibilidade da execução do **“BACKUP”** com sucesso, ele deve enviar mensagem para toda a rede da instalação, informando que houve falha na execução do Módulo.
- 2) - O Módulo **“MANUTENÇÃO”** deve permitir fazer verificações periódicas na “Base de Dados”, mantendo uma constante observação do estado de “saúde” da mesma, identificando erros que possam existir e que possam trazer problemas de todo tipo no futuro. Erros mais simples, o próprio Módulo deve recuperá-los, mas quando forem mais graves ele deve gerar um arquivo com o tipo do erro e sua quantidade.
- 3) - O Módulo **“RESTORE”** deve permitir, com simplicidade, restaurar uma *Cópia de Segurança* da Base de Dados que, por algum motivo, tenha ficado corrompida. Ele deve fazer isto com segurança tal que não seja possível corromper a Base que está no ar, em funcionamento, mesmo que se execute o Módulo na mesma pasta em que ela está. O Módulo deve gerar um arquivo de “Log”, com a descrição de cada passo do procedimento, permitindo que se verifique a ocorrência de erros durante a execução. No final da execução ele deve informar, na própria janela, o horário de início e final do processo, incluindo ainda o tempo de duração total do mesmo.
- 4) - O Módulo **“BACKUP”** deverá ainda fazer controle de datas de execuções. Para isto, ele deverá guardar no “Banco de Dados”, a data da execução que ele está realizando e sempre checar a data anterior, pra identificar se o “Sistema” está sem “Cópias de Segurança”.



- 5) – Trabalhar com a utilização de um *arquivo de controle*, aonde ele busca várias das informações de que ele precisa. Aí devem estar registrados os endereços de “*e-Mails*” do *Cliente*, pra atender a necessidade de envio das mensagens de erros ocorridos, além dos endereços de *Destinos*, aonde ele deve guardar cópias do arquivo de “*Backup*” gerado.
- 6) - O Módulo “**RESTORE**” deve gerar um arquivo de “*Log*” com todas as informações da máquina que o executou, além de enviar um “*e-Mail*” pra um endereço determinado, com o mesmo arquivo de “*Log*”.
- 7) - O Módulo “**RESTORE**” deve identificar a “*Cópia de Segurança*” gerada, com o seu “*Nome*” original, seguido da “*Data*” da execução no formato “DDMMAAAA” e do horário no formato “HHMMSS”. O arquivo de “*Log*” deve conter a “*Data*” e o horário no mesmo formato.
- 8) - O Módulo “**BACKUP**” deve avisar o responsável, local, pelo *Gerenciamento da Base de Dados*, com quinze dias de antecedência, sobre a possibilidade de faltar espaço em disco para suas execuções futuras.
- 9) - O Módulo “**MANUTENÇÃO**” deve gerar um arquivo de “*Log*” com as informações dos erros encontrados: as suas identificações e as suas quantidades. Mesmo que ele não encontre erros na “*Base de Dados*”, ele deve gerar este arquivo com conteúdo em branco.
- 10) – Poder ser executado em qualquer endereço.

SISTEMA DE CONTROLE DE APLICATIVOS E PERMISSÕES DE USUÁRIOS PARA ASSINATURA DIGITAL:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Controle de usuário *e-token*;
- 2) - Cadastro do usuário liberado para assinar um tipo ou tipos de documento;
- 3) - Registro dos *e-tokens* autorizados e configurados para cada usuário e tipo de assinatura;
- 4) - Controle de documentos assinados digitalmente;
- 5) - Cadastro dos tipos de documentos que serão assinados digitalmente;
- 6) - Cadastro do tipo de assinante: Ordenador, Contador, Almoxarife, Controlador Interno;

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTOS – PPA – LDO - LOA

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

- 1) - Possuir mecanismos que permite efetuar a inclusão das receitas para cada um dos quatro anuênios em do PPA em elaboração.
- 2) - Possuir mecanismos que permite efetuar a transposição em percentual sobre o primeiro ano para o segundo das receitas e assim para os demais subsequentes.
- 3) - Possuir mecanismos que permite efetuar a inclusão dos programas de governo com suas respectivas descrições, objetivos, justificativas.
- 4) - Possuir mecanismos que permite efetuar a inclusão dos projetos/atividades dentro de cada programa de governo com suas respectivas descrições, finalidades, produtos, meta física, unidades de medida e indicadores para cada um dos quatro anos do PPA em elaboração.
- 5) - Possuir mecanismos que permite efetuar a inclusão/exclusão/alteração das fichas da despesa para cada um dos quatro anos.



6) - Possuir mecanismos que permite efetuar a emissão dos relatórios do PPA.

7) - Possuir mecanismos que permite efetuar o atendimento Pleno dos arquivos de Instrumento de Planejamento (IP) do SICOM – TCE-MG

SISTEMA CONTROLE INTEGRADO DE ACESSOS”:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

1) - Ser a única via de acesso a qualquer Aplicação integrante do Sistema, o que permite segurança total de que não haverá acesso indevido a alguma Aplicação;

2) - Possuir um mecanismo de busca de todos os Bancos de Dados que o usuário poderá acessar na sua execução e colocá-los numa lista de escolha, na sua janela;

3) - Checar, no Banco de Dados, o nome, a senha e a data de expiração da senha do usuário que vai abrir uma Aplicação;

4) - Abrir uma lista com os nomes das Aplicações que o usuário poderá acessar, depois de checadas as suas condições iniciais;

5) - Permitir que o usuário abra quantas Aplicações ele precisar, uma a uma, sem que ele tenha que abrir novamente este Módulo;

6) - Checar no Banco de Dados, a última versão atualizada da Aplicação que o usuário pediu, antes de abri-la;

7) - Atualizar a versão local da Aplicação, na estação de trabalho do usuário, se a versão registrada no Banco de Dados, estiver atualizada, em relação a ela, para que o usuário tenha sempre a última versão atualizada da Aplicação;

8) - Permitir que se abra, automaticamente, uma conexão remota, que ligue a estação de trabalho do usuário com o Servidor, onde este Módulo deverá buscar a última versão da Aplicação, que o usuário quer abrir;

9) - Emitir mensagem de aviso ao usuário, informando o motivo de não abrir a Aplicação que ele quer acessar, quando as condições iniciais não forem atendidas;

10) - Controlar para que, quando o usuário quiser abrir uma outra Aplicação, logo após a primeira, sem fechar este Módulo, a lista com os nomes das Aplicações fique desabilitada e seja exigida a senha novamente;

11) - Checar se a sua versão foi atualizada no Banco de Dados;

12) - Possuir um mecanismo de auto atualização para quando a sua versão estiver atualizada no Banco de Dados, de tal maneira que, ele abra a Aplicação que o usuário pediu e saia do ar passando o controle para uns programas atualizadores, que deve residir no mesmo endereço dele;

13) - Permitir que o seu programa atualizador atualize a sua nova versão, na estação de trabalho que o usuário está utilizando e devolva o controle para esta sua nova versão, abrindo a sua janela minimizada, com os mesmos dados, do usuário, que existiam na janela da versão anterior;

SISTEMA DE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Este Módulo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:

1 – DETALHAMENTO DA RECEITA POR:

Receita orçada;



Receita arrecadada por mês;
Receita arrecadada acumulada;

1 – DETALHAMENTO DA DESPESA POR:

Receita arrecadada atualizada;
Órgão;
Secretaria;
Unidade;
Sub-Unidade
Função;
Sub-Função;
Programa;
Projeto/Atividade;
Empenhos.

2 – DETALHAMENTOS DAS LICITAÇÕES POR:

Detalhamento das informações de planejamento e financeira;
Instrumentos de planejamento (PPA-LDO-LOA);
Balancetes da receita e despesa;
Relatórios bimestrais da execução orçamentária (RREO);
Relatório de gestão fiscal (RGF);
Balanço Patrimonial;
Anexos dos gastos com Educação e Saúde.

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (NFS-e)

O módulo de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) deverá obrigatoriamente atender no mínimo aos seguintes requisitos:

Acesso em ambiente seguro HTTPS, utilizando-se de login e senha do contribuinte;
Obrigatório acesso ao sistema através de Certificado Digital ICP-Brasil;
Emissão por meio de acesso “on-line”;
Só poderá ter acesso ao sistema o contribuinte autorizado a utilizar o serviço;
Permitir que as NFS-e sejam emitidas das seguintes formas: digitação, importação por arquivo (txt e xml) e via web-service;
Validar a assinatura digital dos arquivos enviados via web-service;
O sistema de NFS-e deverá possuir, na sua emissão, todas as informações previstas no modelo do SPED Fiscal;
Permitir que o emitente da NFS-e informe em campos específicos os tributos federais: COFINS, CSLL, PIS, IRPJ, INSS e outros quando necessário;
Permitir que o emitente informe em campos específicos o percentual de retenções federais incidentes na NFS-e;
Permitir que o emitente informe em campos específicos o total de impostos federais e municipais incidentes na NFS-e;
Possibilitar a validação da consistência das informações declaradas tais como atividade, alíquotas e valor tributável e CNPJ ou CPF do tomador do serviço;
Envio de NFS-e por e-mail com a indicação de um link e em XML assinado digitalmente para garantia das informações contidas no mesmo;
Consulta as NFS-e emitidas e canceladas;
Permitir o bloqueio da emissão da NFS-e;
Permitir a descrição do serviço prestado utilizando no mínimo 2000 (dois mil) caracteres;
Emissão de NFS-e personalizada com a logomarca da empresa prestadora;



Possuir dispositivo para o cancelamento da Nfs-e pelo próprio prestador, obedecendo um prazo máximo pré-estabelecido, informando o motivo do cancelamento. A NFS-e deve constar no sistema com a indicação de que o documento se encontra cancelado, além do tomador do serviço ser informado automaticamente do cancelamento via e-mail, caso o mesmo tenha sido informado na emissão;

Deverá estar integrada ao Livro Fiscal Eletrônico do ISSQN, onde a emissão gera automaticamente sua escrituração, agilizando o cumprimento das obrigações principal e acessória;

Possuir funcionalidade para envio posterior da NFS-e por e-mail ao tomador do serviço ou qualquer destinatário informado;

Permitir reimpressão da NFS-e individualmente ou em lote;

Exportação em XML das Notas Fiscais Eletrônicas emitidas, sendo o arquivo assinado digitalmente de modo a garantir a segurança das informações;

Importação e processamento de arquivo RPS;

No caso de importação, o sistema deverá possuir um dispositivo de verificação do arquivo a ser importado apontando os erros do arquivo de RPS, onde não poderá permitir, no mínimo: importação em duplicidade do mesmo arquivo, duplicidade do número do RPS, CPF/CNPJ inválidos, data de emissão inferior a última NFS-e emitida;

Validar a assinatura digital, padrão ICP-Brasil, dos arquivos XML importados;

Deverá constar no corpo da NFS-e emitida a indicação do local de recolhimento do ISSQN, conforme legislação vigente;

Possuir mecanismo para verificar a autenticidade da NFS-e emitida sem a necessidade de estar logado ao sistema;

Permitir a escrituração automática da Nfs-e emitida no livro fiscal do tomador do serviço quando o mesmo for do município;

Possuir dispositivo QR CODE na impressão da Nfs-e que permita verificar sua autenticidade de forma automática, contendo informações do prestador, tomador, data, número da nfse;

Deverá ser demonstrada a emissão da NFS-e através de empresas com regime de tributação variável, fixo (autônomo), MEI, ME-EPP optante do simples nacional e ME-EPP não optante do simples nacional, além da emissão da NFS-e através de empresa de construção civil.

No caso da emissão da NFS-e através de empresa de construção civil, deverá constar na nota fiscal a identificação da obra.

O cadastro de obra deverá estar disponível ao contribuinte no módulo de emissão da NFS-e e no módulo de escrituração fiscal de serviço prestado.

Permitir que os prestadores de serviços efetuem o cadastramento de suas obras e registrem, todos os documentos fiscais de materiais adquiridos para serem empregados em suas obras, bem como a transferência de materiais entre obras;

Permitir o cadastramento de obras executadas pela empresa;

Permitir o registro de entrada de materiais incorporados às obras;

Permitir o registro de entrada de materiais em estoque;

Permitir o registro de transferência de materiais entre estoque/obras e obras/obras;

Permitir o acompanhamento do saldo de materiais incorporados à obra X deduções utilizadas na NFS-e;

Permitir a importação por arquivo dos materiais incorporados à obra;

Restringir que ao emitir uma NFS-e de alguma atividade relacionada a construção civil, o contribuinte só possa indicar a dedução referente a materiais utilizado no serviço caso informe o código da obra, A.R.T. ou C.E.I., previamente cadastrado no sistema, ao qual a obra se refere;

As informações mínimas necessárias para o cadastro de obra são:

Identificar se a obra está localizada dentro ou fora do município;

Endereço do local da obra contendo, no mínimo: logradouro, número, bairro, cidade, estado e CEP;

Nome ou razão social do proprietário da obra;

CPF ou CNPJ do proprietário da obra;

Data de início da obra;

A.R.T. / C.E.I.;



Deverá ser permitido ao prestador cadastrar mais de uma obra para o mesmo tomador.
O cálculo do ISSQN deverá respeitar as características tributárias da empresa emissora da NFS-e e o local de recolhimento do imposto, conforme legislação vigente.
Oferecer sistema de emissão de RPS off-line, para que o contribuinte autorizado a emitir NFS-e possa gerar o RPS sem ter o acesso à internet.
Contemplar as funcionalidades por webservice de: geração de NFS-e, recepção e processamento de lotes de RPS, consulta de NFS-e por RPS, consulta de Lote de RPS, consulta de NFS-e – serviços prestados, consulta de NFS-e serviços tomados ou intermediados, cancelamento de NFS-e, substituição de NFS-e, consulta por faixa de NFS-e em conformidade com o Modelo Conceitual do SPED FISCAL;
Possibilitar a geração da guia de recolhimento on-line, com apuração automática do valor a ser recolhido com base nas informações dos documentos declarados;
Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;
Permitir que o contribuinte possa visualizar seu cadastro perante a Prefeitura, permitindo que o mesmo possa realizar apenas alteração de telefone, e-mail, logotipo, senha e demais configurações exclusivas à emissão da NFS-e como envio do documento por e-mail, alíquotas de tributos federais, etc.

ISSQN ELETRÔNICO

Fornecimento de manutenção e suporte de sistema de Escrituração do Livro Fiscal do ISSQN, de forma eletrônica, cujas informações condicionarão a forma de escrituração de cada contribuinte, através da integração do Livro Fiscal com os dados dos cadastros.
O sistema de escrituração de notas fiscais deverá estar totalmente integrado com o sistema de Nota Fiscal Eletrônica.
Essa integração entre os cadastros técnico e fiscal da administração se dará através de mecanismos eletrônicos e automáticos “em tempo real”.
O objetivo da integração em tempo real é para que qualquer alteração nos cadastros técnico e fiscal e de pagamentos do ISSQN possa, após sua sincronização ao banco de dados formado através do sistema ofertado, imediatamente ser acessado pelas empresas que produziram tais informações, assim como a geração de documento de arrecadação do ISSQN, produzida pelas empresas deverá ser transmitida de forma eletrônica e automática para o cadastro técnico e fiscal da Administração.
O Livro Eletrônico pretendido pela Administração deverá ser disponibilizado para todas as empresas prestadoras e compradoras de serviços do Município.

A – ESCRITURAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E/OU TOMADOS

As escriturações deverão suportar a identificação da empresa usuária, suas características tributárias e permitir que os dados existentes em uma nota fiscal de serviços sejam escriturados, possibilitando que as empresas prestadoras e tomadoras cumpram suas obrigações tributárias e acessórias e a Administração possua informações para geração de relatórios. Além disso, efetuar a escrituração dos Livros de Serviços Tomados e Prestados e emitir guia de arrecadação de imposto devido.
Deverá possuir os campos mínimos necessários para escrituração de notas fiscais de serviços, sendo: número e série da nota fiscal, data de emissão, valor do serviço, atividade, CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço, informação da retenção ou não do serviço prestado, local do recolhimento e, se for o caso, alíquota do Simples Nacional.
Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:
Acesso em ambiente seguro HTTPS, utilizando-se de login e senha do contribuinte;
Permitir acesso ao sistema através de Certificado Digital ICP-Brasil;
Registrar os lançamentos de notas fiscais de serviços pelo regime de competência;
Possibilitar a validação da consistência das informações declaradas tais como: atividade,



alíquotas e valor tributável e CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço;
Permitir que, ao se informar o CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço, seja exibido suas informações desde que o mesmo esteja no cadastro do sistema, possibilitando a digitação de informações complementares não cadastradas;
Verificar automaticamente, quando possível o responsável pelo pagamento do tributo com base nas informações lançadas anteriormente;
Permitir o lançamento das notas fiscais de serviço de acordo com a alíquota da empresa prestadora, quando se tratar de serviço prestado por empresa enquadrada no regime “Simples Nacional”;
Possuir rotina de importação da escrituração dos documentos a partir de arquivo texto gerados pelos sistemas contábeis e comerciais dos contribuintes obedecendo layout pré-definido em formato XML e TXT;
Efetuar o encerramento da competência e, após o encerramento, emitir o livro fiscal de serviços prestados e/ou tomados, o Recibo de Entrega de Declaração e o Termo de Confissão de Dívida;
Emitir guia de arrecadação referente aos lançamentos efetuados na competência, respeitando o regime tributário da empresa e a legislação vigente;
Possuir mecanismos de alteração dos lançamentos após o encerramento da competência, permitindo que o contribuinte possa incluir uma nova nota fiscal, alterar ou excluir uma já lançada. Após o(s) novo(s) lançamento(s), caso o imposto devido na competência seja maior que a guia já gerada, o sistema deverá gerar uma guia complementar com o valor da diferença a ser recolhido, caso o valor do imposto devido seja a menor da guia já gerada, a emissão da guia com o valor a menor deverá ser autorizada pela Prefeitura;
Permitir a emissão de guia de pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;
Permitir que o contribuinte visualize eventuais débitos de ISSQN e valores pagos;
Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros de acordo com a legislação vigente.
Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;
Possuir rotina de Declaração de Não Movimentação Econômica On-Line, de serviços prestados e contratados, por mês e ano de competência;
Não permitir a declaração de não movimentação caso haja algum documento declarado na mesma competência.

B – ESCRITURAÇÃO DE SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

- Este módulo é de acesso exclusivo para empresas que possuam atividades enquadradas para atuação na área da construção civil, estabelecendo a escrituração das notas fiscais de serviços individualizadas para cada obra cadastrada.

2.7.1- Deverá possuir os campos mínimos necessários para escrituração de notas fiscais de serviços, sendo: número da nota fiscal de serviços, data de emissão, série, identificação da obra cadastrada, código do serviço, valor da nota fiscal, valor da base de cálculo, CNPJ/CPF do comprador dos serviços, local do recolhimento e, se for o caso, alíquota do Simples Nacional.

- Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:

Acesso em ambiente seguro HTTPS, utilizando-se de login e senha do contribuinte;

Permitir acesso ao sistema através de Certificado Digital ICP-Brasil;

Registrar os lançamentos de notas fiscais de serviços pelo regime de competência;

Possibilitar a validação da consistência das informações declaradas tais como: atividade,



alíquotas e valor tributável e CNPJ ou CPF do prestador/tomador do serviço;
Permitir que, ao se informar o CNPJ ou CPF do tomador do serviço, seja exibido suas informações desde que o mesmo esteja no cadastro do sistema, possibilitando a digitação de informações complementares não cadastradas;
Verificar automaticamente, quando possível o responsável pelo pagamento do tributo com base nas informações lançadas anteriormente;
Permitir o lançamento das notas fiscais de serviço de acordo com a alíquota da empresa prestadora, quando se tratar de serviço prestado por empresa enquadrada no regime “Simples Nacional”;
Permitir que os prestadores de serviços efetuem o cadastramento de suas obras e registrem, todos os documentos fiscais de materiais adquiridos para serem empregados em suas obras, bem como a transferência de materiais entre obras;
Permitir o cadastramento de obras executadas pela empresa;
Permitir o registro de entrada de materiais incorporados às obras;
Permitir o registro de entrada de materiais em estoque;
Permitir o registro de transferência de materiais entre estoque/obras e obras/obras;
Permitir o acompanhamento do saldo de materiais incorporados à obra X deduções utilizadas na NFS-e;
Deverá ser permitido ao prestador cadastrar mais de uma obra para o mesmo tomador;
Permitir a importação por arquivo dos materiais incorporados à obra;
Restringir que ao emitir uma NFS-e de alguma atividade relacionada a construção civil, o contribuinte só possa indicar a dedução referente a materiais utilizado no serviço caso informe o código da obra, A.R.T. ou C.E.I., previamente cadastrado no sistema, ao qual a obra se refere;
Efetuar o encerramento da competência e, após o encerramento, emitir o livro fiscal de serviços prestados e/ou tomados, o Recibo de Entrega de Declaração e o Termo de Confissão de Dívida;
Emitir guia de arrecadação referente aos lançamentos efetuados na competência, respeitando o regime tributário da empresa e a legislação vigente;
Possuir mecanismos de alteração dos lançamentos após o encerramento da competência, permitindo que o contribuinte possa incluir uma nova nota fiscal, alterar ou excluir uma já lançada. Após o(s) novo(s) lançamento(s), caso o imposto devido na competência seja maior que a guia já gerada, o sistema deverá gerar uma guia complementar com o valor da diferença a ser recolhido, caso o imposto devido seja a menor da guia já gerada, a emissão da guia com o valor a menor deverá ser autorizada pela Prefeitura;
Permitir a emissão de guia de pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;
Permitir que o contribuinte visualize eventuais débitos de ISSQN e valores pagos;
Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros de acordo com a legislação vigente;
Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;
Possuir rotina de Declaração de Não Movimentação Econômica On-Line, de serviços prestados e contratados, por mês e ano de competência;
Não permitir a declaração de não movimentação caso haja algum documento declarado na mesma competência.

C – ESCRITURAÇÃO DE INTUIÇÕES FINANCEIRAS (BANCOS)

- Este módulo deverá permitir que as Instituições Financeiras cumpram suas obrigações tributárias. As declarações deverão ser feitas através da importação de arquivos, cujo layout



deverá estar em conformidade com o modelo DES-IF elaborado pela ABRASF (www.abrasf.org.br) com no mínimo a versão 2.2.

- O sistema deverá apurar e demonstrar, automática e eletronicamente, o valor total faturado no mês, o valor total tributável e o valor do imposto gerado e devido.

- Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:

Acesso em ambiente seguro HTTPS, utilizando-se de login e senha do contribuinte;

Permitir acesso ao sistema através de Certificado Digital ICP-Brasil;

Possuir as seguintes rotinas de importação:

Módulo Informações Comuns: composto dos seguintes registros: plano geral de contas comentado – PGCC, tabela de tarifas de serviços da instituição, tabela de identificação de serviços de remuneração variável;

Módulo Demonstrativo Contábil: composto dos seguintes registros: balancete analítico mensal, demonstrativo de rateio de resultados internos;

Módulo Apuração Mensal: composto dos seguintes registros: demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo, demonstrativo do ISSQN mensal a recolher;

Emitir o Livro Contábil Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas;

Emitir documento de arrecadação municipal gerado, automaticamente, pelo sistema, de acordo com o encerramento das escriturações da competência, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com as atividades e alíquotas;

Permitir a emissão de guia de Emitir o Livro Contábil Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas;

Emitir documento de arrecadação municipal gerado, automaticamente, pelo sistema, de acordo com o encerramento das escriturações da competência, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com as atividades e alíquotas;

pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;

Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros conforme legislação vigente;

Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;

D – ESCRITURAÇÃO DE CONTRIBUINTES DISPENSADOS DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Este módulo deverá identificar a empresa usuária, suas características tributárias, e permitir que os dados e os valores cobrados por seus serviços sejam declarados, conforme constam nos balancetes contábeis, selecionando, automaticamente, cada uma das contas contábeis, no momento da declaração, tendo campos de informação específicos para informar: valor total dos serviços prestados no mês de competência, em cada uma das contas contábeis, possibilitando que os contribuintes cumpram suas obrigações tributárias e a Administração possua informações para geração de relatórios.

O sistema deverá apurar e demonstrar, automática e eletronicamente, o valor total faturado no mês, o valor total tributável e o valor do imposto gerado e devido.

Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:

Acesso em ambiente seguro HTTPS, utilizando-se de login e senha do contribuinte;

Permitir acesso ao sistema através de Certificado Digital ICP-Brasil;



Possuir rotina para cadastramento das contas contábeis que deverão estar individualmente associadas a um determinado código da lista de serviços;
Efetuar o lançamento de valores de serviços prestados através de uma conta contábil;
Possuir rotina de importação dos valores apurados no plano de contas a partir de arquivo texto gerados pelos sistemas contábeis obedecendo layout pré-definido em formato XML e TXT;
Emitir o Livro Contábil Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas ;
Emitir documento de arrecadação municipal gerado, automaticamente, pelo sistema, de acordo com o encerramento das escriturações da competência, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com as atividades e alíquotas.
Permitir a emissão de guia de pagamento avulsa, sem a necessidade de lançamento e/ou escrituração na competência. Não poderá ser permitida a emissão da guia avulsa em uma competência já encerrada. O sistema não poderá gerar outra guia de recolhimento enquanto o valor do ISSQN devido na competência seja igual ou inferior ao valor da guia avulsa gerada. O sistema deverá permitir a geração da guia avulsa de forma independente nos módulos de serviços prestados e serviços tomados;
Somente após vencido o imposto, permitir que o contribuinte possa emitir guia de recolhimento escolhendo a seu critério a data para pagamento e devendo o sistema atualizar o valor devido com a multa e juros conforme legislação vigente;
Permitir a reimpressão de guias emitidas, solicitando uma nova data de vencimento quando a mesma se encontrar vencida, calculando automaticamente os juros, multas e atualização monetária quando incidentes;

E – ESCRITURAÇÃO DE CARTÓRIOS

Este módulo deverá identificar a empresa usuária, suas características tributárias e permitir que os dados existentes em um tipo de serviços sejam escriturados: tipo de estabelecimento de serviços notariais e de registro, identificação da atividade cartorial prestada, quantidade de documentos, valor da receita própria referente aos emolumentos, possibilitando que os contribuintes cumpram suas obrigações tributárias e a Administração possua informações para geração de relatórios.
O sistema deverá apurar e demonstrar, automática e eletronicamente, o valor total tributável e o valor do imposto gerado e devido.
Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:
Acesso em ambiente seguro HTTPS, utilizando-se de login e senha do contribuinte;
Permitir acesso ao sistema através de Certificado Digital ICP-Brasil;
Permitir que os auditores fiscais cadastrem os tipos de estabelecimentos de serviços notariais e de registro;
Permitir que os auditores fiscais cadastrem as atividades cartoriais e as vinculem aos tipos de cartório, assim como informem o valor dos emolumentos de cada atividade;
Permitir que o contribuinte vincule suas atividades e efetuem o lançamento dos serviços prestados;
Emitir o Livro Contábil Eletrônico para o mês de competência que recebeu as informações prestadas;
Emitir documento de arrecadação municipal gerado, automaticamente, pelo sistema, de acordo com o encerramento das escriturações da competência, que deverá conter data do vencimento e cujos valores sejam calculados e condizentes com os serviços prestados;

F – MÓDULO DE CONTADORES

O sistema deverá conter módulo de escrituração para contadores, exigindo que estes realizem auto cadastramento;
Na tela de cadastro deverão constar, no mínimo, as seguintes informações: CNPJ ou CPF, razão social, endereço completo, telefone e e-mail;



O sistema não deve permitir cadastros já existentes;
O sistema deverá gerar automaticamente a senha de acesso do contador, não sendo necessária a liberação do cadastro por parte da Prefeitura.
Este módulo deve atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, e não necessariamente na ordem a seguir apresentada:
Obrigatório acesso ao sistema através de Certificado Digital ICP-Brasil; Acesso em ambiente seguro HTTPS;
Permitir que o contador vincule todos os clientes de sua responsabilidade, a fim de facilitar o cumprimento das obrigações tributárias e os controles da Administração do Município;
Permitir ao contador utilizar as funcionalidades do sistema on-line apenas nos cadastros dos contribuintes para os quais estiver devidamente autorizado;
Apresentar ao usuário logo após sua autenticação a relação de empresas em que está autorizado para que ele possa selecionar a que vai utilizar;
Possibilitar ao usuário mudar de competência, mudar de empresa sem ter que sair do sistema;
Possibilitar ao contador realizar todas as tarefas pertinentes ao cumprimento das obrigações acessórias de seus clientes como importação de arquivos oriundos dos sistemas contábeis (arquivo txt e xml), escriturações, impressão de livros fiscais, geração de guias de recolhimento e exportação de notas fiscais escrituradas (arquivo txt e xml).
O sistema não poderá permitir que um contador vincule a ele um cliente já vinculado a outro contador. A desvinculação do contador somente poderá ser realizada através de módulo específico utilizado pela Administração ou através do acesso ao módulo específico do contribuinte utilizando-se do login e senha do próprio contribuinte;
permitir ao usuário alterar sua senha pessoal sempre que desejar, sem intervenção do fisco municipal.

G – AIDF/NFS-e

- O sistema deverá apresentar funcionalidade para que o contribuinte solicite de forma eletrônica, a Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDF, para o talão de notas convencional, ou nota fiscal eletrônica – NFS-e.
- O sistema deverá, obrigatoriamente, permitir:
Efetuar o controle dos documentos autorizados, não autorizados e cancelados;
As autorizações poderão ser por quantidades de notas fiscais ou por prazo limite autorizado;
Permitir a impressão do formulário da AIDF após a autorização pelo fisco, bem como possuir mecanismo para verificar a autenticidade do mesmo diretamente no site da aplicação ou pela leitura do QR CODE impresso;
Permitir a consulta do histórico de solicitações já realizadas;
Possuir mecanismos de cancelamento de documentos liberados indevidamente pela Prefeitura.
O sistema deverá permitir apenas as escriturações de prestação de serviços, quando efetuadas por empresas do município, de documentos autorizados;
Permitir aos estabelecimentos gráficos cadastrados no sistema consultar as AIDF de talão de notas convencional de seus clientes;
Permitir aos estabelecimentos gráficos cadastrados no sistema informarem as datas das entregas das notas das AIDFs produzidas, no caso do talão de notas convencional, bem como informar o número da nota emitida para o contribuinte referente ao serviço de impressão.

H – CADASTRO DE CONTRIBUINTE EVENTUAL

O sistema deverá disponibilizar o acesso para o cadastramento de contribuinte eventual, ou seja, contribuintes com sede em outro município, de forma “on line”, onde o próprio contribuinte possa efetuar o seu cadastro e obter acesso ao módulo destinado à escrituração de nota fiscal e geração da guia de recolhimento de ISS.
Na tela de cadastro deverão constar, no mínimo, as seguintes informações: CNPJ, razão social, endereço completo, telefone e e-mail;
O sistema não deve permitir cadastros já existentes;



O sistema deverá gerar automaticamente a senha de acesso do contribuinte, não sendo necessária a liberação do cadastro por parte da Prefeitura.

I - MÓDULO PARA ADMINISTRAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE SAÚDE

Este módulo deverá permitir que os Contribuintes cadastrados como Cooperativas de Saúde, cadastrem os seus profissionais cooperados e as demais pessoas jurídicas conveniadas, para que, baseado nas Notas Fiscais Eletrônicas (NFS-e) emitidas pelos serviços prestados por estes cadastrados, seja efetuada a dedução da base de cálculo para a definição do valor do ISSQN a ser recolhido no período de competência.

J - MÓDULO DE ENVIO E TROCA DE MENSAGENS DEC – Domicílio Eletrônico do Contribuinte

Este módulo deverá permitir que todos os envolvidos no sistema (Prefeitura, Contribuintes, Contadores, etc....) troquem mensagens;

Deverá permitir que a Prefeitura envie mensagens com a escolha do destino que poderá ser individual ou coletivo;

O sistema deverá possuir características próprias para que os Contribuintes, Contadores, etc. enviem mensagens à Prefeitura;

O sistema deverá possuir um alerta automático de que “existe uma mensagem a ser lida” sempre que o destinatário efetuar acesso;

O sistema deverá permitir que a Prefeitura envie mensagens notificando pendências pré-formatadas (ausência de declaração, dívidas em aberto, etc.) aos contribuintes/contadores.

K - MÓDULO DE ADMINISTRAÇÃO DA AÇÃO FISCAL

O sistema deverá apresentar funções para a total administração da Ação Fiscal.

O sistema deverá apresentar dispositivos para a administração histórica das ações fiscais efetuadas e gerenciamento para evitar a decadência de prazo;

Permitir a formatação dos modelos de documentos dos processos de fiscalização pelo próprio usuário de forma que seja possível alterar cabeçalhos, imagens, formatar texto e quaisquer outros ajustes que se fazem necessário;

Permitir parametrizar a numeração dos documentos de fiscalização;

O sistema deverá apresentar funções para que o responsável pelo setor possa efetuar o encaminhamento e acompanhamento de ordens de serviços para os fiscais, com determinação de prazo para execução e seu respectivo monitoramento.

Controle e geração de termos / notificações via sistema, como segue:

TIAF – Termo de Início de Ação Fiscal;

Termo de Notificação de Apresentação (Apresentação de Documentos);

Termo de Notificação de Prorrogação de Prazo (Permite notificar a prorrogação do prazo de execução da TIAF);

Termo de Notificação de Ocorrências;

Auto de Infração e Imposição de Multa;

Auto de Apreensão;

Termo de Encerramento de Fiscalização.

Permitir anexar documentos digitais a fiscalização;

Permitir enviar os documentos de fiscalização por e-mail;

O sistema deverá apresentar dispositivos para controle de recepção e devolução de documentos;

O sistema deverá apresentar dispositivos para controle de notificações;

O sistema deverá apresentar dispositivos para elaboração de planilha de cálculo dos termos fiscais, com respectivo cálculo de correções monetárias, juros e multa de mora (parametrizados de acordo com a legislação municipal);

O sistema deverá apresentar dispositivos para imposição de multa;



L - MÓDULO DE PEDÁGIO

Este módulo deverá permitir que as Concessionárias de Rodovias que vierem a operar no município efetuem a sua declaração de movimento informando a “praça” oriunda da declaração, a movimentação de veículos por praça de toda a rodovia, detalhando tipo e quantidade de veículos e a tarifa do pedágio também por tipo ou categoria do veículo.

Este módulo efetuará o cálculo automático do faturamento total e, após aplicar o fator referente a “testada”, quilômetros da rodovia no município a qual se referente a participação territorial na rodovia informada pela Concessionária, calculará automaticamente o valor do ISSQN devido. Após os lançamentos emitir a guia para pagamentos dos valores devidos.

M - MÓDULO DE GERENCIAMENTO DO SIMPLES NACIONAL

O sistema deverá possuir dispositivo para que a Administração possa gerenciar os lançamentos e pagamentos realizados pelas empresas Optantes do Simples Nacional, atendendo as seguintes exigências:

Permitir a importação dos arquivos DAF607;

Permitir a importação dos arquivos PGDAS;

Possuir mecanismo que permita informar a inclusão ou exclusão de um contribuinte ao Simples Nacional, sendo essas informações validadas no momento da escrituração da nota fiscal de serviço, respeitando inclusive o histórico de inclusão ou exclusão da empresa;

Possuir mecanismo que permita confrontar o faturamento das empresas, através das notas fiscais de serviço emitidas, com o teto permitido pelo Simples Nacional, sendo possível filtrar as empresas por um percentual de proximidade ao teto ou as que já atingiram o teto máximo;

Possuir mecanismo que permita confrontar os valores declarados, através das notas fiscais de serviço emitidas, com o valor declarado no PGDAS;

Possuir mecanismo que permita confrontar as alíquotas declaradas, através das notas fiscais de serviço emitidas, com as alíquotas declaradas no PGDAS;

Possuir mecanismo que permita confrontar os valores declarados, através das notas fiscais de serviços emitidas com o valor recolhido através da DAF607;

Possuir mecanismo que permita verificar retenções indevidas na PGDAS;

Possuir mecanismo que permita verificar alíquotas diferentes entre a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e PGDAS.

CONSULTA PÚBLICA

O acesso a este módulo será livre, portanto, qualquer pessoa interessada poderá utilizá-lo.

Todo documento emitido para terceiros deverá possuir código de verificação, os quais serão utilizados para constatar a autenticidade do documento.

Este módulo deverá, no mínimo, permitir:

Emissão de cartão da inscrição municipal “on line”;

Verificar a autenticidade da AIDF autorizada eletronicamente;

Verificar a autenticidade e a assinatura digital da NFS-e emitida.

Verificar a autenticidade dos relatórios emitidos pelo sistema.

DISPOSITIVO DE SOLICITAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO ELETRÔNICA

O sistema deverá possuir dispositivo para que a Administração possa solicitar serviços à empresa contratada, efetuar o acompanhamento e a conclusão dos mesmos, de forma eletrônica e automática, atendendo as seguintes exigências:

Possuir funcionalidade para cadastramento de ordem de serviço eletrônica;

Manter os históricos das solicitações;

Possibilitar a inclusão de anexos, com o intuito de facilitar a compreensão ou justificar a solicitação;

Possibilitar o acompanhamento da solicitação.



ADMINISTRAÇÃO, AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

Através de módulo específico, o sistema deverá permitir que a Administração tenha acesso a todas as informações dos contribuintes de dentro e fora do município.

Possuir funcionalidades de controle de acesso;

Possuir rotina de baixa bancária;

Possuir rotina de baixa manual de guias pagas para situações em que a guia foi quitada na tesouraria, por depósito bancário, depósitos judiciais entre outros, sendo possível informar a data de pagamento e a justificativa para a baixa manual;

O sistema deverá conter relatórios com autenticidade e dispositivos que permitam a análise das escriturações, inserções de informações, consultas e solicitações efetuadas pelas empresas.

Os requisitos mínimos exigidos são:

Exportação dos relatórios, no mínimo, em PDF e XLS;

Relatório gerencial demonstrando o cruzamento de informações:

Como Prestador de Serviços: apontar diferença entre os valores declarados pelo tomador e prestador, nota fiscal declarada pelo tomador e não declarada pelo prestador, boleto gerado e não pago, competência pendente de encerramento;

Como Tomador de Serviços: apontar diferença entre os valores declarados pelo tomador e prestador, nota fiscal declarada pelo prestador e não declarada pelo tomador, boleto gerado e não pago, competência pendente de encerramento;

Relatório demonstrando se o contribuinte efetuou a entrega da declaração;

Relatório gerencial de guias de arrecadação geradas, pagas e não pagas, por contribuinte;

Relatório de análise que aponte a quantidade total de empresas existentes cadastradas no município, a quantidade de empresas por atividade, por enquadramento;

Relatório gerencial que demonstre os maiores contribuintes do Município por valor de receita e por atividade;

Relatório gerencial que demonstre os maiores devedores do Município por valor de receita e por atividade;

Relatório gerencial demonstrando o gráfico de apuração de valores de um contribuinte ou de todos eles num determinado intervalo;

Relatório gerencial demonstrando o total de notas fiscais eletrônicas emitidas por um contribuinte ou todos eles numa dada competência ou em todas elas;

Relatório gerencial demonstrando os valores pagos e em abertos de determinado contribuinte em uma competência ou todas elas;

Relatório gerencial identificando as empresas optantes e não optantes pelo Simples Nacional;

Relatório gerencial de AIDF autorizada, cancelada ou não autorizada;

Relatório demonstrando os valores recebidos pela prefeitura de empresas optantes pelo Simples Nacional através do arquivo DAF607, contendo dados do contribuinte, data de pagamento, mês incidência, o valor do ISS recolhido;

Relatório gerencial demonstrando todas as obras associadas a um contribuinte;

Permitir o cadastramento de um contribuinte com todas as informações cadastrais, tais como: CNPJ, razão social, endereço completo, endereço de correspondência, inscrição municipal, regime tributário aplicável, nome fantasia, inscrição estadual, início das atividades, encerramento das atividades, data de última atualização gerada automaticamente após cada alteração, área ocupada em M2, sócios com nome, RG e CPF e código CNAE com possibilidade de inclusão de no mínimo 03 (três) itens;

Relatório gerencial demonstrando o CNPJ e Razão Social de todos os emitentes de nota fiscal eletrônica.

Consulta gráfica da arrecadação (anual, mensal e diária);

Consulta gráfica da inadimplência (anual, mensal e diária);

Consulta gráfica da arrecadação x inadimplência (anual, mensal);

Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas emitidas com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária);

Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas canceladas com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária);



Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas por atividade com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária);
Consulta gráfica das notas fiscais de serviços eletrônicas com recolhimento no município e fora do município com possibilidade de filtro por contribuinte ou geral (anual, mensal e diária).
Consulta através de contadores numéricos (on-line), impostômetro, as quantidades de total notas fiscais emitidas no município, notas fiscais emitidas no mês, notas fiscais emitidas para fora do município com retenção, previsão de arrecadação no mês, valores arrecadados no ano. Permitir a inclusão de novos contadores de informações tributárias.
Possuir consulta através de mapeamento digital:
Localização dos maiores contribuintes;
Localização dos maiores contribuintes por atividade;
Localização dos maiores serviços prestados fora do município;
Localização dos maiores serviços prestados no município;
Localização dos maiores serviços contratados de fora do município.

ASPECTOS TECNOLÓGICOS DA FERRAMENTA, INFRAESTRUTURA E GARANTIA.

O fornecimento da licença de uso e manutenções na solução integrada deverão ser executadas nos módulos desde que atenda aos requisitos funcionais e que estejam no mesmo ambiente tecnológico, conforme descrito neste anexo e que sejam fornecidos por um único proponente. Em qualquer dos casos os módulos devem ser integrados entre si e trocarem informações conforme solicitado neste instrumento.

O fornecimento da licença de uso e das manutenções na solução integrada deverão atender o controle das funções da área da Administração Tributária Mobiliária solicitada neste Edital. Não serão aceitas propostas alternativas.

Para que possa atender às condições de escrituração do Livro Fiscal Eletrônico, geração, emissão e escrituração automática da Nota Fiscal Eletrônica, geração e impressão do Documento de Arrecadação, bem como o controle à Administração das informações declaradas pelas empresas.

O fornecimento da licença de uso e das manutenções na solução integrada deverão possuir funcionalidades para abertura, alteração cadastral e encerramento de empresas, bem como a reabertura com base no cadastro técnico da Administração.

Uma vez que as empresas já utilizam o sistema para escrituração, emissão de documento de arrecadação, emissão de Nota Fiscal Eletrônica e consultas, as manutenções no sistema deverão possuir todas as suas funcionalidades em ambiente WEB, via “browser” (Internet Explorer e/ou Firefox e/ou Google Chrome), utilizando “SSL” (protocolo de segurança que criptografa todos os dados trafegados entre o computador do usuário e o da solução a ser utilizada) através da internet, com o objetivo de acesso às informações de forma segura, seja por parte das empresas ou pela Administração.

Para fornecimento da licença de uso dos sistemas será necessário que a empresa Contratada mantenha alocados em suas dependências equipamentos e dispositivos de alta performance que forneçam toda infraestrutura necessária para manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecer garantias de segurança para as transações via WEB do objeto ora proposto, durante a vigência contratual, atendendo, no mínimo, os seguintes requisitos:

Data Center com Alta Performance e Balanceamento de Carga - 7/24 -, que detém certificação reconhecida pelos órgãos competentes para todos os critérios de Segurança Física (fogo, falta de energia, antifurto) e Segurança Tecnológica (anti-hackers);

Servidores (aplicativos, Internet e Banco de Dados) trabalhando com componentes que ofereçam redundância no ambiente acessado pelas empresas e também quanto às questões relativas às Seguranças Física e Tecnológica e Back-Ups;

Firewall Clusterizado com Balanceamento de Carga em 3 (três) Camadas, Load Balance no Banco de Dados Distribuído e na camada WEB;

Links de comunicação de alto desempenho com Banda compatível com a demanda e com garantia de Alta Disponibilidade, capazes de disponibilizar acesso via WEB a todas as empresas, estabelecidas ou não no Município;



Conexões SSL, com Certificação Segura e Criptografada do Transporte das Informações – HTTPS;

Sistemas de antivírus/spywares, para proteção contra eventuais vírus, evitando paradas e perdas para os contribuintes e para a Administração;

Softwares para segurança da informação que garantam o sigilo e a proteção contra “roubo de informações” que possam ocorrer através de ataques realizados por pessoas de fora do ambiente e também de dentro do próprio ambiente disponibilizado;

Sistemas gerenciadores de banco de dados;

Sistemas para gerenciamento de cópias de segurança (backups);

Softwares de gerenciamento para acompanhamento, medição e monitoramento da performance dos equipamentos de infraestrutura, operando de forma pró-ativa para situações eventuais de instabilidade, proporcionando qualidade e segurança para a infraestrutura fornecida;

Ambiente de homologação: disponibilizar um ambiente nas mesmas condições do ambiente de produção, atendendo os mesmos requisitos, com os sistemas integrados para customizações, implementações e testes, que se façam necessários para atender às peculiaridades da legislação.

No ato da disponibilização do serviço, a CONTRATADA deverá preparar, em local indicado pela CONTRATANTE, ambiente de Banco de Dados similar ao do ambiente de produção, bem como fornecer:

Dicionário de dados, no qual deverá constar os nomes de todas as tabelas que compõem o sistema, e para cada uma delas todos os nomes dos campos com suas respectivas descrições detalhadas;

Diagrama do Modelo Entidade Relacionamento (conceitual, lógico e físico), contendo todos os relacionamentos (chave primária x chave estrangeira) entre as entidades que compõe a estrutura da base de dados, bem como sua relação de cardinalidade;

Ao final do contrato, não havendo interesse em renovação por parte desta Administração, a empresa fornecedora do sistema deverá garantir o direito de acesso à consulta e impressão dos Livros Fiscais Eletrônicos escriturados e dos documentos de arrecadação gerados, disponibilizar todos os diálogos efetuados entre os atendentes e as empresas que utilizaram os canais de comunicação buscando esclarecimentos quanto a operacionalização do sistema durante a vigência do contrato e disponibilização da base de dados.

A CONTRATADA deverá fornecer backup diário da base de produção, em local designado pela CONTRATANTE, de forma que o SGBD neste local reflita, num prazo de 15 minutos até 24 horas, a ser definido pela CONTRATANTE em conformidade com as demandas diárias e os dados da base de produção. Esta rotina de backup deverá ser automatizada.

Durante o período contratual, a solução fornecida não poderá ter tipo de bloqueio (inserção, consulta, geração de relatórios, limitação de banda ou acessos simultâneos).

CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS E OPERACIONAIS

O fornecimento da licença de uso e das manutenções não deverão alterar os procedimentos atuais que registram as atividades administrativas básicas. Os dados recolhidos em uma transação continuarão disponíveis imediatamente em toda a rede, em um servidor central. Isto significa que cada dado deverá ser recolhido uma única vez, diretamente no órgão onde é gerado. Os dados transcritos pelos usuários deverão ser imediatamente validados e o efeito da transação deverá ser imediato.

As opções do sistema deverão ser acessíveis somente a usuários autorizados especificamente a cada uma delas. A solução integrada deve contar com um catálogo de perfis de usuários que definam padrões de

acesso específicos por grupos de usuários. Para cada tarefa autorizada, o administrador de segurança deverá poder especificar o nível do acesso.

As autorizações ou desautorizações, por usuário, grupo ou tarefa, deverão ser dinâmicas e ter efeito imediato.

Com a finalidade de garantir que as empresas e os funcionários da Administração acessem de forma



segura o conteúdo das informações, o sistema pretendido deverá possuir identificação, senha.

MANUTENÇÕES

Tendo em vista que o objetivo fundamental é coletar informações de cada empresa através da escrituração do Livro Fiscal Eletrônico e Nota Fiscal Eletrônica, bem como possibilitar o controle à Administração de todas as escriturações efetuadas, a licitante vencedora do certame deverá disponibilizar equipe técnica especializada para auxiliar a Administração na definição das variáveis que serão utilizadas na parametrização do sistema durante as manutenções, de acordo com a legislação federal e municipal pertinente, realizando as seguintes atividades:

O início das manutenções do sistema pela empresa contratada não poderá ser superior a 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço Inicial e será executada conforme cronograma proposto pela contratada;

A Contratante designará servidores municipais das áreas de informática, cadastros técnico e fiscal, contabilidade e fiscalização para apoio e suporte aos técnicos da empresa contratada para realização das manutenções do sistema;

O Departamento de Finanças da Prefeitura fará uma análise dos pedidos de manutenções e opinará, com o prazo de 02 (dois) dias para validando o processo, e liberará as execuções das manutenções necessárias;

A empresa contratada também deverá estabelecer rotinas diárias de importação, exportação e atualização dos dados, obedecendo ao mesmo layout garantindo a integridade dos dados;

Deverão ser realizadas todas as simulações pela empresa contratada em conjunto com a Prefeitura, em que deverá ser demonstrado o perfeito funcionamento do sistema, atendendo a Legislação Municipal vigente, antes de sua divulgação;

Como parte integrante do processo de manutenções dos sistemas à empresa contratada deverá ministrar treinamentos aos usuários do sistema, respeitando as obrigatoriedades dispostas no neste edital;

ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE RELACIONADA AO ISSQN

A Legislação pertinente ao ISSQN deverá ser analisada para, permitir que as funções do sistema seu correto funcionamento;

A Contratante fornecerá à empresa contratada toda a Legislação vigente relacionada ao ISSQN, incluindo Código Tributário Municipal, Leis Complementares, Decretos e Atos normativos;

A empresa contratada deverá questionar a Contratante, por escrito, qualquer dúvida sobre os procedimentos e controles relacionados ao ISSQN constantes na Legislação Municipal vigente;

A Contratante, através de seu representante, designado responsável pelo ISSQN, responderá com brevidade todos os questionamentos sobre os procedimentos e controles relacionados ao ISSQN encaminhados pela empresa Contratada;

Após análise da Legislação vigente relacionada ao ISSQN fornecida pela Contratante, deverá ser realizada reunião entre seus técnicos e os servidores municipais para esclarecimento sobre possíveis

dúvidas e/ou interpretações sobre a Legislação vigente e instituir Decreto de obrigatoriedade da declaração mensal do ISSQN para todas as empresas sujeitas ou não ao ISSQN ser realizada somente através do sistema.

INFORMAÇÃO SOBRE O SISTEMA

Para que as funções do sistema sejam plenamente utilizadas pelas empresas constantes dos cadastros técnico e fiscal do Município, será necessário que as informações sobre o sistema sejam, devidamente, divulgadas, devendo, obrigatoriamente, contemplar as seguintes atividades:



A empresa contratada deverá fornecer à Contratante um modelo de manual de orientação aos usuários (todas as empresas constantes dos cadastros técnico e fiscal sujeitas ou não ao ISSQN) do sistema, no qual deverá constar identificação e senha individual para cada empresa; Caso a Contratante solicite alterações no modelo do manual de orientação aos usuários, a empresa contratada será notificada, por escrito, para realizar as alterações solicitadas, devendo ocorrer em tempo hábil a fim de não prejudicar o cronograma de execução das manutenções; Os custos relativos à impressão do manual de orientação aos usuários serão arcados pela Contratada;

Os manuais de orientação aos usuários serão disponibilizados pela contratada, na página de acesso ao sistema e estarão disponíveis aos contribuintes para download ou acesso on-line, ficando a contratada responsável pela divulgação das atualizações e novas versões.

ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Mediante a modernização proposta, será necessário o atendimento ao usuário com o objetivo de fornecer esclarecimentos às empresas usuárias do sistema:

A Contratante disponibilizará de servidores municipais devidamente treinados pela empresa contratada para utilização do sistema, com equipamentos adequados e necessários, para atendimento às empresas usuárias do sistema;

A empresa contratada deverá fornecer à Contratante material informativo que deverá ser colocado a disposição na central de atendimento, para informação e esclarecimento dos usuários do sistema;

A Contratada disponibilizará o atendimento eletrônico às empresas usuárias do sistema, por meio Web, com o objetivo de complementar o atendimento disponibilizado pela Contratante.

TREINAMENTO

DIRIGIDO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS

O treinamento dos servidores públicos municipais envolvidos no processo para utilização do sistema e atendimento ao público deverá, obrigatoriamente, contemplar as seguintes atividades:

A Contratante designará os servidores municipais que serão treinados para atendimento, esclarecimento e suporte aos usuários do sistema que comparecerem à Prefeitura;

A empresa contratada deverá oferecer treinamento e capacitação durante a vigência do contrato para os servidores que forem indicados pela Contratante, de forma a garantir adequada e plena utilização do sistema oferecido, em grupos de no mínimo 05 (cinco) e no máximo de 20 (vinte) servidores;

Serão treinados para uso do sistema: o máximo de 20 (vinte) servidores indicados pela Prefeitura, englobando o corpo fiscal, os profissionais de atendimento e a equipe administrativa, de forma a garantir adequada e plena utilização do sistema oferecido.

ABORDAGEM E CARGA HORÁRIA

O treinamento ministrado pela empresa contratada será direcionado ao corpo fiscal, aos profissionais de atendimento e à equipe administrativa, devendo abordar os conteúdos necessários à operacionalização do sistema, proporcionando conhecimento e capacitação, contemplando, obrigatoriamente:

Declaração Eletrônica;

Nota Fiscal Eletrônica modelo ABRASF;

Recursos Facilitadores;

Canais de Comunicação;

Controle Fiscal e Econômico;

Atendimento aos Contribuintes.



Devendo, obrigatoriamente, cumprir carga horária de, no mínimo, 8 (oito) horas/aula e, no máximo, 40 (quarenta) horas/aula/mês.

Após o processo de Treinamento a empresa contratada deverá aplicar avaliações aos servidores participantes e, posteriormente, a Contratante emitirá Atestado de Capacitação.

DIRIGIDO A COMUNIDADE DE CONTABILISTAS DO MUNICÍPIO

A empresa contratada deverá realizar em local e horário determinado pela Contratante, palestras esclarecedoras sobre a obrigatoriedade e as novas funcionalidades oriundas das manutenções do sistema de Declaração Eletrônica e Nota Fiscal Eletrônica da Prefeitura, para todos os contadores, empresários e entidades de classe convidados pela Contratante, sendo no mínimo 01 (uma) e no máximo 10 (dez) palestras. Devendo, obrigatoriamente, cumprir carga horária de, no mínimo, 8 (oito) horas cada palestra. Deverão ser realizadas visitas aos principais escritórios de contabilidade do Município para treinamento e capacitação dos seus funcionários na utilização do sistema após as manutenções.

Estas visitas deverão ser realizadas pelo corpo técnico da empresa contratada, de acordo com a relação fornecida previamente pela Prefeitura, nas quais o pessoal técnico da empresa contratada deverá estar acompanhado de um servidor municipal indicado pela Contratante, sendo no mínimo 01 (uma) e no máximo 20 (vinte) visitas externas para treinamentos.

Todas as visitas realizadas pelo pessoal técnico da empresa contratada deverão ser comprovadas através de relatório final, com protocolos de visita devidamente preenchidos e assinados pelos representantes legais dos escritórios de contabilidade, devendo obrigatoriamente mencionar a quantidade dos escritórios visitados, endereço completo, quais as dúvidas ou problemas encontrados e o grau de satisfação da visita realizada.

SUPORTE

SUPORTE A ADMINISTRAÇÃO

Com o objetivo de modernizar a Administração e atender aos interesses da preservação do meio ambiente, é necessário que o sistema possua dispositivo de Ordem de Serviço (OS) eletrônica, com parâmetros necessários à agilização e controle de qualquer solicitação da Administração.

A empresa deverá possuir equipe técnica especializada para realizar as manutenções no sistema e oferecer, durante todo o período contratual, a critério da Administração, melhorias em soluções tributárias, econômicas e fiscais, com base nos conteúdos declarados pelas empresas.

SUPORTE AOS USUÁRIOS

Com o objetivo de oferecer esclarecimentos quanto à operacionalização do sistema de escrituração do Livro Fiscal Eletrônico e emissão da Nota Fiscal Eletrônica e, ao mesmo tempo, permitir que a Administração possa realizar consultas, garantindo a segurança no tráfego das informações para as partes envolvidas, as manutenções pretendidas deverão ser registradas nos canais de comunicação “on line”, via internet.

SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL:

Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:



Da prova de conceito

O sistema apresentado deverá ter, no mínimo, as especificações contidas neste documento.

Deverá seguir as regras estabelecidas nos módulos com seus respectivos subtópicos. Ou seja, todos os itens das regras descritas neste documento são considerados obrigatórios. A apresentação do sistema será solicitada em até 2 dias úteis.

A apresentação será realizada em equipamentos da própria prefeitura, onde estará instalado o browser atualizado com acesso à internet e leitor de PDF.

O endereço do site de funcionamento do sistema deverá ser fornecido pela empresa que realizará toda a apresentação do sistema ofertado a partir deste endereço.

Cada tópico deverá ser testado no sistema, utilizando o endereço de protocolo HTTP, sem que seja realizado nenhum acesso remoto.

Não poderá instalar nenhum aplicativo, software ou similar nos computadores, toda funcionalidade testada deverá funcionar no browser.

Da Tecnologia e outros

O software poderá ser instalado nos próprios servidores da prefeitura ou em servidores da empresa fornecedora.

Para efeito de comprovação, a proponente deve apresentar, no envelope de Habilitação, atestado(s) de capacidade técnica comprovando que presta, ou prestou, serviços de implantação e manutenção, no sistema oferecido pela proponente, com as funcionalidades e características do sistema de gestão de Educação descritas neste termo de referência e que, necessariamente, o sistema esteja em funcionamento.

O Sistema deverá estar desenvolvido para funcionar na web - world wide web, com suporte para os seguintes browsers: mozilla firefox e google chrome. funcionando diretamente nestes aplicativos de navegação.

Não será permitido usar nenhum serviço de terminal server, terminal services, Remote Desktop Protocol (RDP), thin client, entre outros similares.

Funcionar em qualquer sistema operacional do mercado, que consiga executar os aplicativos de navegação definidos.

Regras para criação de pessoas

O sistema a ser instalado deverá permitir ter um cadastro único de pessoa para ser utilizado em todos os módulos, todas as escolas e demais unidades.

A base de cadastro do pai, mãe, profissional, aluno e usuário de sistema devem seguir as mesmas características e serem realizadas unicamente no sistema, utilizando-se das seguintes regras:

Para cadastrar uma pessoa o sistema instalado deverá ter no mínimo, como campo obrigatório, Nome, Data Nascimento, Sexo, Raça/cor, Nome da Mãe ou do pai, e Naturalidade.

Permitir adicionar pelo menos o telefone residencial e o celular da pessoa.

Permitir o lançamento de documentos da pessoa, tais como CPF, Certidão de nascimento, e NIS.

Uma pessoa para ser cadastrada no sistema deverá ter um endereço.

Após informar um endereço completo, o sistema deverá localizar este endereço e exibir visualmente através de um mapa de dados cartográficos.

As coordenadas deste endereço deverão ser armazenadas para utilização no transporte escolar, cadastro escolar, e outros módulos que necessitam destes dados.

O mapa cartográfico deverá permitir a visualização via satélite e a visão da rua deste endereço, possibilitando alterar a geo-localização da coordenada para melhor precisão dos dados.

1. Módulo Cadastro básico

O sistema deverá permitir que sejam cadastradas informações sobre endereços do município, para armazenamento de informações de Logradouros e Bairros, onde poderão ser utilizados tanto no cadastro de alunos profissionais e usuários e demais informações, onde haja necessidade de utilização de endereços, obedecendo às seguintes regras:



2. Cadastrar Bairros - O sistema deverá permitir cadastrar os bairros que compõem o município, permitindo lançar no mínimo o nome do bairro, zona residencial, e cidade. A cidade deve ser uma informação previamente importada para o sistema, necessitando apenas selecioná-la.
A zona residencial pode ser urbana ou rural.

Cadastrar Logradouros - O sistema deverá permitir cadastrar os logradouros que compõem o município, permitindo lançar no mínimo o CEP, nome do logradouro, e bairro. O bairro deve ser uma informação previamente cadastrada no cadastro de bairros.

1. Módulo Administrativo

Este módulo objetiva a configuração da carga inicial do sistema, contendo todos os cadastros de dados e personalizações pertinentes a Rede de Ensino. Serão lançadas as Informações das Escolas, Usuários, Anos letivos, Eventos e Feriados que compõem o Calendário Escolar; Níveis de Ensino, Anos de Escolaridade, Quadros Curriculares e Instrumentos de Avaliação que indicam as Definições de Ensino utilizadas no Município, além de configurar e replicar o calendário escolar em toda rede de ensino. A contratada deverá garantir que a carga inicial do sistema, contendo todos os cadastros de dados e informações pertinentes a toda Rede Municipal de Ensino, se mantenha organizado e estruturado.

2. **Importação das tabelas auxiliares do Educacenso** - O sistema deverá permitir a importação das tabelas auxiliares, disponíveis no site do INEP para realização do último Educacenso (<http://sitio.educacenso.inep.gov.br>).
3. O sistema deverá permitir que sejam importados no mínimo as tabelas auxiliares de países, unidades federativas, municípios, distritos, cartórios, órgãos regionais de ensino, órgãos emissores de identidade, tipo de atividades complementares, tipo de atendimento especializado, instituições de ensino superior, cursos de formação superior, cursos de educação profissional.
4. O sistema deverá permitir que qualquer usuário que contenha as devidas permissões de acesso, efetue login no sistema e realize a importação.
1. O sistema deverá permitir que a importação destas tabelas sejam realizadas através da conversão do arquivo em seu formato original para o formato CSV ou qualquer outro formato que permita o usuário realizar a importação.
5. Para cada tabela que for importada, o sistema deverá notificar o usuário do formato na qual a tabela deverá ser anexada para importação, o caractere de separação dos campos e a sequência dos campos que devem estar disponibilizados no arquivo.
1. Após a importação de cada tabela auxiliar, o sistema deverá exibir ao usuário que realizou a importação um quantitativo de registros importados para cada tabela.
2. **Importação das Escolas, Profissionais e Alunos do Educacenso** - O sistema deverá permitir a importação do arquivo de migração do Educacenso, contendo todas as escolas, alunos e professores enviados no último Censo Escolar, disponibilizados pelo MEC através do endereço eletrônico: (<http://educacenso.inep.gov.br>).
6. O sistema deverá permitir que qualquer usuário que contenha as devidas permissões de acesso, efetue login no sistema e realize a importação.
3. O sistema deverá permitir anexar o arquivo de importação único, contendo todas as informações da rede municipal, conforme último Censo Escolar.
2. O sistema deverá dividir o arquivo, onde será possível importar separadamente as escolas, alunos e professores.
7. **Secretaria** - O sistema deverá permitir lançar informações cadastrais da SME, incluindo sua localização, CNPJ, gestores atuais, e ainda a inclusão do Brasão do Município e a Logo utilizada na atual administração. Estas imagens importadas para o sistema devem ser automaticamente



alteradas e exibidas em todos os relatórios que o sistema gerar.

4. **Escola** – O sistema deverá permitir cadastrar todos os dados relacionados à escola, bem como informações pertinentes da situação de funcionamento, órgão regional de ensino, diretor atuante, e todas as informações de infraestrutura da escola, preenchendo todos os requisitos necessários para geração do arquivo de migração ao Educacenso, conforme leiaute de migração do último Censo Escolar.
5. **Perfil** – O sistema deverá permitir a criação vários perfis de acesso, separados por módulos ou funcionalidades. O sistema não deverá aceitar que os usuários manipulem informações que não tenham permissão de acesso.
6. **Usuários** - O sistema deverá permitir efetuar o cadastro dos usuários do sistema utilizando de pessoas previamente cadastradas na base de dados ou efetuando seu cadastro desde o início.
7. Para cadastrar um usuário que já esteja no sistema como uma pessoa, o sistema deverá permitir que se busque esta pessoa pelo nome, digitando apenas uma parte do nome ou por completo.
8. Ao buscar uma pessoa que esteja previamente cadastrada, o sistema deverá exibir todos os seus dados cadastrais automaticamente, inclusive informações de endereço.
8. Para finalizar o cadastro de usuários, o sistema deverá permitir que se escolha um perfil de acesso e que se vincule uma ou várias unidades, conforme necessidades de acesso do usuário.
9. O perfil de acesso deverá ser previamente cadastrado no cadastro de perfis.
10. As unidades deverão ser previamente cadastradas no cadastro de escolas e secretaria de educação.
11. **Anos Letivos** - O sistema deverá permitir cadastrar os anos letivos com seu respectivo período letivo, utilizado para elaboração de calendários escolares e separação de modalidades de ensino.
9. O sistema deverá permitir vincular cada ano letivo às unidades escolares que poderão utilizá-los.
10. O sistema deverá permitir a qualquer momento, criar um ano letivo, possibilitando a replicação para o ano letivo novo de eventos, feriados, documentos para matrícula, salas, anos de escolaridade, e quadros curriculares que foram cadastrados no ano letivo anterior, garantindo persistência das configurações.
11. O sistema deverá permitir que se lance vários anos letivos para um mesmo ano, permitindo assim, que separe todas as modalidades de ensino pertencentes ao ano, como as modalidades EJA semestrais.
12. O sistema deverá permitir lançar um ano letivo em qualquer período de data, independente do mês ou ano, podendo iniciar no meio de um ano e terminando em outro.
12. Todas as informações que são únicas e exclusivas do período escolar do aluno, deverá ser vinculada ao ano letivo que foi cadastrado.
13. **Níveis** - O sistema deverá permitir que se lance todos os níveis de ensino utilizados na rede municipal de educação.
14. **Anos de escolaridade** - O sistema deverá permitir cadastrar todos os anos de escolaridade exigidos pelo MEC, de acordo com a base nacional comum, permitindo que a secretaria cadastre uma nomenclatura específica para o mesmo, ou seja, especifique um nome próprio utilizado pelo município, sem perder a ligação com a etapa de ensino utilizada pelo MEC.
15. O sistema deverá permitir que seja informado, no cadastro do ano de escolaridade, qual o seu ano de escolaridade anterior, criando uma relação das etapas de ensino na qual o aluno deverá estudar.
16. Todos os anos de escolaridade deverão pertencer a um nível de ensino previamente cadastrado no sistema.
13. Cada ano de escolaridade deverá ter sua respectiva quantidade de aulas semanais, e duração



do módulo aula.

17. Todos os anos de escolaridade poderão ter processos avaliativos independentes, que podem ser através de pontos, conceitos, pontos e conceitos, ou porcentagens.
18. O sistema deverá conhecer a idade ideal para o aluno está frequentando determinado ano de escolaridade. Esta idade será utilizada para gerar demonstrativos de distorção de idade, e sugerir qual o ano de escolaridade ideal para realizar a inscrição do aluno no módulo de cadastro escolar.
19. Cada ano de escolaridade poderá ser configurado para lançamento de faltas por dia ou por matéria, atendendo as necessidades principalmente das turmas de anos iniciais e finais do ensino fundamental.
20. **Eventos** - O sistema deverá permitir lançar todos os eventos que poderão ser utilizados pelas unidades escolares durante o ano letivo.
21. Os eventos deverão ser do tipo Letivo, Escolar ou Recurso, no qual irá influenciar na elaboração e contagem de dias do calendário escolar e de toda documentação escolar dos alunos.
14. Os eventos terão validade somente no ano letivo no qual foi cadastrado, não podendo ser visualizado em outros anos letivos.
15. **Feriados** - O sistema deverá permitir lançar todos os feriados que deverão ser atualizados automaticamente nos calendários das unidades escolares, durante o ano letivo.
22. Os feriados terão validade somente no ano letivo no qual foi cadastrado, não podendo ser visualizado em outros anos letivos.
23. **Calendários Escolares** - O sistema deverá permitir que a Secretaria de Educação cadastre os calendários escolares que serão utilizados em toda a rede de ensino.
24. Para gerar o calendário escolar o sistema deverá permitir lançar os períodos letivos e escolares de vigência.
25. O sistema deverá permitir a criação de calendários por anos de escolaridade, através da nomenclatura específica do município, permitindo que se vincule um ou vários anos de escolaridade, respeitando o começo e fim de cada período determinado pela SME.
26. No mesmo calendário escolar, o sistema não poderá permitir que se vincule mais que uma vez o mesmo ano de escolaridade.
27. Todos os processos referentes ao lançamento de notas e faltas deverão identificar entre vários calendários escolares, qual o correspondente ao seu ano de escolaridade e validar as datas utilizadas para não ultrapassar os valores das etapas bem como os dias letivos.
16. O sistema mostrará, numa mesma tela, o calendário completo do período letivo, mostrando apenas os meses vigentes de acordo com ano letivo selecionado, destacando os eventos, etapa, feriados, recesso, mostrar também, nesta mesma tela, as legendas destes. Estes destaques serão exibidos nos dias, dentro do mês, de forma clara, sem abrir outra tela, ou mesmo atualizar.
28. Na visualização do calendário, o sistema deverá permitir exibir automaticamente todos os feriados previamente cadastrados no ano letivo logado. Quando apontar o mouse para o dia de um feriado específico, o sistema deverá apresentar a descrição do feriado, sem necessidade de nenhum clique para tal ação.
29. Na visualização do calendário, após ter gerado o calendário, O sistema deverá permitir o lançamento de todas as etapas pertencentes ao calendário, bastando para isto, selecionar visualmente no calendário, as datas correspondentes ao início e fim da etapa escolar e lançar as informações referentes ao valor total da nota na etapa e a média para aprovação.
17. Na visualização do calendário, o sistema deverá permitir o lançamento de todos os eventos pertencentes ao calendário, bastando para isto que selecione visualmente no calendário, as datas correspondentes ao início e fim do evento escolar e selecionar um evento previamente cadastrado.
30. O sistema deverá permitir exibir automaticamente após seus lançamentos, todas as etapas, eventos, recesso, feriados nacionais e municipais, durante o ano letivo, bem como, destacar



diferenciadamente as etapas, eventos, recessos, feriados e qualquer outra atividade inclusa dentro do calendário.

18. Após definir os calendários oficiais, o sistema deverá permitir que a Secretaria de Educação replique os calendários para as escolas que irão utilizá-los.
31. Após a replicação, as escolas poderão acessá-lo e realizar alterações para atender suas peculiaridades, não interferindo nos calendários das outras escolas.
32. **Configurar recuperações** - O sistema deverá permitir a secretaria de educação configurar as recuperações trabalhadas na rede de ensino, conforme regras descritas abaixo:
33. O sistema deverá permitir configurar recuperações apenas após cada etapa.
34. O sistema deverá permitir configurar apenas a recuperação anual.
35. O sistema deverá permitir configurar apenas recuperações semestrais.
36. O sistema deverá permitir configurar recuperações após cada etapa mais uma recuperação anual.
37. O sistema deverá permitir configurar recuperações semestrais mais uma recuperação anual.
38. As recuperações deverão ser inseridas dentro do calendário escolar para registrar suas datas de aplicação.
39. A secretaria de educação deverá configurar os pontos distribuídos e média de aprovação de cada recuperação.
40. O sistema deverá conhecer quais os anos de escolaridade que trabalham com cada recuperação cadastrada, não aplicando recuperação para turmas que não participam de todas ou determinadas recuperações.
41. A secretaria de educação poderá configurar qual a regra a ser aplicada para cada recuperação, onde poderá prevalecer a nota da recuperação independente da nota obtida pelo aluno na etapa, ou o sistema analisar qual das duas notas é de maior valor e considerá-la como sua nota final.
19. O sistema deverá permitir que a secretaria de educação configure para cada recuperação cadastrada, se a nota recuperada do aluno poderá ser superior ao valor da média aplicada na etapa, semestre, ou do ano letivo, conforme tipo de recuperação.
42. **Disciplinas** - O sistema deverá permitir cadastrar todas as disciplinas de acordo com a Base Nacional Comum, estabelecida pelo MEC, incluindo as partes diversificadas, formações específicas e complementares do município.
43. Todas as disciplinas deverão ser vinculadas com seus respectivos códigos, de acordo com as exigências da migração para o sistema do Educacenso.
44. Para complementar o cadastro de disciplinas, o sistema deverá permitir cadastrar uma nomenclatura usada pela Secretaria Municipal de Educação em cada matéria, e opção para abreviação do nome desta.
45. **Conceitos** - O sistema deverá permitir cadastrar os tipos de conceito que poderão ser utilizados pela Escola para aplicar os processos avaliativos.
46. **Quadros Curriculares** - O sistema deverá permitir cadastrar os quadros curriculares, informando as disciplinas que serão trabalhadas em cada ano de escolaridade.
47. O sistema deverá permitir que seja cadastrado vários quadros curriculares para cada ano de escolaridade, contemplando principalmente as turmas de ensino parcial e integral.
48. Todas as disciplinas vinculadas aos quadros devem conter a quantidade de aulas semanais.
49. O sistema deverá calcular automaticamente e exibir para cada disciplina do quadro curricular sua respectiva carga horária semanal e anual.
50. Cada disciplina vinculada ao quadro curricular deverá ser configurada para aceitar lançamento de pontos ou conceitos.
51. Um mesmo quadro curricular poderá ter lançamento de pontos e conceitos para disciplinas distintas.
20. As disciplinas poderão trabalhar com conceitos diferentes dentro do mesmo quadro curricular.



- 52. Documentos necessários para matrícula** - O sistema a ser instalado deverá permitir lançar todos os documentos necessários para se efetuar a matrícula dos alunos na rede municipal de ensino. Podendo a secretaria lançar quantos documentos forem necessários.
53. O coordenador do sistema poderá definir quais os documentos serão obrigatórios ou opcionais para cada ano de escolaridade.
21. Após lançar um documento, o sistema a ser instalado deverá adicioná-lo automaticamente no cadastro de matrículas dos alunos.
22. O sistema a ser instalado deverá exibir uma notificação de todos os alunos que estão devendo algum documento exigido para efetuar sua matrícula na escola.
54. O sistema não deverá exibir uma notificação para os documentos definidos como não obrigatórios.
- 55. Modelos de ficha de matrícula** - O sistema deverá permitir cadastrar as perguntas que serão respondidas na matrícula dos alunos.
56. As perguntas deverão possuir duas opções de resposta, que pode ser por texto grande ou única escolha.
57. Texto grande significa que a resposta será um texto livre.
58. Única escolha significa que a resposta deverá ser escolhida dentre as opções disponíveis.
59. O sistema deverá permitir cadastrar os modelos de ficha de matrícula utilizados na rede de ensino.
23. Para cadastrar os modelos de ficha de matrícula, o sistema deverá exibir uma barra de ferramenta para formatação de texto, onde seja permitido escolher pelo menos a fonte, tamanho, negrito, itálico, sublinhado, marcadores e numeração. Deverá ser possível também inserir quebras de página, dividindo manualmente o conteúdo em duas ou mais páginas.
60. Após esta barra de ferramenta o sistema deverá exibir uma página para elaboração do modelo de ficha de matrícula, onde será possível escrever informações em texto livre, buscar perguntas previamente cadastradas, e buscar dados utilizados na ficha.
61. Após salvar o modelo de ficha, será possível visualizar um modelo de impressão, contendo o cabeçalho padrão e todos os textos mapeados com um exemplo do que será buscado.
62. Todas as perguntas e dados que podem ser utilizados na elaboração da ficha deverão ser documentados.
- 63. Modelos de Ficha Individual** - O sistema deverá permitir que seja elaborado diversos modelos que serão utilizados conforme necessidade.
24. Estes modelos de ficha individual deverão ser de fácil elaboração ao ponto de serem criados pelos coordenadores na SME, sem a necessidade de qualquer tipo de programação para elaborar o documento.
64. A elaboração destes modelos de ficha individual deverão ser realizados através de uma ferramenta para formatação de texto integrada ao sistema, onde será permitido escolher pelo menos a fonte, tamanho, negrito, itálico, sublinhado, marcadores e numeração.
65. Deverá ser possível inserir quebras de página, dividindo manualmente o conteúdo em duas ou mais páginas.
66. Deverá ser possível escrever informações em texto livre.
67. Deverá ser possível buscar dados armazenados no sistema que serão utilizados na ficha, contendo no mínimo o nome da escola e endereço da escola; nome do aluno, sexo, data de nascimento, naturalidade, filiação, ano da matrícula, turma, ID INEP, e nível de ensino; quantidade de dias letivos anuais e cursados; carga horária anual e cursada; Faltas em horas; e todas as informações de desempenho obtido pelo aluno, separado por etapa e disciplinas cursadas.
68. Todos os dados armazenados no sistema que serão utilizados para elaboração da ficha deverão ser mapeados e documentados.
69. Após salvar os modelos, será possível visualizar o modelo de impressão, contendo o cabeçalho



padrão e todos os dados armazenados no sistema, com um exemplo do que será exibido.

- 70. Modelos de Histórico escolar** - O sistema deverá permitir que seja elaborado diversos modelos que serão utilizados conforme necessidade.
71. Estes modelos de histórico escolar deverão ser de fácil elaboração ao ponto de serem criados pelos coordenadores na SME, sem a necessidade de qualquer tipo de programação para elaborar o documento.
25. A elaboração destes modelos de histórico deverão ser realizados através de uma ferramenta para formatação de texto integrada ao sistema, onde será permitido escolher pelo menos a fonte, tamanho, negrito, itálico, sublinhado, marcadores e numeração.
72. Deverá ser possível inserir quebras de página, dividindo manualmente o conteúdo em duas ou mais páginas.
73. Deverá ser possível escrever informações em texto livre.
74. Deverá ser possível buscar dados armazenados no sistema que serão utilizados no histórico, contendo no mínimo o nome da escola e endereço da escola; nome do aluno, sexo, data de nascimento, naturalidade, filiação, último ano cursado, último ano de escolaridade cursado, ID INEP, e nível de ensino; todas as informações de desempenho final obtidos pelo aluno, separado por ano de escolaridade e disciplina; Ano de conclusão de cada ano de escolaridade cursado; quantidade de dias letivos de cada ano de escolaridade cursado; nome da escola que cursou cada ano de escolaridade; e município e estado da escola que cursou cada ano de escolaridade.
75. Todos os dados armazenados no sistema que serão utilizados para elaboração do histórico escolar deverão ser mapeados e documentados.
76. Após salvar os modelos, será possível visualizar o modelo de impressão, contendo o cabeçalho padrão e todos os dados armazenados no sistema, com um exemplo do que será exibido.
- 77. Resoluções** - O sistema deverá permitir que a Secretaria de Educação cadastre e personalize a resolução vigente, contendo no mínimo as seguintes configurações:
78. O sistema deverá permitir que seja configurado qual o modelo de ficha de matrícula será utilizado para cada ano de escolaridade, imprimindo as fichas nas escolas conforme modelos definidos.
26. O sistema deverá permitir que seja configurado qual o modelo de ficha individual será utilizado para cada ano de escolaridade, imprimindo as fichas nas escolas conforme modelos definidos.
79. O sistema deverá permitir que seja configurado qual o modelo de histórico escolar será utilizado para cada nível de ensino, imprimindo os históricos nas escolas conforme modelos definidos.
80. O sistema deverá permitir escolher qual o modelo de correspondência que será utilizado no cadastro escolar, imprimindo as correspondências conforme modelo selecionado.
81. O sistema deverá permitir escolher para cada ano de escolaridade se o lançamento de conteúdos ministrados e observações serão diários ou mensais.
82. O sistema deverá permitir informar quais os ciclos de ensino que serão trabalhados em cada modalidade de ensino.
83. O sistema deverá permitir informar qual ciclo de ensino cada ano de escolaridade trabalha.
84. O sistema deverá permitir criar uma nova resolução vigente, alterando todas as configurações acima apresentadas.
- 85. Personificar usuários** - O sistema deverá fornecer condições dos coordenadores da Secretaria de Educacenso obterem a visão de acesso de qualquer outro usuário da rede de ensino, sem a necessidade de saber suas informações de acesso.
27. Esta personificação deverá ser solicitada e justificada.
86. O coordenador do sistema poderá autorizar ou negar a personificação.
87. Para autorizar o coordenador do sistema deverá informar o período de validade desta personificação.
88. Após autorizar, o usuário solicitante poderá acessar e obter a visão de acesso do usuário solicitado.
89. Após o término do período de validade da personificação, o sistema deverá impedir acesso a



personificação vencida.

90. **Módulo Cadastro Escolar**

Este módulo do sistema será responsável em cadastrar todos os candidatos que aspiram uma matrícula em uma escola da rede municipal de ensino, minimizando a fila nas escolas. Deverá permitir que a confirmação da vaga seja enviada através de correspondências, e-mails ou SMS e ainda possibilitar que o candidato contemplado consiga uma vaga em uma escola mais próxima de sua localidade, respeitando as parametrizações e regras pré-definidas no sistema.

91. **Início e parametrizações do Cadastro Escolar** - O sistema deverá permitir ao coordenador do cadastro escolar, lançar as datas correspondentes ao início e término do cadastro, incluindo a data de referência, que será usada para estimar o ano de escolaridade que melhor se ajusta à idade do candidato, na data que referencia o limite de efetivação das matrículas nas escolas.
 92. As datas início e término do cadastro, deverão ser inseridas no começo do processo e poderão ser alteradas até iniciar o período de inscrição.
 93. O sistema deverá sempre checar estas datas automaticamente antes de permitir ao cadastrador realizar a inscrição do candidato, não permitindo que efetue a inscrição fora do período de datas estabelecido.
 94. O sistema deverá permitir ao coordenador do cadastro escolar na SME, parametrizar a possibilidade de se continuar as inscrições do candidato, após o término do prazo estabelecido e adicionado ao sistema.
 28. O sistema deverá permitir a parametrização pelo coordenador do cadastro escolar, na SME, antes mesmo de iniciar as inscrições do candidato, a obrigatoriedade do preenchimento da segunda e terceira opção de escola na ficha de inscrição, a ser realizada pelo cadastrador nas unidades escolares, para que no ato da inscrição do candidato, o sistema torne obrigatório, ou não, informar a segunda e/ou a terceira opção de escola, dentre as três opções de escolas definidas pela SME como opção de vaga para o candidato.
 95. Esta obrigatoriedade poderá ser alterada a qualquer momento pelos coordenadores do cadastro escolar na SME, alterando instantaneamente as obrigatoriedades nas fichas de inscrição que estão sendo realizadas e as próximas.
 96. O sistema deverá permitir ao coordenador do cadastro escolar na SME, antes do início das inscrições do candidato, definir a um ou vários anos de escolaridade previamente incluídos no sistema, períodos de datas início e término distintos, onde o sistema deverá bloquear a realização da inscrição do candidato pelos cadastradores, quando a data de acesso ao sistema estiver fora dos períodos de datas definidos para o ano de escolaridade selecionado ao candidato.
 97. Os períodos de datas não poderão extrapolar os períodos início e fim do cadastro escolar.
 98. Os anos de escolaridade selecionados deverão ser únicos, não podendo repetir no período e entre os períodos criados.
 99. O sistema deverá sempre olhar para estas datas antes de permitir ao cadastrador realizar a inscrição do candidato, não permitindo que efetue a inscrição fora do período de datas estabelecido.
 100. A cada agrupamento de anos de escolaridade com suas respectivas datas início e término de validade, o sistema deverá permitir ao coordenador do cadastro escolar na SME, escolher se deseja apenas notificar o cadastrador, no ato das inscrições, informando que o ano de escolaridade está fora do período de vigência, ou se o sistema irá impedir o cadastrador de realizar a ficha de inscrição fora do prazo.
- O coordenador poderá alterar esta parametrização a qualquer momento, atualizando instantaneamente nas fichas de inscrição que estão sendo realizadas e as próximas.
- O sistema deverá permitir ao coordenador do cadastro escolar, na SME, antes do início das inscrições do candidato, definir especificamente para pessoas com necessidades especiais, períodos de datas início e término distintos, onde o sistema deverá bloquear a realização da inscrição do candidato, quando a data de acesso ao sistema estiver fora dos períodos de datas cadastrados



para o ano de escolaridade selecionado ao candidato.

101. Os períodos de datas não poderão extrapolar os períodos início e fim do cadastro escolar.
102. As datas início e término do cadastro, deverão ser inseridas no começo do processo e não poderão mais ser alteradas.
103. O sistema deverá sempre olhar para estas datas antes de permitir ao cadastrador realizar a inscrição do candidato, não permitindo que efetue a inscrição fora do período de datas estabelecido.
104. Para pessoas com necessidades especiais, o sistema deverá permitir ao coordenador do cadastro escolar na SME, escolher se deseja apenas notificar o cadastrador, no ato das inscrições, informando que o ano de escolaridade está fora do período de vigência ou se o sistema irá impedir o cadastrador de realizar a ficha de inscrição fora do prazo.
105. O coordenador poderá alterar esta parametrização a qualquer momento, atualizando instantaneamente nas fichas de inscrição que estão sendo realizadas e as próximas.
106. O sistema deverá permitir que o cadastrador realize a inscrição de um candidato com necessidades especiais, mesmo que o ano de escolaridade selecionado ao candidato esteja fora do período de vigência, com a condição que, a inscrição, esteja dentro do período de validade, incluído na parametrização específica para pessoas com necessidades especiais.
107. O sistema deverá permitir ao coordenador do cadastro escolar na SME definir especificamente para pessoas com necessidades especiais, se a unidade escolar na qual o cadastrador está realizando a inscrição do candidato, será definida obrigatoriamente como a primeira opção de escolha de escola ou se o cadastrador poderá escolher outras escolas. O coordenador poderá alterar esta parametrização a qualquer momento, atualizando instantaneamente nas fichas de inscrição que estão sendo realizadas e as próximas.
108. O sistema deverá permitir ao coordenador do cadastro escolar na SME, escolher para pessoas com necessidades especiais, se, no ato da inscrição a realizar pelos cadastradores nas unidades escolares, o sistema deverá gerar a matrícula deste candidato automaticamente, contemplando a uma vaga ou se deverá passar pelo crivo dos gestores do cadastro escolar, na SME, para sua contemplação. O coordenador poderá alterar esta parametrização a qualquer momento, atualizando instantaneamente nas fichas de inscrição que estão sendo realizadas e as próximas.
- 109. Definição das Regiões** - O sistema instalado deverá permitir criar todas as regiões, de modo que possa separar o município em grandes grupos de logradouros, adicionando a cada região um ou vários logradouros.
110. Estas regiões definirão quais as escolas estão mais próximas do endereço do candidato, organizando, dessa maneira, os alunos pela proximidade de sua residência.
111. O sistema deverá permitir inserir em uma região, um logradouro ou todos os logradouros de um bairro em apenas um procedimento.
112. O sistema deverá permitir inserir em uma mesma região logradouros de um ou vários bairros.
113. O sistema deverá permitir inserir a um logradouro, sua numeração início e fim de endereço, com a condição de que seus períodos numéricos não conflitem com a numeração do mesmo logradouro, caso exista.
114. O sistema deverá permitir inserir o mesmo logradouro a várias regiões, desde que seus períodos de numeração não se conflitem.
115. O sistema deverá permitir inserir logradouro pertencentes ao município ou de outras cidades que necessitar incluir, respeitando as mesmas regras estabelecidas.
116. O sistema deverá permitir visualizar no mapa a localização dos logradouros de determinada região, incluindo seu nome.
117. O sistema deverá permitir que seja alternado a exibição entre mapa e satélite
118. O sistema deverá permitir que seja corrigido a localização no mapa, arrastando para posicionar o balão de localização no logradouro desejado.
119. O sistema deverá permitir ajustar a localização através da visão da rua.
120. O sistema deverá destacar os logradouros que não foram encontrados no mapa.
121. O sistema deverá permitir indicar as coordenadas desses logradouros no mapa.



122. O sistema deverá notificar automaticamente que existem logradouros cadastrados no sistema que não foram vinculados à uma região, exibindo ainda os mesmos.
- 123. Personalização do cadastro escolar para as escolas** - O sistema instalado deverá permitir a definição para cada escola, quais os anos de escolaridade cada uma disponibiliza para a realização das inscrições, a quantidade de vagas disponíveis e a quais regiões pertence esta unidade escolar.
124. O sistema deverá permitir inserir a cada escola, uma ou várias regiões que sua unidade abrange no município. Criando uma relação de zoneamento com a escola.
125. O sistema deverá permitir inserir a mesma região a uma ou várias escolas.
126. O sistema deverá permitir inserir a capacidade de receber candidatos a cada ano de escolaridade definido para a escola.
127. O sistema deverá exibir uma consolidação com todas as escolas cadastradas, informando se possuem regiões definidas e se os anos de escolaridade estão todos preenchidos com suas devidas capacidades.
128. O sistema deverá gerar um relatório por escola, contendo todos os anos de escolaridade definidos a ela, a capacidade de cada ano de escolaridade e as regiões que foram definidas para a unidade escolar.
- 129. Inscrição dos Candidatos** - O sistema deverá permitir inscrever todos os candidatos a uma vaga na rede municipal de ensino gerando sua ficha de inscrição, mesmo que o total de vagas disponibilizadas seja inferior à quantidade de candidatos, distinguindo os candidatos os contemplados e os que ficaram em demanda reprimida.
130. Para iniciar o cadastro da ficha de inscrição do candidato, o sistema deverá obrigar que o candidato seja uma pessoa no sistema, contendo todas as informações básicas descritas nas regras para criação de pessoas, contidas neste documento.
131. O sistema deverá permitir que o cadastrador inclua o e-mail do candidato ou responsável pelo candidato, com a possibilidade de marcar que o sistema poderá enviar a confirmação da contemplação da vaga através deste contato.
132. O sistema deverá permitir que o cadastrador inclua o telefone celular do candidato ou responsável pelo candidato, com a possibilidade de marcar que o sistema poderá enviar a confirmação da contemplação da vaga através deste contato.
133. O sistema deverá permitir que o cadastrador defina o responsável pelo aluno.
134. O sistema deverá permitir ao cadastrador selecionar se o candidato possui deficiências, permitindo ao cadastrador defini-las conforme informado pelo candidato. Estas opções deverão seguir as regras exigidas no último Educacenso.
29. O sistema deverá permitir ao cadastrador salvar as informações inseridas para o candidato e iniciar o lançamento da ficha de inscrição do mesmo.
135. O sistema deverá exibir, na ficha de inscrição, a idade que o candidato terá na data de referência e qual o ano de escolaridade ideal para realização de sua inscrição, conforme idade. Esta ação deverá analisar os dados que já foram digitadas no início e parametrizações do cadastro escolar, de maneira que, não seja necessário digitar as informações novamente.
136. O sistema deverá permitir selecionar, na ficha de inscrição, qual o ano de escolaridade o candidato irá se inscrever, independentemente da sugestão de ano de escolaridade ideal informado pelo sistema.
137. O sistema deverá permitir ao cadastrador adicionar à ficha de inscrição, os documentos que foram apresentados pelo candidato.
138. O sistema deverá exibir automaticamente, para a primeira opção de escola, após o cadastrador selecionar o ano de escolaridade, quais são as escolas mais próximas do candidato, utilizando o endereço do candidato como referência, com suas respectivas capacidades, e destacando as escolas cuja capacidade está zerada das que ainda podem receber candidatos.
139. Após selecionar a primeira opção de escola, o sistema deverá, automaticamente, exibir para a segunda opção de escola, quais são as escolas mais próximas do candidato com suas



respectivas capacidades, não exibindo mais as escolas definidas nas opções anteriores.

140. Após selecionar a segunda opção de escola, o sistema deverá automaticamente exibir, para a terceira opção de escola, quais são as escolas mais próximas do candidato com suas respectivas capacidades, não exibindo mais as escolas definidas nas opções anteriores.
30. O sistema deverá permitir, ao cadastrador, concluir a ficha de inscrição e gerar um modelo de impressão, contendo, todas as informações lançadas ao candidato, com os devidos campos para assinatura do responsável e, também, do funcionário que foi responsável pelo cadastro. Caso o candidato decida receber a comunicação da confirmação da vaga para matrícula através de e-mail ou SMS, esse modelo de impressão deverá conter uma autorização de recebimento, com o tipo de comunicação escolhida pelo candidato, sem para tanto, imprimir outra página.
141. O sistema deverá analisar as capacidades das escolas escolhidas pelo candidato e sugerir, automaticamente, a escola de sua matrícula ou adicionar o candidato para a demanda reprimida. Estas análises devem ser realizadas utilizando os dados informados no início e parametrizações do cadastro escolar.
- 142. Gestão das inscrições** - O sistema deverá fornecer aos gestores do cadastro escolar uma listagem contendo todas as inscrições realizadas até o momento, independente de quantos polos de inscrição o município possuir.
143. Esta listagem poderá ser ordenada alfabeticamente para facilitar a localização de alguma inscrição.
144. Esta listagem poderá ser ordenada cronologicamente para identificar a quantidade de cadastros realizados por dia, facilitando o envio dos quantitativos para a Secretaria de Estado da Educação, órgão controlador do cadastro escolar municipal.
145. O gestor do cadastro escolar poderá imprimir qualquer ficha de inscrição que necessitar, como em situações onde é preciso emitir uma segunda via do comprovante de inscrição para os responsáveis pelo aluno.
146. O gestor do cadastro escolar poderá excluir qualquer ficha de inscrição que necessitar, como em situações onde a ficha foi emitida errada.
147. O gestor do cadastro escolar poderá imprimir uma lista quantitativa de cadastros, separada por data, para facilitar o envio dos quantitativos para a Secretaria de Estado da Educação, órgão controlador do cadastro escolar municipal.
148. O gestor do cadastro escolar poderá pesquisar a qualquer momento por alunos inscritos, onde o sistema deverá exibir as opções de escola escolhidas no ato da inscrição, e qual escola o sistema definiu.
- 149. Gerenciando a demanda reprimida** - O sistema deverá permitir aos gestores do cadastro escolar, gerenciar a demanda reprimida e maximizar a quantidade de alunos contemplados no município.
150. O sistema deverá permitir efetuar toda a gestão da demanda reprimida em uma única tela, onde o sistema permitirá ao gestor escolher o ano de escolaridade que deseja iniciar a verificação.
151. Após definir o ano de escolaridade, o sistema deverá exibir automaticamente todos os alunos cadastrados no sistema que estão em demanda reprimida, com seus respectivos endereços e as escolas que foram escolhidas pelo candidato.
152. O sistema deverá permitir escolher um candidato para análise. Ao selecionar o candidato, o sistema deve exibir automaticamente as escolas com capacidade disponível mais próxima da primeira, segunda e terceira opção de escola definida pelo candidato, agrupando-as separadamente.
153. O sistema deverá exibir ainda, ao final, todas as outras opções de escolas no sistema que possuam capacidade disponível para o candidato selecionado.
154. O sistema deverá permitir ao gestor do cadastro escolar, definir apenas uma escola para o candidato selecionado, que, após escolhida, poderá finalizar a gestão deste candidato, definido sua escola para matrícula.
155. Ao finalizar a gestão do candidato escolhido, o sistema deverá reiniciar o processo, exibindo



- novamente todos os alunos em demanda reprimida para o ano de escolaridade selecionado previamente, e eliminando da listagem, o candidato que fora contemplado no processo anterior.
156. O sistema deverá possibilitar ao gestor do cadastro escolar, gerar um relatório contendo todos os alunos que estão em demanda reprimida, agrupados por ano de escolaridade. Este relatório deverá exibir as informações básicas do aluno, incluindo as opções de escolas que foram definidas no ato do cadastro.
- 157. Gestão do cadastro escolar** - O sistema deverá permitir gerenciar todos os alunos que foram sugeridos automaticamente com uma vaga, mediante disponibilidade de vagas nas escolas.
158. O sistema deverá exibir uma listagem contendo todas as escolas cadastradas, exibindo para cada escola a quantidade de cadastros escolares realizados.
159. O sistema deverá permitir visualizar a localização destas escolas no mapa, permitindo ainda alternar a exibição entre mapa e satélite.
160. Ao clicar no mapa, em determinada escola, o sistema o sistema deverá exibir seu nome, endereço completo, e a quantidade de cadastros direcionados para ela.
161. O sistema deverá permitir ao gestor do cadastro escolar, selecionar qualquer escola para verificação, onde o sistema deverá exibir todos os alunos que foram definidos automaticamente pelo sistema para serem contemplados.
162. O sistema deverá permitir filtrar esta listagem, exibindo também os candidatos que selecionaram como primeira, segunda e/ou terceira opção de escola, a unidade que está sendo analisada.
163. O sistema deverá permitir visualizar a localização dos candidatos no mapa, permitindo ainda alternar a exibição entre mapa e satélite
164. O sistema deverá permitir corrigir a localização dos alunos, arrastando para posicionar o balão de localização em cima da residência do candidato.
165. O sistema deverá permitir ajustar este balão através da visão da rua.
166. Ao clicar em determinado candidato, o sistema deverá exibir seu nome, endereço completo, as opções de escola e a escola definida.
167. O sistema deverá permitir ao gestor, trocar a escola do candidato que foi sugerida pelo sistema, concluindo a definição da escola para este candidato.
168. O sistema deverá permitir ao gestor, limpar a escola definida pelo sistema, adicionando o aluno para demanda reprimida.
169. O sistema deverá permitir ao gestor finalizar todos os candidatos cuja escola definida esteja marcada para a unidade analisada, finalizando o processo do ano de escolaridade analisado.
170. Ao finalizar, o sistema automaticamente deverá gerar uma listagem de todos os alunos contemplados para a escola que irá matricular os alunos, bastando para o secretário escolar apenas realizar a matrícula dos alunos contemplados nesta listagem, sem que, para tanto, precise realizar qualquer importação ou digitação de todos os dados novamente para a realização da matrícula do candidato.
171. A regra de matrícula está contida neste documento, e, as informações já digitadas no cadastro escolar, deverão ser preenchidas nos respectivos campos da matrícula, de forma automática e transparente para o usuário.
172. O sistema deverá permitir ao gestor, após finalizar o ano de escolaridade da escola analisada, enviar SMS e E-Mail aos candidatos contemplados que autorizaram o envio e gerar as correspondências para os candidatos contemplados que não optaram pelo envio do comunicado eletrônico.
173. O sistema deverá permitir ainda, a verificação da situação de envio dos SMS encaminhado aos contemplados, contendo no mínimo: Sucesso da entrega do SMS, insucesso da entrega do SMS, e os motivos do insucesso. A Contratada não será obrigada a arcar com os valores de envio do SMS.
174. Para as correspondências, o sistema deverá permitir que seja elaborado diversos modelos que serão utilizados conforme necessidade. Estes modelos de correspondências deverão ser de fácil elaboração ao ponto de serem criados pelos gestores do cadastro escolar, sem a necessidade de qualquer tipo de programação para elaborar o documento.



175. A elaboração destes modelos de correspondência deverão ser realizados através de uma ferramenta para formatação de texto integrada ao sistema, onde seja permitido escolher pelo menos a fonte, tamanho, negrito, itálico, sublinhado, marcadores e numeração.
176. Deverá ser possível também inserir quebras de página, dividindo manualmente o conteúdo em duas ou mais páginas. Desta forma, o gestor do cadastro escolar poderá elaborar os modelos, onde será possível escrever informações em texto livre, ou buscar dados armazenados no sistema que serão utilizados na correspondência, contendo no mínimo o nome do aluno, endereço, ano da matrícula, escola na qual o aluno irá estudar, endereço da escola.
177. Após salvar os modelos de correspondência, será possível visualizar o modelo de impressão, contendo o cabeçalho padrão e todos os dados armazenados no sistema, com um exemplo do que será exibido.
178. Todos os dados armazenados no sistema que serão utilizados para elaboração do cadastro escolar deverão ser mapeados e documentados.
179. O sistema deverá permitir escolher qual o modelo de correspondência que será utilizado, imprimindo as correspondências conforme modelo selecionado.
180. O sistema deverá exibir uma consolidação de todas as escolas cadastradas e seus respectivos quantitativos de vagas, disponibilidade e fichas de inscrição efetuadas. O sistema deverá exibir para cada escola, se todos os candidatos sugeridos foram confirmados para as escolas definidas pelo sistema, concluindo todo o processo e finalizando o cadastro escolar.
181. O sistema deverá fornecer uma relação de todos os alunos inscritos com suas respectivas escolas definidas para matrícula no próximo ano letivo. Este relatório deverá ser agrupado pela escola de origem para serem enviados a relação dos alunos nas respectivas escolas que estão matriculados.
- 182. Inscrição automática dos alunos concluintes** - O sistema deverá permitir que seja realizado a inscrição automática dos alunos que já estudam em alguma escola da rede de ensino.
183. O sistema deverá exibir uma lista de todas as escolas da rede, contendo a quantidade de matrículas e o número de alunos que estão matriculados na escola e já fizeram o cadastro escolar.
184. O sistema deverá permitir que seja acessado determinada escola, visualizando estas mesmas informações distribuídas por ano de escolaridade. Nesta lista de anos de escolaridade da escola, o sistema deverá permitir que seja acessado os anos de escolaridade e visualizar os alunos que estão matriculados.
185. Na lista de alunos, o sistema deverá permitir que seja selecionado os alunos para realizar a inscrição automática.
186. O sistema não deverá permitir que seja selecionado os alunos que já estão inscritos no cadastro escolar.
187. Após selecionar os alunos, o sistema deverá permitir que seja realizado a inscrição automática, definido as opções de escola com as mesmas regras definidas para realizar uma inscrição manual.
188. O ano de escolaridade definido deverá ser o próximo ano de escolaridade do aluno, considerando como se todos fossem aprovados no ano de escolaridade atual.
189. O sistema deverá selecionar automaticamente as escolas mais próxima da residência do aluno.
190. O sistema deverá definir automaticamente a escola para o aluno caso houver vaga disponível, ou enviar para demanda reprimida caso não houver vaga para nenhuma das opções de escola.
191. O sistema também deverá permitir definir manualmente a escola dos alunos, desde que a escola de destino possua vaga.
192. O sistema deverá informar automaticamente a escola de origem dos cadastros feitos pela inscrição automática, contendo o nome da escola, o ano de escolaridade, e o ano na qual ele encontra-se matriculado.
193. O sistema deverá permitir que seja selecionado os alunos que foram feitas inscrições automáticas, e cancelar estas inscrições, reiniciando todo o processo.
194. O sistema deverá permitir que seja cancelado estas inscrições somente se o candidato não



estiver com sua vaga fechada na gestão do cadastro escolar.

195. Módulo Secretaria Escolar

Este módulo terá o intuito de agilizar os processos escolares e principalmente garantir a documentação correta dos alunos, de maneira rápida e consistente. Através deste módulo, os Secretários Escolares poderão controlar toda a vida escolar dos alunos, desde sua matrícula na instituição; passando pela enturmação na qual vincula-os em suas respectivas turmas, podendo ainda remanejá-los e reclassificá-los entre elas; efetuar transferências instantaneamente, já emitindo os documentos necessários para sua conclusão. Deve ainda gerar toda a documentação escolar do aluno, tal como: Declarações de Escolaridade e Conclusão, Ficha individual, Boletim e Histórico Escolar. Ainda no módulo em questão, os secretários poderão efetuar o lançamento dos profissionais, vinculá-los na unidade escolar e enturmando os professores em suas respectivas turmas.

196. Calendários Escolares - O sistema deverá permitir que os secretários escolares cadastrem os calendários escolares, caso a SME não estabeleça um calendário padrão para toda rede de ensino.

197. Para gerar o calendário escolar o sistema deverá permitir lançar os períodos letivos e escolares de vigência.

198. O sistema deverá permitir a criação de calendários por anos de escolaridade, através da nomenclatura específica do município, permitindo que se vincule um ou vários anos de escolaridade, respeitando o começo e fim de cada período determinado pela SME.

199. No mesmo calendário escolar, o sistema não poderá permitir que se vincule mais que uma vez o mesmo ano de escolaridade.

200. Todos os processos referentes ao lançamento de notas e faltas deverão identificar entre vários calendários escolares, qual o correspondente ao seu ano de escolaridade e validar as datas utilizadas para não ultrapassar os valores das etapas bem como os dias letivos.

201. O sistema mostrará, numa mesma tela, o calendário completo do período letivo, mostrando apenas os meses vigentes de acordo com ano letivo selecionado, destacando os eventos, etapa, feriados, recessos, mostrar também, nesta mesma tela, as legendas destes. Estes destaques serão exibidos nos dias, dentro do mês, de forma clara, sem abrir outra tela, ou mesmo atualizar.

202. Na visualização do calendário, o sistema deverá permitir exibir automaticamente todos os feriados previamente cadastrados no ano letivo logado. Quando apontar o mouse para o dia de um feriado específico, o sistema deverá apresentar a descrição do feriado, sem necessidade de nenhum clique para tal ação.

203. Na visualização do calendário, após ter gerado o calendário, o sistema deverá permitir o lançamento de todas as etapas pertencentes ao calendário, bastando para isto, selecionar visualmente no calendário, as datas correspondentes ao início e fim da etapa escolar e lançar as informações referentes ao valor total da nota na etapa e a média para aprovação.

204. Na visualização do calendário, após ter gerado o calendário, o sistema deverá permitir o lançamento de todos os eventos pertencentes ao calendário, bastando para isto que selecione visualmente no calendário, as datas correspondentes ao início e fim do evento escolar e selecionar um evento previamente cadastrado.

205. O sistema deverá permitir exibir automaticamente após seus lançamentos, todas as etapas, eventos, recessos, feriados nacionais e municipais, durante o ano letivo, bem como, destacar diferenciadamente as etapas, eventos, recessos, feriados e qualquer outra atividade inclusa dentro do calendário.

206. Turnos - O sistema deverá permitir lançar todos os turnos utilizados pelas escolas. Cada unidade escolar terá seus turnos com suas respectivas horas de início e fim.

207. Salas - O sistema deverá permitir lançar todas as salas das escolas contendo suas respectivas capacidades. O sistema deverá ainda permitir marcar as salas como provisória.



- 208. Turmas regulares** - O sistema deverá permitir gerenciar as turmas regulares das escolas, vinculando-as a seu respectivo ano de escolaridade, modalidade de ensino, turno e sala.
209. As turmas poderão ser da modalidade ensino regular, educação especial, EJA, ou de educação profissional.
210. As turmas poderão ser do tipo regular, multisseriada ou correção de fluxo.
211. As turmas poderão ter o tipo de atendimento diferenciado, como classe hospitalar, unidade prisional, ou unidade de educação socioeducativa.
212. Caso a turma seja multisseriada ou correção de fluxo, o sistema deverá permitir que seja escolhido quais os anos de escolaridade que serão trabalhados nesta turma.
213. O secretário escolar poderá escolher os dias da semana que a turma é trabalhada na escola.
214. O secretário escolar poderá escolher qual o quadro curricular que será trabalhado com a turma, caso exista mais de um quadro para o ano de escolaridade escolhido.
- 215. Turmas de atendimento diversificado** - O sistema deverá permitir gerenciar as turmas diversificadas das escolas, vinculando-as a suas respectivas Atividades Complementares ou especiais, regularizadas e previstas pelo MEC. Será utilizado as regras de importação do Educacenso para análise destes dados.
216. O secretário escolar poderá vincular o profissional responsável pela turma diversificada, onde este profissional deverá ser previamente cadastrado no sistema, obedecendo as regras gerais para cadastro de pessoas.
217. Uma turma diversificada poderá ter mais de uma atividade complementar ou educação especial, conforme regras estabelecidas pelo Educacenso.
218. Para cada atividade complementar ou especial, o secretário poderá vincular um profissional ou monitor de atividade complementar.
219. Deverá constar a hora inicial e final desta turma diversificada e quantas vezes esta turma será trabalhada por semana.
220. O secretário escolar poderá definir se a turma é de atividade complementar ou de atendimento educacional especializado (AEE).
221. O secretário escolar poderá definir se a turma trabalha com o projeto mais educação.
222. **Profissionais** - O sistema a ser instalado deverá permitir manter um cadastro de profissionais completo, com CPF e Telefone obrigatório, incluindo todas as exigências de escolaridade necessárias para a migração dos dados para o Educacenso. Será utilizado as regras de migração do Educacenso para avaliar a correta regra do sistema a ser instalado.
223. Ao cadastrar um profissional o sistema a instalar deverá permitir usar os mesmos parâmetros de cadastro de uma pessoa, vide item Pessoa.
224. A lista das entidades de ensino e de cursos, que deverão ser selecionadas para o cadastro de profissional, quando o mesmo tiver curso Superior Completo ou Superior Incompleto, deverá estar atualizado com a lista do último Educacenso.
225. O sistema a ser instalado deverá permitir aceitar até três tipos de formação escolar para os casos de Superior Completo e Superior Incompleto, conforme exigência de quantidade máxima especificado no Educacenso.
- 226. Alunos** - O sistema a ser instalado deverá permitir que seja feito o cadastro do aluno utilizando os parâmetros de cadastro de pessoa descrito neste documento, contendo todos os dados necessários pela Escola/SME e pelo MEC.
227. O sistema deverá permitir que seja cadastrado as informações exigidas pelo Educacenso, conforme último censo escolar: INEP, atendimento escolar diferenciado, deficiências, e demais informações conforme exigências do último Educacenso.
228. Será utilizado as regras de migração do Educacenso para avaliar a correta regra do sistema a ser instalado.
229. Para o preenchimento do endereço do Aluno, o sistema a ser instalado busca informações do cadastro de endereço no próprio sistema.



- 230. Matrículas** - O sistema a ser instalado deverá permitir efetuar a matrícula dos alunos em suas escolas, vinculando, esse, a um ano de escolaridade e seu turno.
- 231.** O sistema deverá apresentar informações da situação do aluno, documentação pendente, dados anteriores do aluno caso tenha vindo de outra escola, contendo campo de observação para preenchimento de alguma informação complementar ou observação necessária para escola.
- 232.** O sistema a ser instalado deverá permitir constar na matrícula dos alunos a opção de informar se possuem dispensa de educação física, informando também o motivo da dispensa, conforme **LEI No 10.793 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003 - DOU DE 2/12/2003.**
- 233.** Na matrícula dos alunos no sistema, caso o aluno tenha informações cadastradas no ano letivo anterior e possua situação final, ao efetuar sua nova matrícula, o sistema buscará automaticamente as informações anteriores do aluno, e seu atual ano de escolaridade no qual deverá cursar de acordo com a situação final anterior.
- 234.** Na matrícula dos alunos, caso o aluno tenha passagem no sistema no ano letivo anterior e possua situação final, ao efetuar sua nova matrícula, o sistema não permitirá que o usuário altere as informações pretéritas como ano de escolaridade e escola do aluno.
- 235.** O sistema a ser instalado deverá permitir informar os documentos pendentes conforme cadastro do item de documentos pendentes constante neste.
- 236.** O sistema a ser instalado deverá permitir informar o transporte escolar do aluno conforme último leiaute de migração do Censo Escolar. Caso o aluno possua informações de transporte escolar no ano letivo anterior, o sistema deverá informar que o aluno utilizava transporte, em sua nova matrícula.
- 237.** O sistema a ser instalado não deverá permitir matricular um aluno que já esteja com matrícula ativa em outra escola no mesmo ano letivo.
- 238.** O sistema deverá exibir na matrícula do aluno, o mapa com a localização da residência do aluno.
- 239.** O sistema deverá exibir a localização da residência do aluno baseando-se no endereço do mesmo.
- 240.** O sistema deverá permitir corrigir a localização da residência do aluno, clicando no marcador e arrastar para a posição correta.
- 241.** O sistema deverá permitir que seja corrigido a localização da residência do aluno na visão da rua.
- 242.** Ao realizar uma matrícula, o sistema deverá exibir as perguntas que devem ser respondidas, conforme modelo de matrícula informado no ano de escolaridade selecionado.
- 243.** Ao efetuar a matrícula o sistema permitirá imprimir a ficha de matrícula preenchida, contendo todas as informações pré-definidas no modelo de ficha, mais as perguntas com suas respectivas respostas.
- 244. Enturmações de alunos** - O sistema a ser instalado deverá permitir inserir o aluno em determinada turma, informando a capacidade da turma e permitindo filtrar pelo turno escolhido na matrícula do aluno, seguindo estas regras na mesma tela:
- 245.** Para efetuar a enturmação, o sistema deverá permitir selecionar uma Turma Regular ou Diversificada, onde será exibido todos os alunos a enturmar, os já enturmados, a capacidade da turma, a quantidade de alunos enturmados e a quantidade disponível para enturmar.
- 246.** No caso dos alunos a serem enturmados, o sistema deverá exibir somente alunos cuja matrícula seja do mesmo ano de escolaridade da turma escolhida.
- 247.** No caso dos alunos a serem enturmados, após selecionar um aluno para enturmar, o sistema o deverá exibir, instantaneamente, na lista de enturmados.
- 248.** Após confirmar a enturmação, o sistema deverá atualizar automaticamente as informações da quantidade de alunos enturmados e a disponibilidade da turma.
- 249.** Caso a quantidade de alunos enturmados ultrapasse a capacidade da turma, o sistema deverá apenas informar a situação, não impedindo que seja adicionado alunos acima da capacidade da turma.
- 250.** Ao selecionar um aluno, o sistema deverá exibir seu nome, data de nascimento e filiação.
- 251.** Caso a turma selecionada seja do tipo diversificada, o sistema deverá permitir efetuar a enturmação de alunos da própria escola e de outras unidades escolares, seguindo o mesmo



fluxo da turma regular, com a diferença de permitir enturmar em várias turmas diversificadas, desde que não tenha conflito de horários entre as turmas regulares e diversificadas na qual já estava enturmado.

252. **Desenturmações de alunos**- O sistema a ser instalado deverá permitir que se desvincule alunos de suas respectivas turmas, seguindo estas regras para a mesma tela:
253. Para efetuar a desenturmação, o sistema a ser instalado deverá permitir selecionar se será para uma Turma Regular ou Diversificada.
254. Após selecionado o tipo da turma, deverá permitir a pesquisa da turma, exibindo na mesma tela todos os alunos enturmados com seus respectivos números de chamada, data de nascimento e pelo menos o nome da mãe.
255. O sistema a ser instalado deverá permitir que desenturme vários alunos em um único procedimento.
256. Para efetuar a desenturmação, o diário de classe não pode estar finalizado, permitindo assim, que seja alterado.
257. **Remanejar Alunos** - O sistema a ser instalado deverá permitir a troca de alunos entre turmas, desde que os anos de escolaridades das turmas sejam exatamente os mesmos. Seguindo estas regras para a mesma tela:
258. Para realizar o remanejamento, o sistema a ser instalado deverá permitir selecionar o aluno que sairá, e a turma de destino na qual o aluno entrará.
259. No caso do remanejamento, o sistema deverá exibir na turma de destino, somente turmas que sejam do mesmo ano de escolaridade da turma de origem, com exceção da mesma.
260. Ao selecionar um aluno, o sistema deverá exibir seu nome, data de nascimento e o nome da mãe.
261. Para concluir o remanejamento deve-se informar uma data na qual ele ocorreu.
262. Após efetuar o remanejamento, todas as notas e faltas compatíveis com a turma de destino devem ser exibidas em seus devidos lugares.
263. Após efetuar o remanejamento, o diário escolar da turma de origem deverá exibir os alunos remanejados com seus devidos status a frente do nome, com os dias letivos sucessores ao remanejamento visualmente inabilitados.
264. No diário da turma de destino deverá ser exibido os dias anteriores ao remanejamento visualmente inabilitados.
265. Após efetuar os remanejamentos, o sistema não poderá permitir que se efetue qualquer tipo de lançamento para os alunos remanejados na turma de origem, inclusive faltas e notas.
266. O aluno poderá ter mais de um remanejamento.
267. **Reclassificar Alunos** - O sistema a ser instalado deverá permitir que se altere alunos de seu ano de escolaridade, seguindo estas regras para a mesma tela:
268. Para realizar a reclassificação, o sistema a ser instalado deverá permitir pesquisar o aluno que sairá e a turma de destino na qual o aluno entrará.
269. No caso da reclassificação, o sistema deverá exibir na turma de destino, somente turmas que sejam de anos de escolaridade diferentes da turma de origem.
270. Ao selecionar um aluno, o sistema a ser instalado deverá permitir exibir seu nome, data de nascimento e nome da mãe.
271. Após efetuar a reclassificação, todas as notas e faltas compatíveis com a turma de destino devem ser exibidas em seus devidos lugares.
272. Após efetuar a reclassificação, o diário escolar da turma de origem deverá exibir os alunos reclassificados com seus devidos status a frente do nome, com os dias letivos sucessores à reclassificação visualmente inabilitados.
273. No diário da turma de destino deverá ser exibido os dias anteriores à reclassificação visualmente inabilitados.
274. Após efetuar as reclassificações, o sistema não poderá permitir que se efetue qualquer tipo de lançamento para os alunos reclassificados na turma de origem, inclusive faltas e notas.
275. **Quadros de horário** - O sistema a ser instalado deverá permitir gerenciar os quadros de horários dos professores, obedecendo as seguintes regras:



276. Uma turma poderá ter vários quadros de horários, desde que as datas início e fim, do quadro de horário, não conflitem com outros quadros da mesma turma. Sendo que para o quadro de horário vigente, o sistema não poderá apresentar a data fim, pois este estará em uso até que se crie um novo.
277. O sistema a ser instalado deverá permitir que se visualize, numa lista, na mesma tela do quadro de horário, todas as disciplinas que ainda não foram definidas no quadro de horário, com suas respectivas quantidades de aulas permitida no quadro curricular, quantidades já adicionadas no quadro e o saldo a ser lançado no quadro.
278. A quantidade de disciplinas e suas respectivas quantidades de aulas a serem lançadas no quadro de horário deverá seguir exatamente a quantidade já cadastrada no quadro curricular. Vide quadro curricular deste documento.
279. O sistema a ser instalado deverá permitir que se visualize todas as disciplinas lançadas em seus respectivos dias vinculados, na ordem da semana, de segunda a sexta, na sequência de seus horários.
280. Para que o quadro de horário possa ser utilizado para lançamento de faltas e demais serviços que necessitem deste, no restante do sistema, todas as disciplinas deverão ser devidamente alocadas nos seus respectivos dias e horários, formando assim o quadro de horário oficial da turma.
281. A ação no sistema de tornar o quadro de horário oficial para a turma deverá armazenar a data início do quadro e estabelecer a data fim do quadro de horário antecessor, caso exista algum vigente, e a partir deste instante, o sistema deverá utilizar este novo quadro de horário para esta turma como oficial, mantendo armazenado o quadro antigo, com todas as informações já registradas para ele.
282. O sistema a ser instalado deverá permitir que se lance faltas apenas a quadros de horários finalizados, respeitando seus períodos de vigência. Quando o lançamento de frequência diária do aluno tiver a data pretérita ao limite de data do quadro oficial, o sistema deverá respeitar os períodos vigentes dos quadros de horários já criados, e lançar exatamente para o quadro ao qual pertence o dia da falta.
283. O sistema a ser instalado deverá permitir que a qualquer instante o quadro de horário sofra alterações.
284. As alterações deverão ser realizadas a partir do quadro oficial, utilizando a mesma tela de criação dos quadros de horários, criando um novo quadro ao término do procedimento.
285. Enquanto o novo quadro de horário estiver sendo modificado, e não for finalizado, o sistema deverá manter as regras de disciplinas e horários do último quadro oficial inalteradas, de maneira que qualquer lançamento no sistema, tenha a persistência do quadro de horário vigente, apesar das novas modificações.
286. Caso as alterações não estiverem completas, ou seja, não foi determinada por uma ação do usuário como pronto para uso oficial, e, por qualquer motivo, o usuário saia da edição do quadro, quando o usuário retornar a este quadro que estava sendo editado, o sistema deverá apresentar exatamente igual a sua última modificação, salvando automaticamente qualquer ação de edição.
287. O sistema a ser instalado deverá permitir a visualização cronológica de todos quadros de horários, por turma, exibindo o quadro de horário completo (dia, horário disciplina), com seus períodos de vigência, sendo que o último não possui data fim.
288. O sistema deverá permitir que seja registrado quadros de horários específicos para sábados e domingos letivos, além dos quadros de reposição de aula durante a semana.
289. **Enturmação de professores** - O sistema a ser instalado deverá permitir que se vincule os professores às suas respectivas turmas, seguindo estas regras para a mesma tela:
290. Ao selecionar uma turma já cadastrada o sistema deverá apresentar as disciplinas pré-estabelecidas no quadro curricular.
291. Para cada disciplina o sistema deverá apresentar opção de escolha somente professores que podem lecionar a respectiva disciplina.
292. O sistema não poderá mostrar, como opção de vínculo com a disciplina, professores que não lecionam na escola a disciplina selecionada.



293. O sistema a ser instalado deverá permitir selecionar várias disciplinas a um mesmo professor, desde que as disciplinas sejam aptas ao professor lecionar.
294. O sistema deverá permitir selecionar vários professores a uma mesma disciplina, desde que as disciplinas sejam aptas ao professor lecionar.
295. O sistema deverá permitir adicionar vários auxiliares ou assistentes educacionais, conforme necessidade da turma.
296. Os auxiliares e assistentes educacionais não deverão ter vínculo com disciplinas, conforme regras estabelecidas pelo Educacenso.
297. **Renovação de Matrículas** - O sistema a ser instalado deverá permitir que o usuário marque quais os alunos solicitaram a renovação de matrícula para o próximo ano letivo.
298. Os alunos poderão ser marcados para renovação a qualquer momento, independente dos alunos possuírem resultado final.
299. O sistema a ser instalado deverá permitir condicionar o aluno ao próximo ano letivo de acordo com a sua situação final, efetuada na apuração final, ficando a cargo do sistema analisar se o aluno foi aprovado e renovar sua matrícula automaticamente no próximo período ou para o mesmo período, caso tenha sido reprovado.
300. **Transferências** - O sistema a ser instalado deverá permitir gerar transferências dos alunos e emitir todos os documentos necessários para realização das mesmas.
301. O sistema a ser instalado deverá permitir, antes de efetuar a transferência, exibir o boletim escolar do aluno a transferir, informando as notas e faltas no corrente ano.
302. Caso as informações do boletim escolar estiverem incompletas, o sistema permitirá ao secretário escolar realizar a solicitação de transferência, emitindo apenas a declaração de transferência e o requerimento.
303. Os alunos em solicitação de transferência poderão ser matriculados nas escolas de destino, mantendo pendente apenas a ficha individual.
304. Os professores poderão registrar notas e faltas para os alunos em solicitação de transferência até a data da solicitação, não permitindo registros após esta data.
305. Os secretários escolares deverão ser notificados dos alunos que estão com solicitação de transferência em aberto.
306. Os secretários escolares deverão ser notificados dos alunos que estão com solicitação de transferência vencida.
307. Após concluir a transferência, o sistema a ser instalado deverá disponibilizar para impressão os documentos de Requerimento de Transferência para que os pais ou o responsável pelo aluno possam assinar, a Declaração de Transferência que confirma o atendimento da solicitação e a regulamentação da transferência, e a Ficha Individual do aluno contendo suas notas, faltas e informações curriculares exibidos em dias e horas, conforme modelo de ficha individual previamente configurado na resolução.
308. Após efetuar a transferência, o diário escolar no sistema exibirá o aluno transferido com seu devido status a frente do nome, com os dias letivos sucessores a transferência visualmente inabilitados.
309. Na turma de destino o diário deverá inabilitar visualmente os dias letivos antecessores a entrada do aluno na escola de destino.
310. Após efetuar a transferência, o sistema não poderá permitir que se efetue qualquer tipo de lançamento para o aluno transferido, faltas e notas.
311. **Abandonos** - O sistema a ser instalado deverá permitir registrar o abandono dos alunos que estejam dentro dos critérios, conforme quantidade de faltas registradas consecutivamente. Após efetuar o registro do abandono, o sistema deverá exibir no diário escolar o aluno que deixou de frequentar com seu devido status à frente do nome, com os dias letivos sucessores ao abandono visualmente inabilitados.
312. **Falecimento** - O sistema a ser instalado deverá permitir registrar o falecimento dos alunos. Após efetuar o registro do falecimento, o sistema deverá exibir no diário escolar os dias letivos sucessores ao falecimento visualmente inabilitados.
313. **Módulo Encaminhamento de Matrículas** - Este módulo deverá fornecer uma gestão de todas



as matrículas realizadas na rede municipal de ensino, garantindo que o aluno transferido será matriculado em uma outra escola mais próxima de sua residência, evitando o uso indevido do transporte escolar e diminuindo a evasão escolar, obedecendo as seguintes regras descritas abaixo:

314. O sistema deverá exibir para o gestor de matrículas uma listagem de todos alunos matriculados na rede de ensino, contendo no mínimo as informações de nome do aluno, filiação, data de nascimento, escola de origem, ano de escolaridade, turma, e situação da matrícula.
315. Esta listagem deverá ser filtrada inicialmente para exibir somente os alunos com solicitação de transferência aberta ou com transferência realizada sem uma matrícula posterior.
316. Poderá filtrar para exibir somente alunos com solicitação de transferência aberta.
31. Poderá filtrar para exibir somente alunos transferidos que não possuem uma matrícula posterior.
317. Poderá marcar para visualizar todos os alunos contidos nos dois filtros.
318. Caso o aluno tenha vindo de fora da rede de ensino, o gestor de matrículas poderá efetuar seu cadastro no sistema, informando obrigatoriamente a escola de origem e o ano de escolaridade na qual está matriculado.
319. O gestor de matrículas poderá selecionar para encaminhamento de matrículas somente alunos que estão com solicitação de transferência aberta sem matrícula posterior, que foram transferidos mas não possuem uma matrícula posterior, ou que nunca foram matriculados.
320. Ao selecionar um aluno para encaminhamento, o gestor da matrícula poderá informar os documentos apresentados que devem ser previamente cadastrados.
321. Após selecionar o aluno, o sistema deverá exibir uma lista contendo todas as escolas que possuem turmas para o mesmo ano de escolaridade do aluno.
322. As escolas deverão ser exibidas e ordenadas de acordo com o zoneamento referente às regras do cadastro escolar mais recente do município.
323. A capacidade da escola deverá ser automaticamente calculada de acordo com a quantidade de alunos com matrícula ativa no ano de escolaridade selecionado em relação a capacidade das salas que recebem estes alunos.
324. Esta capacidade deverá ser subtraída do quantitativo de alunos que constam na listagem de alunos aguardando matrícula para o cadastro escolar.
325. O gestor de matrículas deverá escolher a escola do encaminhamento e concluir o processo.
326. Ao concluir o encaminhamento o sistema deverá gerar o documento de encaminhamento para ser impresso e entregue aos responsáveis pelo aluno.
327. Ao concluir o encaminhamento, o aluno deverá ficar disponível para ser matriculado na escola que foi encaminhado.
328. Somente a escola na qual o aluno foi encaminhado que poderá efetivar sua matrícula.
329. **Módulo Censo Escolar (Educacenso)** - O sistema a ser instalado deverá permitir visualizar telas informativas para gestão dos dados que devem ser enviados para o Educacenso. Estas telas deverão apresentar a situação de cadastro, de maneira que os secretários das escolas, ou gestores do Educacenso, possam acompanhar estes cadastros obrigatórios, tanto na situação inicial das escolas quanto o resultado final - "Módulo Situação do Aluno". Seguindo as seguintes regras: Os secretários escolares poderão visualizar somente as informações das Escolas que trabalham. Os gestores da SME poderão visualizar um consolidado da situação de todas as Unidades Escolares.
330. **Atualização de alunos** - O sistema deverá fornecer ao coordenador do educacenso condições de exportar os alunos para enviar ao Educacenso e receber seu ID/INEP atualizado. O sistema deverá exportar os alunos conforme último leiaute para identificação de ID de alunos e professores, disponível através do site oficial do Educacenso (<http://sitio.educacenso.inep.gov.br>). Após exportar os alunos, o sistema deverá fornecer ao coordenador do educacenso condições de importar o arquivo com os ID/INEP atualizado dos alunos. Ao importar o sistema atualizará apenas o ID/INEP dos alunos. O coordenador do educacenso poderá exportar de uma ou todas as escolas. O sistema deverá trazer informativos de quantos alunos da rede de ensino estão sem ID/INEP, e quantos foram atualizados.



331. **Atualização de profissionais** - O sistema deverá fornecer ao coordenador do educacenso condições de exportar os professores para enviar ao Educacenso e receber seu ID/INEP atualizado. O sistema deverá exportar os professores conforme último leiaute para identificação de ID de alunos e professores, disponível através do site oficial do Educacenso (<http://sitio.educacenso.inep.gov.br>). Após exportar os professores, o sistema deverá fornecer ao coordenador do educacenso condições de importar o arquivo com os ID/INEP atualizado dos professores. Ao importar o sistema atualizará apenas o ID/INEP dos professores. O coordenador do educacenso poderá exportar de uma ou todas as escolas. O sistema deverá trazer informativos de quantos professores da rede de ensino estão sem ID/INEP, e quantos foram atualizados.
332. **Gestão do Educacenso para as escolas - Educacenso do Aluno** - O sistema a ser instalado deverá permitir exibir a listagem de todos os alunos com matrícula ativa nas escolas, seguindo estas regras para a mesma tela: Para efeito de visualização da listagem de informações exigidas pelo Educacenso, a tela deverá apresentar uma lista contendo todas os tópicos de dados exigidos pelo Educacenso, sendo que, para cada tópico, o sistema deverá apresentar um status mostrando que a informação foi registrada no sistema ou não, estes tópicos serão: Naturalidade, Filiação, Endereço e Documentos cadastrados. Na mesma listagem o sistema deverá apresentar qual turma o aluno está.
333. **Educacenso da Escola** - O sistema a ser instalado deverá permitir exibir um resumo de todas as informações inerentes ao Educacenso com as seguintes regras, mostrando a situação de cadastro para cada informação, seguindo estas regras para a mesma tela: Para efeito de visualização da listagem de informações exigidas pelo Educacenso, a tela deverá apresentar uma lista contendo todos os tópicos de dados exigidos pelo Educacenso, sendo que, para cada tópico, o sistema deverá apresentar um status mostrando que a informação foi registrada no sistema ou não, estes tópicos serão: Diretor, situação de funcionamento, local de funcionamento, distrito, regional de ensino, localização, localização diferenciada, dependência administrativa, regulamentação, prédio compartilhado com outra escola, tipo de água consumida, tipo de esgoto sanitário, tipo de abastecimento de água, tipo de abastecimento de energia, destinação do lixo, dependências existentes na escola, computadores, alimentação escolar PNAE, atendimento educacional especializado, atividade complementar, ensino fundamental organizado em ciclos, educação indígena, modalidades. No mesmo quadro, o sistema deverá apresentar os seguintes tópicos com o somatório existentes na escola: quantidade de salas, quantidade de profissionais, alunos matriculados, alunos que utilizam o transporte escolar, alunos com laudo médico e a quantidade de turmas. Estes quantitativos devem ser exibidos conforme realidade das escolas na data corte do Educacenso, sempre considerando os dados contidos neste dia, confrontando as informações de datas de matrícula, enturmação, transferência, abandono, falecimento, entre outras informadas pelos secretários escolares. O sistema deverá apresentar, dentro desta mesma tela, uma forma do secretário escolar autorizar, e, com isso, informar que o seu trabalho, e, que, suas informações sobre o Educacenso, está completado. Somente após esta ação, o sistema permitirá que o arquivo seja gerado pela visão gestão do Educacenso Secretaria de Educação. Antes de autorizar a migração, caso alguma escola identifique algum erro nas informações que serão migradas, o secretário escolar poderá realizar os ajustes necessários. Estes ajustes serão refletidos na migração do educacenso caso as alterações influenciarem nas datas e elas estiverem dentro da data corte do Educacenso. Na Visão da secretaria da Educação, deverá ter na lista de escolas do Educacenso, uma informação que a secretária daquela escola já liberou o envio, ou não.
334. **Educacenso do Profissional** - O sistema a ser instalado deverá permitir exibir a listagem de todos os profissionais com vínculo ativo nas escolas, seguindo estas regras para a mesma tela:
335. Para efeito de visualização da listagem de informações exigidas pelo Educacenso, a tela deverá apresentar uma lista contendo todas os tópicos de dados exigidos pelo Educacenso, sendo que, para cada tópico, o sistema deverá apresentar um status mostrando que a informação foi registrada no sistema ou não, estes tópicos serão: endereço e documento cadastrado. Sendo o documento exigido pelo Educacenso.
336. **Relatórios** - O sistema a ser instalado deverá apresentar relatórios para facilitar a análise das



informações que serão migradas ao Educacenso, contendo no mínimo os descritos abaixo:

1. **Composição das turmas:** Relatório descritivo de todas as turmas das escolas, contendo o nome dos alunos, e para cada aluno seu respectivo ID INEP, se utiliza transporte escolar, se estuda em algum projeto, se possui alguma necessidade especial, e qual a sua situação final no ano letivo.
337. **Alunos com necessidades especiais:** Relatório descritivo de todos os alunos da escola que possuem necessidades especiais, contendo o nome do aluno, ID INEP, Turma e qual a necessidade especial que possui.
338. **Alunos que utilizam transporte escolar:** Relatório descritivo de todos os alunos da escola que possui transporte escolar, contendo o nome do aluno, turma que estuda, e se o transporte é estadual ou municipal.
339. **Gestão do Educacenso para a Secretaria de Educação - Educacenso do Aluno** - O sistema a ser instalado deverá permitir exibir a listagem de todas as escolas com o somatório dos alunos com matrícula ativa nas respectivas escolas, seguindo estas regras para a mesma tela:
 1. O sistema a ser instalado deverá permitir apresentar na frente do nome de cada escola, nesta listagem, os seguintes tópicos: total de Alunos Matriculados, total de alunos com cadastro de mãe incompleto, total de alunos sem cadastro de naturalidade, total de alunos com documento cadastrado, total de alunos com endereço cadastrado.
340. **Educacenso da Escola** - O sistema a ser instalado deverá permitir exibir um resumo de todas as informações inerentes ao Educacenso com as regras descritas abaixo, mostrando a situação de cadastro para cada informação, seguindo estas regras para a mesma tela:
 1. O sistema a ser instalado deverá permitir apresentar os seguintes tópicos com o somatório existentes nas escolas: quantidade de salas, quantidade de profissionais, quantidade de alunos matriculados, quantidade de alunos que utilizam o transporte escolar, quantidade de alunos com laudo médico e a quantidade de turmas. Estes quantitativos devem ser exibidos conforme realidade das escolas na data corte do Educacenso, sempre considerando os dados contidos neste dia, confrontando as informações de datas de matrícula, enturmação, transferência, abandono, falecimento, entre outras informadas pelos secretários escolares.
341. No mesmo quadro, para efeito de visualização da listagem de informações exigidas pelo Educacenso, a tela deverá apresentar uma lista contendo todos os tópicos de dados exigidos pelo Educacenso, sendo que, para cada tópico, o sistema apresentará um status mostrando que a informação foi registrada no sistema ou não, estes tópicos serão: Diretor, situação de funcionamento, local de funcionamento, distrito, regional de ensino, localização, localização diferenciada, dependência administrativa, regulamentação, prédio compartilhado com outra escola, tipo de água consumida, tipo de esgoto sanitário, tipo de abastecimento de água, tipo de abastecimento de energia, destinação do lixo, dependências existentes na escola, computadores, alimentação escolar PNAE, atendimento educacional especializado, atividade complementar, ensino fundamental organizado em ciclos, educação indígena, modalidades.
342. O sistema a ser instalado deverá permitir ao gestor exportar do sistema o arquivo de migração do educacenso, situação inicial e situação final dos alunos, separado por escola, onde o sistema deverá liberar a geração do arquivo somente para as unidades escolares que estiverem com as informações obrigatórias preenchidas e autorizadas pelos secretários escolares.
343. O arquivo da situação inicial deverá ser gerado conforme realidade das escolas na data corte do Educacenso, podendo ser gerado no mesmo dia do corte ou qualquer outro dia posterior ao corte, sempre considerando os dados contidos neste dia, confrontando as informações de datas de matrícula, enturmação, transferência, abandono, falecimento, entre outras informadas pelos secretários escolares.
344. Todo o processo de geração destes arquivos deve ocorrer na base de dados oficial do município, de maneira transparente para os usuários, sem a necessidade de qualquer tipo de paralisação ou limitação na utilização do sistema.
 1. Para a migração da situação inicial, após gerar um arquivo, o gestor do educacenso poderá visualizar um resumo de todos os dados antes de serem enviados ao Educacenso, no mesmo formato que o MEC disponibiliza após a migração, contendo no mínimo os totais de alunos,



matrículas regulares, matrículas de atividade complementar, matrículas de atendimento educacional especializado, alunos que utilizam transporte escolar municipal, alunos que utilizam transporte escolar estadual, docentes, auxiliares educacionais, monitores de atividades complementares, intérpretes de libras, turmas, além do nome e CPF do diretor responsável.

345. Para efeito de comprovação, o sistema a ser instalado deverá gerar o arquivo de migração, tanto da situação inicial quanto da situação final dos alunos, conforme layout de migração disponibilizado pelo último Educacenso. Estas comprovações serão analisadas no departamento de Informática, onde serão verificados registros aleatórios contidos no arquivo de migração, e comparados os campos com o último layout de migração disponibilizado, para comprovar capacidade de gerar os arquivos de migração.
1. O departamento de informática poderá solicitar alterações via sistema de escolas, alunos e profissionais, gerando um novo arquivo de migração que será novamente analisadas no departamento de informática, para comprovar capacidade de alterações no arquivo de migração.
 2. O sistema a ser instalado deverá permitir guardar o histórico de exportação, onde irá armazenar todos os arquivos gerados anualmente.
 3. Para cada arquivo gerado, o sistema deverá disponibilizar para o gestor do educacenso uma relação de todos os alunos que não serão enviados ao censo escolar, contendo no mínimo o nome do aluno, turma, ano de escolaridade, data de matrícula, situação da matrícula, data da saída caso possua, e o motivo pelo qual o aluno não consta no arquivo, conforme análise da situação do aluno na data corte do Educacenso.
 4. **Educacenso do Profissional** - O sistema a ser instalado deverá exibir uma lista de todas as escolas com o consolidado quantitativo de todos os profissionais com vínculo ativo em suas respectivas escolas, seguindo estas regras para a mesma tela.
 5. O sistema a ser instalado deverá permitir apresentar os seguintes tópicos com o somatório existentes nas escolas: Total de professores ativos, total de professores ativos com documento cadastrado, total de professores ativos com endereço cadastrado.

346. Módulo Professores

Módulo onde os professores das escolas irão efetuar todo o fluxo de lançamento de notas e faltas, e as apurações de notas.

Lançamento de Faltas - O sistema a ser instalado deverá permitir que seja lançado as faltas dos alunos para todo um mês. A visão deverá ser o mais parecido possível com o clássico diário de papel usado para lançamento de falta manual, seguindo estas regras para a mesma tela:

347. O professor poderá lançar as faltas somente nas turmas e disciplinas em que leciona.
1. No lançamento de faltas, o sistema a ser instalado deverá permitir visualizar em uma única tela, qual a turma que será registrado a frequência, qual o mês que será lançado as faltas, todos os dias letivos do mês em que será lançado, os alunos com seus respectivos números de chamada e todas as faltas lançadas no mês selecionado.
 2. O sistema deverá trazer somente os dias letivos para registrar falta, evitando erros no lançamento por parte dos professores.
 3. O sistema a ser instalado deverá permitir manter uma lista de todos os alunos da turma, na ordem da lista de chamada, com número do aluno e o nome, demonstrando na frente, o registro de sua falta durante todo o mês selecionado.
 4. Para efeito de análise de frequência escolar do aluno, os usuários deverão lançar apenas as faltas do aluno, sem necessidade de lançar dados quando o aluno for presente.
 5. Caso a turma selecionada seja dos anos iniciais, o sistema deverá lançar faltas por dia, ficando a cargo do professor, apenas selecionar quais alunos terão suas faltas registradas.
348. Caso a turma selecionada seja dos anos finais, o sistema deverá permitir que o professor selecione para qual disciplina vai registrar as faltas, dentro das disciplinas que o professor leciona na turma.
1. O sistema a ser instalado deverá permitir ainda na mesma tela, lançar falta a todos os alunos



ausentes da turma, em qualquer dia letivo do mês selecionado, bastando para isto, clicar no campo correspondente ao aluno, e, dia, ao qual deseja registrar a ausência. Neste momento, o sistema deverá atualizar apenas os registros que foram alterados, armazenando as informações no sistema automaticamente. Para voltar o registro do aluno marcado como ausente para presente, basta clicar no campo correspondente para o sistema alterar o registro do aluno, armazenando no sistema e atualizando a informação apenas do campo alterado.

349. O sistema a ser instalado deverá permitir na mesma tela, justificar as faltas lançadas, bastando para isso, selecionar na tela, a coluna correspondente ao dia com o aluno que deseja lançar a justificativa, para o sistema atualizar instantaneamente o registro deste aluno, armazenando a informação no sistema e atualizando apenas este campo na tela.
1. Estas atualizações de faltas, a serem feitas nesta tela, deverão atualizar apenas o campo onde determina a junção do dia com o aluno, sem que, para tanto, a tela realize uma atualização completa, ou seja, ao adicionar uma falta de cada vez, apenas as os campos clicados podem atualizar e modificar sua condição presença para falta e vice-versa.
 2. **Avaliações** - O sistema a ser instalado deverá permitir cadastrar todos os tipos de avaliações a serem aplicadas aos alunos, obedecendo as seguintes regras:
 3. Para lançar uma nova avaliação, o sistema a ser instalado, deverá permitir buscar o tipo de avaliação já cadastrado pela SME.
 4. O sistema a ser instalado deverá permitir criar, a critério do professor, as avaliações a serem aplicadas aos alunos durante todas as etapas, selecionando em qual tipo de avaliação esta nova avaliação se enquadra.
 5. As avaliações devem ser criadas por disciplina, respeitando o ano de escolaridade de cada, sendo que, cada professor, só poderá criar as avaliações de acordo com as disciplinas e anos de escolaridade que lecionam.
 6. Na criação das avaliações, o sistema a ser instalado, deverá permitir que o professor escolha qual etapa será aplicada a avaliação, permitindo que escolha mais de uma etapa para a mesma avaliação criada. Desta forma, num único procedimento, cadastrar várias avaliações, uma para cada etapa.
 7. O sistema a instalar deverá permitir, nesta mesma tela, que seja estabelecido pelo professor, a quantidade de pontos a serem distribuídos em cada avaliação e a média da avaliação, caso o ano letivo seja avaliado por ponto e não conceito.
 8. O sistema a ser instalado deverá permitir excluir uma avaliação, independentemente se foi criada para mais de uma etapa, apagando somente a avaliação acessada.
 9. O sistema não poderá permitir lançar uma avaliação cuja somatória de pontos das avaliações ultrapassem o valor máximo de pontos da etapa.
 10. **Desempenho** - O sistema a ser instalado deverá permitir que seja lançado as notas dos alunos para as avaliações previamente cadastradas, seja por pontos ou conceitos, conforme regras descritas abaixo:
 - A. Para realizar os lançamentos, o sistema a ser instalado deverá permitir aos professores que selecione a etapa, turma e disciplina.
350. Ao carregar as informações da turma selecionada, o sistema a ser instalado deverá permitir trazer automaticamente uma listagem de todos os alunos da turma, por ordem de chamada, todas as avaliações cadastradas para a turma, etapa e disciplina selecionada, e a opções de se lançar as notas, por pontos ou conceitos, previamente personalizados nos cadastros do sistema. Caso o tipo de nota lançada for pontos, o sistema não deverá permitir que se lance valores acima da pontuação máxima da avaliação. Caso o tipo de nota lançada for ponto, o sistema deverá marcar visualmente quais alunos estão com notas abaixo da média.
351. **Apuração de desempenho** - O sistema a ser instalado deverá permitir que o professor faça a apuração das notas dos alunos, fechando cada etapa individualmente, conforme regras descritas abaixo: Para realizar a apuração, o sistema a ser instalado deverá permitir aos professores selecionar a turma, etapa, disciplina.
352. Ao carregar as informações da turma selecionada, o sistema deverá exibir automaticamente todas as avaliações aplicadas e suas respectivas notas lançadas na etapa, junto com a lista dos



alunos ordenada pela chamada.

353. Caso a apuração for por conceito, o sistema deverá permitir que o professor escolha qual o conceito final que o aluno receberá na etapa.
354. Caso a forma de apuração seja por ponto o sistema deverá somar automaticamente as notas dos trabalhos e avaliações apresentados, preenchendo, assim, a nota final dos alunos na etapa.
355. **Recuperações** - O sistema a ser instalado deverá permitir que os professores registrem as recuperações dos alunos, seja ela aplicada após cada etapa, semestral ou anual, conforme regras estabelecidas pela secretaria de educação. Vide módulo administrativo.
356. **Apurar Recuperações** - O sistema a ser instalado deverá permitir que os professores apurem as recuperações dos alunos, seja ela aplicada após cada etapa, semestral ou anual, conforme regras estabelecidas pela secretaria de educação. Vide módulo administrativo.
357. **Apurar Etapas** - O sistema a ser instalado deverá permitir que o professor faça a apuração de todas as etapas dos alunos, apresentando todas as notas obtidas pelo aluno durante a apuração das notas, conforme regras descritas:
 1. Para realizar a apuração, o sistema a ser instalado deverá permitir aos professores que filtre os lançamentos por turma e disciplina.
 2. Ao carregar as informações da turma selecionada, o sistema deverá exibir uma listagem de alunos por ordem de chamada, contendo todas as etapas e suas respectivas notas apuradas. Caso avaliação for por conceito, o sistema a ser instalado deverá permitir que o professor escolha qual o conceito final que o aluno receberá na apuração final de todas as etapas.
 3. Caso a forma de avaliação seja por ponto o sistema deverá somar automaticamente as etapas, preenchendo, assim, a nota final dos alunos na apuração final de todas as etapas, já considerando as recuperações por etapa, semestrais e finais configuradas pela secretaria de educação.
358. **Apuração Final** - O sistema a ser instalado deverá permitir que se faça a apuração final dos alunos, apresentando o consolidado das informações obtidas a partir da apuração das etapas, seguindo estas regras para a mesma tela:
 1. O sistema a ser instalado deverá permitir exibir uma lista contendo os nomes dos alunos, número de chamada, suas respectivas notas e faltas, agrupados por disciplina.
 2. O sistema a ser instalado deverá permitir que os professores escolham os resultados finais dos alunos, sendo no mínimo: Aprovado, Reprovado, Em Continuidade, ou Deixou de Frequentar.
 3. Para efetuar a apuração final, o sistema deverá permitir aos professores que filtre os lançamentos por turma, finalizando o lançamento de cada uma separadamente.
 4. Ao carregar as informações da turma selecionada, o sistema deverá exibir automaticamente todas as disciplinas aplicadas e suas respectivas notas adquiridas na apuração de etapas.
 5. Ao carregar as informações da turma selecionada, o sistema deverá trazer automaticamente todas as disciplinas juntamente com as faltas lançadas aos alunos.
 6. O sistema deverá permitir que grave a apuração final, a qualquer momento, concluindo, ou não, o processo.
 7. O sistema não deverá aceitar concluir uma apuração final, sem que todos os alunos da turma selecionada possuam situação final estabelecida.
 8. Somente após concluir a apuração final de uma turma, o sistema poderá permitir que se efetue uma nova matrícula para o próximo ano letivo, dos alunos desta turma.
359. **Registro de ocorrências** - O sistema deverá permitir aos professores registrarem ocorrências de qualquer aluno da escola, contendo no mínimo a data da ocorrência, nome completo do aluno, e a descrição do ocorrido.
360. **Registro de conteúdos ministrados** - O sistema a ser instalado deverá permitir ao professor lançar os conteúdos ministrados nas aulas, conforme regras a seguir:
 1. O lançamento poderá ser mensal ou diário, conforme estabelecido pela secretaria de educação. Vide resoluções.
 2. Para o lançamento mensal o sistema deverá exibir automaticamente a quantidade de aulas lecionadas em cada disciplina do mês letivo acessado, exibindo a frente da disciplina os campos



para se realizar os registros.

3. Para o lançamento diário o sistema deverá exibir automaticamente todos os dias letivos do mês selecionado, exibindo a frente de cada dia o número de aulas lecionadas em cada disciplina, mais os campos para se realizar os registros por disciplina.
361. **Registro de observações no diário** - O sistema a ser instalado deverá permitir ao professor lançar as observações no diário, conforme regras a seguir:
 1. O lançamento poderá ser mensal ou diário conforme estabelecido pela secretaria de educação. Vide resoluções.
 2. Para o lançamento mensal o sistema deverá exibir automaticamente a quantidade de aulas lecionadas em cada disciplina do mês letivo acessado, exibindo a frente da disciplina os campos para se realizar os registros.
 3. Para o lançamento diário o sistema deverá exibir automaticamente todos os dias letivos do mês selecionado, exibindo a frente de cada dia o número de aulas lecionadas em cada disciplina, mais os campos para se realizar os registros por disciplina.
362. **Ficha de acompanhamento dos alunos** - O sistema deverá permitir aos professores registrar a ficha de acompanhamento dos alunos em campo de texto livre, conforme regras a seguir:
 1. O registro poderá ser feito quantas vezes for necessário para cada aluno.
 2. Para cada registro os professores deverão informar o período na qual foi feito o acompanhamento.
 3. O sistema deverá identificar automaticamente a qual etapa os registros foram cadastrados e exibir de maneira visual para os professores identificarem quais os alunos já possuem registro e quais não possuem em cada etapa.
 4. O sistema deverá exibir de maneira visual quais as turmas já possuem registro para todos os alunos, os quais possuem para somente alguns alunos e quais não possuem registros.
363. **Módulo Pedagógico** - O sistema deverá possuir uma gestão pedagógica para acompanhamento do desenvolvimento dos alunos nas escolas. Este módulo deverá permitir ao pedagogo acompanhar todos os lançamentos de notas e faltas, realizados no sistema. Somente após aprovação dos pedagogos, o sistema deverá disponibilizar as notas e faltas no boletim escolar.
364. **Gestão de Notas e Faltas** - Os pedagogos deverão visualizar todas as informações escolares dos alunos, contendo seus rendimentos nas disciplinas e faltas, discriminado por avaliações e resultado das etapas, seguindo estas regras para a mesma tela:
 1. O sistema deverá efetuar a gestão por turma e etapa.
 2. O sistema deverá exibir todas as avaliações lançadas, agrupadas por disciplina, contendo também, o resultado final obtido pelos alunos na etapa, total de faltas na etapa, as faltas globais e a percentagem referente às faltas obtidas da etapa selecionada, fazendo um levantamento da possibilidade do aluno ser reprovado por infrequência, seguindo critérios estabelecidos pelo MEC.
 3. O sistema deverá exibir destacadamente todos os alunos cuja notas não foram lançadas ou o resultado obtido foi que o aluno não foi avaliado naquela avaliação ou etapa.
 4. O sistema deverá destacar também os alunos infrequentes ou com risco de infrequência.
 5. O sistema deverá permitir que se finalize a etapa verificada. Após a finalização da etapa, o sistema não poderá permitir que seja feita nenhuma alteração pelos professores das notas e faltas obtidas pelos alunos na etapa analisada.
365. **Distorção de idade com ano de escolaridade** - O sistema deverá permitir aos pedagogos visualizarem um relatório quantitativo de todos os alunos agrupados por ano de escolaridade e idade, conforme regras a seguir:
 1. Para cada ano de escolaridade o sistema deverá exibir a quantidade de alunos que estão com idade inferior a 6 anos, com 6 anos completos, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, e acima de 18 anos de idade.
 2. Este relatório poderá ser visualizado independente do sexo dos alunos, ou separado.
366. **Relatório quantitativo de desempenho** - O sistema deverá gerar para os pedagogos um



relatório quantitativo de desempenho dos alunos, separado por etapa, agrupado por escola e ano de escolaridade, conforme regras a seguir:

1. Dentro de cada ano de escolaridade, o sistema deverá exibir as turmas da escola.
2. A frente de cada turma o sistema deverá exibir a quantidade de matrículas iniciais; quantidade de alunos admitidos posteriormente, seja por transferência ou por outros motivos; quantidade de alunos eliminados, seja por transferência, falecimento, abandono, ou por outros motivos; quantidade de matrículas ao final da etapa.
3. A frente de cada turma o sistema deverá exibir também as disciplinas lecionadas e o desempenho obtido pelos alunos.
4. Caso o sistema de aplicação de desempenho seja através de conceitos, o sistema deverá exibir a quantidade de alunos que obtiveram cada um dos conceitos trabalhados.
5. Caso o sistema de aplicação de desempenho seja através de pontos, o sistema deverá exibir a quantidade de alunos que obtiveram desempenho igual ou acima da média, e quantos obtiveram abaixo.
367. **Conselho de Classe** - Os coordenadores pedagógicos poderão configurar um questionário para ser respondido no conselho de classe realizado nas escolas com os pedagogos e professores, conforme regras a seguir:
 1. Este questionário poderá ter campos de texto livre, pergunta do tipo resposta livre, ou perguntas do tipo resposta de única escolha.
 2. Para cadastrar cada pergunta o coordenador pedagógico deverá informar o título da pergunta e escolher o tipo de resposta.
 3. Para as respostas de única escolha, o coordenador pedagógico deverá informar as opções de escolha.
 4. Após configurado o questionário do conselho de classe, os pedagogos nas escolas poderão responder um questionário a cada etapa.
368. **Módulo Diretoria Escolar** - O sistema a instalar deverá fornecer uma gestão para a diretoria escolar acompanhar a evolução da sua escola perante o sistema, gerenciando e antecipando problemas como atrasos nos lançamentos de notas e faltas, garantindo a finalização correta dos anos letivos. Através desta mesma gestão, o sistema deverá permitir aos coordenadores da rede gerenciar todas as escolas.
369. **Gestão escolar** - O sistema deverá permitir aos diretores escolares visualizarem gráficos lineares de evolução de matrículas e enturmações durante todo o ano letivo, permitindo acompanhar a evolução da escola, conforme regras a seguir:
 1. O sistema deverá exibir quantitativos de total de matrículas, enturmações e turmas.
 2. Nesta mesma tela, o sistema deverá exibir uma lista de todas as turmas da escola, e todas as etapas que compõem o calendário escolar das turmas.
 3. Para cada etapa, o sistema deverá exibir se a mesma encontra-se aberta ou fechada.
 4. O sistema deverá exibir também nesta tela se já foi realizado a apuração de etapas da turma e se a turma já foi finalizada.
 5. O sistema deverá permitir aprofundar a análise das turmas, exibindo as disciplinas que compõem o quadro curricular, os professores enturmados e a situação dos lançamentos, que pode ser lançado ou não lançado.
 6. O sistema deverá permitir imprimir esta análise aprofundada de uma turma ou de todas as turmas da escola.
370. **Registro de ocorrências** - O sistema deverá permitir aos diretores registrarem ocorrências de qualquer aluno ou profissional da escola, contendo no mínimo a data da ocorrência, nome completo do aluno ou profissional, e a descrição do ocorrido.
371. **Módulo Gerência de ensino** - O sistema a ser instalado deverá fornecer relatórios gerenciais e



analíticos para facilitar o trabalho da gerência de ensino, obedecendo as seguintes regras:

1. **Gerência escolar** - O sistema deverá permitir a gerência de ensino acompanhar a evolução de todas as escolas da rede de ensino quanto a utilização do sistema e cumprimento das metas para fechamento de etapas e entrega dos boletins, conforme regras a seguir:
 2. O sistema deverá permitir visualizar um gráfico de matrículas e enturmações de todas as escolas da rede de ensino, exibindo também os totais de todas as matrículas, enturmações e turmas de toda a rede.
 3. O sistema deverá permitir visualizar uma lista de todas as escolas da rede, com a quantidade de matrículas e a situação das etapas.
 4. A situação das etapas pode ser aberta quando a escola possuir mais que uma etapa aberta, alerta quando apenas a última etapa estiver aberta, e Fechada quando todas as etapas da escola estiverem fechadas.
 5. O sistema deverá permitir aos coordenadores acessar as escolas e visualizar gráficos lineares de evolução de matrículas e enturmações durante todo o ano letivo, permitindo acompanhar a evolução da escola.
 6. O sistema deverá exibir quantitativos de total de matrículas, enturmações e turmas.
 7. Nesta mesma tela, o sistema deverá exibir uma lista de todas as turmas da escola, e todas as etapas que compõem o calendário escolar das turmas.
 8. Para cada etapa, o sistema deverá exibir se a mesma encontra-se aberta ou fechada.
 9. O sistema deverá exibir também nesta tela se já foi realizado a apuração de etapas da turma e se a turma já foi finalizada.
 10. O sistema deverá permitir aprofundar a análise das turmas, exibindo as disciplinas que compõem o quadro curricular, os professores enturmados e a situação dos lançamentos, que pode ser lançado ou não lançado.
 11. O sistema deverá permitir imprimir esta análise aprofundada de uma turma ou de todas as turmas da escola.
372. **Gráfico de desempenho da rede de ensino** - A gerência de ensino poderá acessar um gráfico analítico do desempenho dos alunos em toda a rede de ensino, separado por etapa, sendo agrupado por ano de escolaridade e em cada ano uma separação por disciplina, conforme regras a seguir:
1. Para cada disciplina o sistema deverá exibir o desempenho gráfico de todos os alunos da rede no ano de escolaridade acessado.
 2. Os gráficos deverão exibir o percentual de alunos abaixo da média, acima da média mas abaixo de 70%, e aqueles que estão entre 70 e 100%.
 3. A gerência de ensino poderá aprofundar nesta análise e escolher para visualizar as informações de apenas uma escola.
 4. Estes gráficos serão gerados somente se todas as etapas passadas já estiverem finalizadas na gestão de faltas e notas.
373. **Gráfico de desempenho por disciplina** - A gerência de ensino poderá acessar um gráfico analítico do desempenho dos alunos em toda a rede de ensino, separado por etapa, sendo agrupado por ano de escolaridade e em cada ano uma separação por escola, conforme regras a seguir:
1. Para cada escola o sistema deverá exibir o desempenho gráfico de todos os alunos da rede no ano de escolaridade e disciplina acessada.
 2. Os gráficos deverão exibir o percentual de alunos abaixo da média, acima da média mas abaixo de 70%, e aqueles que estão entre 70 e 100%.
 3. A gerência de ensino poderá escolher para visualizar os gráficos de qualquer disciplina do quadro curricular.
 4. Estes gráficos serão gerados somente se todas as etapas passadas já estiverem finalizadas na gestão de faltas e notas.



374. **Relatório analítico da situação final dos alunos** - A gerência de ensino poderá gerar um relatório quantitativo personalizado conforme situação final dos alunos, seguindo as regras:
1. Deverá ser possível personalizar para filtrar qual a situação dos alunos que será analisada, tendo no mínimo as opções: Aprovado, Reprovado, Em continuidade, e Deixou de frequentar.
 2. Deverá ser possível personalizar para filtrar os alunos que estão com desempenho entre um percentual mínimo e máximo.
 3. Deverá ser possível personalizar se o desempenho deve ser considerado a nota recuperada ou não.
 4. Deverá ser possível personalizar para filtrar quais as disciplinas serão analisadas.
 5. Deverá ser possível personalizar se os critérios anteriores devem constar em todas as disciplinas selecionadas ou em qualquer uma.
 6. Após estabelecer os critérios personalizados, o sistema deverá exibir uma lista de todas as escolas e a quantidade de alunos que foram identificados com estes critérios.
 7. A gerência de ensino poderá aprofundar na análise e selecionar uma escola para visualizar quais os anos de escolaridade foram identificados com os critérios personalizados, e a quantidade de alunos que foram identificados com estes critérios.
 8. A gerência de ensino poderá aprofundar na análise e selecionar um ano de escolaridade para visualizar quais são os alunos que foram identificados com os critérios personalizados, e seus respectivos desempenhos.
375. **Relatório quantitativo de faltas** - A gerência de ensino poderá gerar um relatório quantitativo de todas as faltas ocorridas na rede de ensino, agrupadas por escola e separado por ano de escolaridade, conforme regras a seguir:
1. As faltas deverão ser exibidas separadas em cada mês letivo e a frente um total destas faltas.
 2. Abaixo de cada escola deverá ser exibido os totais gerais de cada mês e o total de faltas do ano na escola.
376. **Relatório analítico das movimentações dos alunos** - A gerência de ensino poderá gerar um relatório quantitativo de todas as movimentações dos alunos, agrupados por escola e por modalidade de ensino, conforme regras a seguir:
1. Dentro de cada escola e modalidade de ensino, o sistema deverá exibir um quantitativo contendo a quantidade de matrículas iniciais; quantidade de alunos admitidos posteriormente, seja por transferência ou por outros motivos; quantidade de alunos eliminados, seja por transferência, falecimento, abandono, ou por outros motivos; quantidade de matrículas ao final do ano; e a situação final destes alunos.
 2. A gerência de ensino poderá aprofundar na análise e visualizar este mesmo relatório separado por cada ano de escolaridade trabalhado na rede de ensino.
 3. A gerência de ensino poderá aprofundar na análise e visualizar este mesmo relatório de uma única escola, agrupado por ano de escolaridade trabalhado na unidade escolhida.
 4. A gerência de ensino poderá aprofundar na análise e visualizar este mesmo relatório de uma única escola, agrupado por turmas trabalhadas na unidade escolhida.
377. **Análise de risco de retenção** - O sistema deverá permitir aos coordenadores pedagógicos visualizarem um gráfico com o percentual de alunos aprovados e reprovados de todas as escolas da rede de ensino, exibindo também os totais de alunos aprovados e reprovados, com o percentual geral de aprovação e reprovação de toda a rede, conforme regras a seguir:
378. O sistema deverá permitir aos coordenadores pedagógicos visualizarem uma lista de todas as escolas da rede, com a quantidade de matrículas, quantidade de alunos aprovados, percentual de aprovação, quantidade de alunos reprovados por desempenho, percentual de reprovação por desempenho, quantidade de alunos reprovados por frequência, e percentual de reprovação por frequência.
379. **Módulo Boletim online** - O sistema deverá fornecer um meio de comunicação com a sociedade, permitido aos pais e responsáveis pelos alunos acessarem as informações de notas e faltas.



380. **Segurança do boletim online** - O sistema deverá permitir aos pais/responsáveis pelos alunos, acessarem o boletim online através do próprio sistema instalado, sem a necessidade de se criar um site de acesso específico ao boletim online, conforme regras a seguir:
1. O sistema deverá permitir aos pais/responsáveis pelos alunos, acessarem somente as informações das etapas que foram analisadas e apuradas pelos Pedagogos.
 2. O sistema deverá gerar automaticamente um login e senha de acesso ao boletim online para os pais/responsáveis pelos alunos, utilizando das informações previamente cadastradas no sistema, sem a necessidade de realizar qualquer outro tipo de cadastro.
 3. Este login e senha de acesso deverá ser impresso e entregue aos pais/responsáveis pelos alunos, juntamente com as instruções de acesso ao sistema.
381. **Acesso ao boletim online** - Para os pais/responsáveis pelos alunos acessarem o boletim online, o sistema deverá permitir que se digite o login e senha de acesso na mesma página de entrada do sistema, utilizado para ingresso de todos os usuários do sistema, sem a necessidade de se criar um local específico de acesso ao boletim online.
1. O boletim deverá conter pelo menos a turma, escola, ano de escolaridade do aluno acessado, além das informações de notas e falta, separadas por disciplina.
 2. Após realizar a troca da senha, o sistema não deverá mais permitir que se imprima o login e senha de acesso dos pais/responsáveis pelos alunos que efetuaram a troca da senha, continuando a imprimir normalmente dos que ainda não realizaram esta troca.
382. **Módulo de RH** - O sistema deverá fornecer uma gestão básica de RH, preenchendo no mínimo os requisitos quanto ao quadro de funcionários, suas funções, vínculos, controle de ponto do funcionário, mostrando a situação do profissional perante a escola.
383. **Funções e Cargos** - O sistema deverá permitir cadastrar todas as funções e cargos desempenhados na escola, fazendo referência com o CBO (Classificação Brasileira de Ocupações).
384. **Tipos de Licença ou Férias** - O sistema deverá permitir cadastrar todos os tipos de licença e férias, regulamentando a quantidade de dias de afastamento, caso seja padrão, conforme lei regente.
385. **Lotações de profissionais** - O sistema deverá permitir realizar a lotação dos profissionais a disposição da Secretaria Municipal de Educação, permitindo selecionar o profissional previamente cadastrado e lançar no mínimo as informações de situação funcional, tipo de contratação, data de admissão, data de desligamento, número de matrícula, cargo, e carga horária mensal.
1. A situação funcional poderá ser ativo, rescindido, removido, demitido, ou exonerado.
 2. Ao realizar uma nova lotação, a situação funcional deverá ser exclusivamente ativo.
 3. O tipo de contratação poderá ser efetivo, contratado, comissionado efetivo, e comissionado contratado.
 4. O cargo deverá ser uma informação previamente cadastrada na funcionalidade de cargos e funções.
 5. Caso o tipo de contratação seja efetivo ou comissionado efetivo, o sistema não deverá permitir lançar a data de desligamento no cadastro da lotação dos profissionais.
 6. Caso o tipo de contratação da lotação seja contratado ou comissionado contratado, o sistema deverá permitir rescindir a lotação, obrigando informar a data da saída e alterando a situação funcional para rescindido.
 7. Caso o tipo de contratação da lotação seja efetivo ou comissionado efetivo, o sistema deverá



permitir demitir ou exonerar a lotação, obrigando informar se é uma demissão ou uma exoneração, mais a data da saída, e alterando a situação funcional para demitido ou exonerado, conforme selecionado.

386. **Vínculos de profissionais** - O sistema a ser instalado deverá permitir vincular as lotações ativas dos profissionais, em uma ou várias unidades, preenchendo os requisitos necessários do profissional para execução de sua atividade na escola, incluindo sua situação funcional, data de início do vínculo com a unidade, função e carga horária de trabalho, para cada unidade vinculada.
1. A situação funcional poderá ser ativo, rescindido, removido, demitido, ou exonerado.
 2. Ao realizar um novo vínculo, a situação funcional deverá ser exclusivamente ativo.
 3. A função deverá ser uma informação previamente cadastrada na funcionalidade de cargos e funções.
 4. Caso a função selecionada seja correspondente aos professores da rede de ensino, o sistema deverá exibir todas as disciplinas previamente cadastradas, permitindo selecionar uma ou várias disciplinas que o professor leciona.
 5. O sistema deverá permitir cadastrar um ou vários vínculos para uma mesma lotação, desde que a soma das cargas horárias dos vínculos ativos desta lotação não seja maior que a carga horária estabelecida na lotação do profissional.
387. **Controle de Pontos** - O sistema deverá possuir um controle de ponto dos funcionários dividido por escola.
1. Para efetuar o controle de ponto, o usuário deverá ver em uma única tela, todos os profissionais vinculados a escola logada, permitindo a visualização de cada profissional da sua situação funcional, função exercida no cargo, dobra, carga horária, número de matrícula, abono incentivo, hora extras, horas facultativas, faltas letivas, faltas de hora módulo e faltas escolares.
 2. Para realizar o controle dos pontos, o sistema deverá permitir que o usuário responsável em lançar o controle de pontos, veja na listagem de apuração descrita acima, a situação de cada profissional, onde deverá exibir se o profissional encontra-se em análise, se foi aprovado ou rejeitado suas informações. Vide Apuração de Pontos.
 3. Para efetuar o controle dos pontos, o sistema deverá permitir lançar todas as informações necessárias, contendo no mínimo as opções de lançar a Extensão de Carga horária, quantidade de aulas lecionadas, Dobra, Carga horária, exigência curricular, faltas letivas, faltas de hora módulo, Abono incentivo, adicional noturno, faltas escolares, observações e a situação funcional.
 4. Caso a situação funcional seja do tipo férias ou licença, e o tipo de licença previamente cadastrado possua a quantidade de dias de afastamento, o sistema deverá calcular automaticamente a data do retorno do profissional, a partir da data de afastamento.
 5. O sistema deverá permitir que se lance várias observações a um mesmo profissional.
 6. O sistema deverá criar um canal de comunicação através destas observações, entre o usuário responsável por lançar o controle de ponto na escola e o gestor do RH, que efetuará a apuração dos pontos na SME.
 7. O responsável pelo controle de ponto nas escolas poderá imprimir um mapa de apuração de ponto para ser assinado por cada profissional da escola, contendo no mínimo o tipo de contratação, número de matrícula, nome, função, horas contratadas, dobra, horas facultativas, letivas, escolares.
 8. O responsável pelo controle de ponto nas escolas poderá imprimir um mapa de apuração de ponto para ser enviado à secretaria de educação contendo no mínimo o tipo de contratação, número de matrícula, nome do profissional, função, horas contratadas, dobra, horas facultativas, letivas, escolares.
388. **Apuração de pontos** - O sistema deverá possuir uma gestão dos pontos para os gestores de RH da SME.
1. Para efetuar a apuração dos pontos, o sistema deverá permitir que o usuário gestor do RH selecione qualquer escola e o mês em que deseja apurar.



2. Após pesquisar, o sistema deverá permitir visualizar em uma única tela todos os profissionais vinculados a unidade selecionada, exibindo para cada profissional sua situação funcional, função exercida no cargo, carga horária, abono incentivo, número de matrícula, faltas de hora modulo, horas facultativas, faltas letivas, dobra, faltas escolares, e hora extras.
 3. O sistema deverá permitir que o gestor do RH visualize todos os profissionais que possuem vínculo em mais de uma unidade, exibindo as escolas, a carga horária, função e situação funcional em cada escola.
 4. Para efetuar a apuração dos pontos, o sistema deverá permitir que o usuário responsável em apurar, selecione na listagem de apuração descrita acima, a situação de cada profissional, onde deverá constar a opção de marcar o profissional como aprovado ou rejeitado.
 5. O status selecionado pelo profissional deverá ser exibido para o usuário responsável em lançar o controle de ponto da escola escolhida.
 6. Para cada profissional rejeitado, o sistema deverá obrigar o gestor a descrever o motivo da rejeição, na qual será exibido para o usuário responsável em lançar o controle de ponto da unidade escolhida.
 7. Para ver detalhes da apuração dos pontos dos profissionais, o sistema deverá permitir ao usuário gestor do RH, apenas visualizar as informações lançadas, relacionada a Carga horária, faltas letivas, Dobra, faltas de hora módulo, Abono incentivo, adicional noturno, quantidade de aulas lecionadas, exigência curricular, Extensão de Carga horária, e faltas escolares.
 8. O sistema deverá permitir que o gestor do RH lance várias observações a um mesmo profissional, não podendo alterar as observações lançadas pelo controle de pontos da escola selecionada.
 9. O sistema deverá criar um canal de comunicação através destas observações, entre o gestor do RH, que efetuará a apuração dos pontos e o usuário responsável por lançar o controle de ponto na escola.
 10. O sistema deverá permitir que o gestor do RH lance ou altere a situação funcional dos profissionais escolhidos, alterando a situação funcional lançada pelo controle de pontos da escola selecionada.
 11. Caso a situação funcional seja do tipo férias ou licença, e o tipo de licença previamente cadastrado possua a quantidade de dias de afastamento, o sistema deverá calcular automaticamente a data do retorno do profissional, a partir da data de afastamento.
 12. O gestor do RH na SME poderá imprimir um mapa de apuração de ponto consolidado da rede de ensino para ser encaminhado ao setor de RH, agrupado por tipo de contratação, contendo no mínimo o número de matrícula, nome, função, horas contratadas, dobra, horas facultativas, letivas, escolares.
389. **Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos** - O sistema a ser instalado deverá fornecer uma gestão completa do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, permitindo controlar as progressões de tempo de serviço, progressões de qualificações e os benefícios dos profissionais, adquiridos antes do plano entrar em vigor.
390. **Configurações do Plano** - O sistema a ser instalado deverá controlar a data na qual o plano entrará em vigor, onde a partir desta data, iniciar a contagem de tempo de progressão dos profissionais conforme regras estabelecidas abaixo:
1. Deverá controlar a data limite para os profissionais escolherem aderir ou não ao plano, onde a partir desta data, todos os profissionais que escolherem aderir serão incluídos no controle do plano de Cargos, Carreiras e Vencimento. Os profissionais que escolherem não aderir, serão excluídos do controle do plano de Cargos, Carreiras e Vencimento.
 2. Deverá controlar em dias as progressões de tempo de serviço, onde a partir da data de aplicação, sempre que chegar ao valor estabelecido, todos os profissionais aderidos ao plano trocarão de progressão por tempo de serviço, chegando até o limite da aposentadoria.
 3. Deverá controlar o tempo de estágio probatório dos profissionais, onde só poderá aderir ao plano ao final do tempo estabelecido.



4. Deverá controlar os benefícios adquiridos pelos profissionais antes do plano entrar em vigor, permitindo informar o percentual de aumento anterior e o tempo na qual deverá ser aplicado este percentual sobre o salário base.
391. **Fontes de recurso** - O sistema deverá permitir informar as fontes de recurso disponíveis na SME, informando no mínimo seu nome.
392. **Enquadramento e Estrutura das Carreiras dos Profissionais** - O sistema a ser instalado deverá gerar a tabela de Enquadramento e Estrutura das Carreiras dos Profissionais, onde será parametrizado apenas como cada estrutura deverá ser gerada, ficando a cargo do sistema gerar automaticamente todas as progressões por tempo de serviço dos profissionais e os vencimentos das progressões de qualificações, conforme regras estabelecidas abaixo:
 1. Deverá permitir criar os cargos, digitando a descrição do cargo, descrição abreviada, código de vencimento, Fonte de recurso, valor de vencimento base do cargo, quantas progressões por tempo de serviço e o percentual base de aumento destas progressões.
 2. Deverá permitir informar para cada cargo criado, quais as funções profissionais que serão correspondentes ao cargo criado.
 3. Deverá permitir informar para cada cargo criado, quais as progressões de qualificações, digitando o nome da habilitação, qual área de atuação compete esta habilitação, qual sua posição dentro do cargo, qual o seu percentual de aumento; e se este aumento será calculado através do nível anterior, calculado através do vencimento base ou calculado a partir de uma habilitação específica.
 4. Deverá permitir informar para cada progressão de qualificação criada, as escolaridades pré-estabelecidas pelo Educacenso, que serão correspondentes a cada qualificação criada.
393. **Gestão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos** - O sistema a ser instalado deverá gerenciar todos os profissionais em estágio probatório ou efetivos, aderidos ou não ao plano, conforme regras estabelecidas abaixo:
 1. Deverá exibir uma listagem de todos os profissionais em estágio probatório ou efetivos, contendo no mínimo o nome do profissional, data de admissão, habilitação, cargo, vencimento atribuído pelo plano e o vencimento ajustado com base nos benefícios adquiridos antes da aplicação do plano.
 2. Deverá permitir marcar cada profissional desta listagem como aderido ou não ao plano, respeitando a data limite para desistência previamente cadastrado.
 3. Para cada profissional aderido ao plano que não estiver enquadrado, o sistema deverá permitir enquadrá-lo.
 4. Ao enquadrar um profissional, o sistema deverá exibir todas as qualificações e formações, exibindo com base em suas qualificações e formações, qual enquadramento o profissional irá se encaixar, juntamente do vencimento base e vencimento ajustado.
 5. Ao enquadrar um profissional, o sistema deverá permitir editar o cadastro do profissional, permitindo alterar inclusive suas qualificações e formações.
 6. Ao enquadrar um profissional, o sistema deverá permitir editar a lotação do profissional, permitindo alterar inclusive o cargo que exerce.
 7. O sistema deverá enquadrar o profissional somente se o gestor confirmar as informações do profissional. Após confirmar, o sistema deverá exibir o profissional com seu enquadramento finalizado.
 8. O sistema não deverá permitir enquadrar os profissionais em estágio probatório até que ultrapassem o tempo de estágio pré-estabelecido.
 9. O sistema deverá permitir identificar visualmente os profissionais aderidos ao plano, não aderidos, em estágio probatório, com pendências para enquadramento e com enquadramento finalizado.
 10. O sistema deverá permitir visualizar um quantitativo do total de profissionais gerenciados, dividido por fonte de recurso.



11. O sistema deverá permitir visualizar um quantitativo do valor total pago aos profissionais, dividido por fonte de recurso.
394. **Módulo Nutricional** - O sistema deverá permitir realizar avaliações nutricionais nos alunos para acompanhamento nutricional, identificando alunos em classificações de IMC irregulares, fornecendo informações para adaptar a merenda escolar destes alunos.
395. **Avaliações nutricionais** - O sistema deverá permitir acessar uma lista de todas as turmas da escola, exibindo a frente os meses anuais.
 1. O sistema deverá destacar os meses que possuem avaliações nutricionais lançadas daqueles que não possuem.
 2. Ao acessar um mês, o sistema deverá exibir uma lista de todos os alunos da turma acessada, contendo no mínimo o nome do aluno, sexo, data de nascimento e idade na data da avaliação.
 3. O sistema deverá permitir informar a data da avaliação por aluno ou de todos os alunos ao mesmo tempo.
 4. Para cada aluno, o sistema deverá permitir informar o peso e altura.
 5. Após informar o peso e altura, o sistema irá calcular automaticamente o IMC e a Classificação da criança ou adolescente, conforme Cálculo de IMC infantil disponibilizado pelo programa Telessaúde Brasil: (<http://www.telessaudebrasil.org.br>).
396. **Módulo Transporte Escolar** - O sistema deverá fornecer o gerenciamento da frota escolar através do controle dos veículos, pontos de parada, rotas e lotação dos alunos.
 1. **Veículos** - O sistema deverá permitir cadastrar todos os veículos que compõem a frota escolar, informando no mínimo o Modelo do veículo, Categoria do veículo, Fabricante do veículo, Tipo da frota, Placa, Lotação, e Lugares Especiais.
 2. A categoria e o fabricante do veículo devem ser previamente cadastrados.
 3. O tipo da frota deve ser: própria ou terceirizada.
397. **Pontos de parada** - O sistema deverá permitir cadastrar todos os pontos de parada dos veículos de transporte escolar, informando no mínimo o nome do ponto, CEP, Logradouro, Número, Complemento, Bairro.
 1. O CEP, logradouro e Bairro devem ser previamente cadastrados.
 2. O sistema deverá permitir pesquisar o Endereço através do CEP ou logradouro, trazendo as demais informações do endereço automaticamente.
 3. **Rotas** - O sistema deverá permitir cadastrar todas as rotas que compõem o transporte escolar, informando no mínimo o nome da rota, e o valor pago pela rota.
 4. Para cada rota, o sistema deverá permitir vincular os pontos de parada previamente cadastrados e as escolas disponíveis no sistema, criando uma rota em ordem sequencial de pontos e escolas na qual os veículos devem percorrer.
 5. **Motoristas** - O sistema deverá permitir vincular os motoristas em seus respectivos veículos previamente cadastrados, e este agrupamento a uma rota.
 6. Os motoristas devem ser profissionais previamente cadastrados, que possuem a função de motorista informada através da lotação e vínculo de profissionais (vide módulo de RH).
 7. O sistema deverá permitir informar vários grupos de motoristas e veículos a uma mesma rota.
 8. **Lotação de Alunos** - O sistema deverá permitir informar os alunos que serão transportados para cada agrupamento de motorista e veículos vinculados a uma rota.
 9. O sistema deverá exibir somente os alunos da escola logada.
 10. O sistema deverá exibir somente alunos previamente marcados como utilizadores do transporte escolar (vide cadastro de alunos).
 11. Os alunos já lotados não deverão aparecer na lotação de outras rotas.
398. **Análise personalizada de alunos para o transporte escolar** - O sistema deverá fornecer ao coordenador do transporte escolar uma ferramenta de análise personalizada de alunos que podem precisar de transporte escolar, conforme regras da rede de ensino.



1. A análise deverá exibir uma relação das escolas que utilizam o sistema, exibindo para cada uma, informações de matrículas e alunos que utilizam transporte escolar.
 2. O coordenador do transporte escolar poderá aprofundar a análise para uma escola, onde verá a lista de todos os alunos matriculados, contendo no mínimo seu nome completo, ano de escolaridade, endereço completo, se utiliza transporte escolar, além da distância a pé e de carro de sua residência até a escola.
 3. O coordenador do transporte escolar poderá filtrar esta listagem para exibir somente alunos que utilizam ou não o transporte escolar.
 4. O coordenador do transporte escolar poderá filtrar esta listagem para exibir somente alunos que estão dentro de uma metragem.
 5. O coordenador do transporte escolar poderá filtrar esta listagem para exibir somente alunos da zona urbana ou rural.
 6. O coordenador do transporte escolar poderá filtrar esta listagem para exibir somente alunos de determinados bairros.
 7. O coordenador do transporte escolar poderá filtrar esta listagem para exibir somente alunos de determinados logradouros pertencentes aos bairros filtrados.
 8. O coordenador do transporte escolar poderá filtrar esta listagem para exibir somente alunos de determinados anos de escolaridade.
 9. Todas estas opções de filtro poderão ser utilizadas juntas ou individualmente.
 10. Na listagem de alunos o coordenador poderá escolher um para visualizar no mapa sua rota de carro e a pé.
 11. Este mapa deve exibir destacadamente onde o aluno reside, qual escola estuda, e as demais escolas que a rede de ensino possui.
 12. Este mapa deverá fornecer a visão via satélite e até mesmo a visão das ruas por onde o aluno deverá passar.
 13. Após analisar os dados apresentados, o coordenador do transporte escolar poderá alterar todas as informações de transporte escolar do aluno, incluindo ou excluindo ele do transporte escolar.
399. **Módulo Documentação Escolar** - O sistema a ser instalado deverá permitir gerar diversos relatórios de gerenciamento e documentos necessários à secretaria das escolas, aos alunos e à Secretaria Municipal de Educação. Abaixo, relatórios indispensáveis para a SME e Escolas:
1. **Diário** - O sistema a ser instalado deverá permitir gerar o diário escolar completo, incluindo as informações da data de admissão dos alunos que entraram após o período de efetivação das matrículas, se foram admitidos por remanejamentos ou reclassificações ocorridos na escola ou se foram através de transferências; informações da data de eliminação dos alunos que saíram antes do término do período letivo, se foram eliminados por remanejamentos ou reclassificações ocorridos na escola, através de transferências ou de abandono por parte do aluno.
 - A. O sistema a ser instalado deverá gerar o mapa de apuração de frequência, preenchendo automaticamente os registros de frequência dos alunos, conforme lançamento de faltas. Este registro inicia a contagem da frequência do aluno a partir de sua data de admissão, ignorando os dias anteriores à sua entrada na escola. A frequência para de ser contabilizada a partir da data de eliminação do aluno, ignorando os dias posteriores à sua saída na escola.
 - B. O sistema a ser instalado deverá gerar o registro de conteúdos ministrados e observações, exibidos mensalmente ou diariamente conforme configurado na resolução.
 - C. O sistema a ser instalado deverá gerar a avaliação de desempenho dos alunos, preenchendo automaticamente os registros de notas, incluindo o resultado bimestral, conforme lançado no sistema.
 - D. O sistema a ser instalado deverá gerar a avaliação de desempenho anual dos alunos, preenchendo automaticamente os registros de notas da apuração das etapas, incluindo o resultado final dos alunos e o total de faltas/horas acumulado durante o ano letivo, conforme lançado no sistema.
 - E. A geração do diário deverá ser em formato A4, que permita a impressão em retrato ou paisagem por qualquer impressora que aceite este tipo de papel.



2. **Declaração de escolaridade** - O sistema deverá emitir declaração de escolaridade para os alunos que estão matriculados nas escolas, contendo no mínimo o nome do aluno, ID INEP, filiação, data de nascimento, data de matrícula, turma, ano de escolaridade, horário na qual estuda, e um histórico de frequência mensal para comprovar sua presença em sala de aula.
 - A. Este histórico de frequência deverá exibir a quantidade de faltas mensais que o aluno teve, seu percentual de frequência mensal, e o percentual de frequência global.
3. **Declaração de conclusão** - O sistema deverá emitir declaração de conclusão para os alunos que finalizaram o ano letivo nas escolas, contendo no mínimo o nome do aluno, ID INEP, filiação, data de nascimento, data de matrícula, turma, e ano de escolaridade.
4. **Requisição de Transferência** - O sistema a ser instalado deverá emitir a ficha de requisição de transferência para ser assinada pelo responsável do aluno que solicitou a transferência.
5. **Ficha de Transferência** - O sistema a ser instalado deverá permitir emitir a ficha de transferência para comprovar a saída do aluno e ser arquivada.
6. **Ficha Individual** - O sistema a ser instalado deverá permitir emitir a ficha individual de cada aluno transferido no sistema, conforme modelo configurado pela secretaria de educação e definido na resolução cadastrada dentro do sistema, gerando com base nas informações inseridas através dos lançamentos de notas e faltas, uma ficha de avaliação no qual irá conter informações pessoais do aluno, informando na grade curricular, os dias letivos anuais, dias letivos cursados pelo aluno, a carga horária anual, a carga horária cursada, faltas em horas e a as notas obtidas pelo aluno até sua transferência.
7. **Lançamento da ficha individual externa** - O sistema deverá permitir lançar a ficha individual dos aluno que vieram de escolas dentro ou fora da rede de utilização do sistema, exibindo todos os alunos que possuem data da matrícula superior ao primeiro mês letivo do calendário escolar.
 - A. Caso o aluno possuir transferências no sistema, dentro do ano letivo, e para o mesmo ano de escolaridade da matrícula atual do aluno, o sistema deverá exibir sua última transferência, contendo no mínimo o nome da escola, cidade da escola, data da transferência, dias letivos anuais, dias letivos cursados, carga horária anual, carga horária cursada, faltas/horas, e os valores obtidos nos processos avaliativos finais das etapas, divididos por disciplina.
 - B. O sistema deverá permitir ao usuário aceitar ou rejeitar estas informações exibidas automaticamente pelo sistema, conforme documentação apresentada pelo aluno.
 - C. Caso o secretário escolar aceite as informações geradas automaticamente, o sistema deverá transcrever estas informações nos campos de lançamento da ficha individual do aluno.
 - D. Caso o secretário escolar aceite as informações geradas automaticamente, o sistema deverá exibir as notas do aluno nos devidos campos da funcionalidade gestão de faltas e notas, boletim de papel, boletim online, e diário escolar.
 - E. Caso o secretário escolar descarte as informações geradas automaticamente, o sistema deverá permitir lançar o nome da escola, cidade da escola, data da transferência, dias letivos anuais, dias letivos cursados, carga horária anual, carga horária cursada, faltas/horas, e os valores obtidos nos processos avaliativos finais das etapas, divididos por disciplina.
 - F. O nome da escola e a cidade devem estar previamente cadastrados.
 - G. Caso o nome da escola não seja encontrado no cadastro das escolas, o sistema deverá armazenar o nome da escola nova em um local separado do cadastro.
 - H. Para o lançamento dos valores obtidos nos processos avaliativos finais das etapas, o sistema deverá exibir as disciplinas que compõem o quadro curricular de acordo com o ano de escolaridade da matrícula do aluno, e as etapas cadastradas no calendário escolar, gerando uma tabela com as etapas nas colunas e as disciplinas nas linhas.
 - I. Para o lançamento dos valores obtidos nos processos avaliativos finais das etapas, o sistema deverá identificar através do ano de escolaridade da matrícula do aluno, se serão lançados notas ou conceitos.
 - J. Caso o processo avaliativo seja através de notas, o sistema não deverá permitir lançar notas acima do valor da etapa cadastrada no calendário escolar.
 - K. O sistema não deverá permitir lançar os valores obtidos nos processos avaliativos finais das etapas, na qual o aluno já possua estas informações lançadas, através do lançamento de notas.



- L. O sistema deverá permitir anexar o documento original de transferência entregue pelo aluno.
- 8. **Histórico Escolar** - O sistema deverá permitir a impressão do histórico escolar do aluno, conforme modelo previamente configurado e vinculado na resolução vigente.
- 9. **Lançamento manual do Histórico Escolar** - O sistema deverá permitir que seja registrado manualmente o histórico escolar dos alunos que possuem registros antes da implantação do sistema, ou que vieram de fora da rede de ensino.
- A. O secretário escolar deverá selecionar o nível de ensino e ano de escolaridade que irá registrar, informar a escola de origem, ano, data de conclusão, dias letivos cursados, carga horária anual e total anual de faltas em horas.
- B. O total anual poderá ser automaticamente preenchido caso o histórico escolar possuir as faltas registradas separadamente por disciplina.
- C. O secretário escolar poderá registrar qualquer observação vinda no histórico escolar.
- D. O secretário escolar poderá registrar todas as disciplinas cursadas pelo aluno, informando para cada uma sua respectiva quantidade de faltas em horas e o desempenho obtido na matéria.
- E. Após o preenchimento manual do histórico escolar, o secretário poderá realizar sua impressão, conforme modelo previamente configurado e vinculado na resolução vigente.
- 10. **Histórico de Frequência** - Deverá exibir o histórico de frequência por aluno, gerando gráficos com porcentagens de frequência para facilitar a análise de faltas dos alunos e suas justificativas.
- 11. **Boletim Escolar** - O sistema a ser instalado deverá permitir emitir o boletim escolar do aluno, gerando com base nas informações inseridas através dos lançamentos de notas e faltas, o resultado obtido pelo aluno nas disciplinas e as faltas obtidas em cada etapa, inclusive o resultado final dos alunos.
- 12. **Ficha de Matrícula** - O sistema a ser instalado deverá permitir emitir a ficha de matrícula dos alunos que entraram a escola, conforme modelo previamente configurado na resolução vigente.
- 13. **ATA de resultado final** - O sistema deverá permitir a impressão da ATA de resultado final de todas as turmas da escola, contendo o cabeçalho com no mínimo o nome da escola, ano letivo, data de encerramento do ano letivo, ano de escolaridade da turma, nome da turma, dias letivos trabalhados na turma, e carga horária anual.
- A. A ATA também deverá exibir uma relação de todos os alunos que estudaram na turma, contendo no mínimo o nome, data de nascimento, desempenho e faltas obtidas em cada disciplina, total de faltas horas, e sua situação final.
- B. O sistema deverá permitir registrar observações na ATA.
- C. A ATA poderá ser impressa em retrato ou paisagem, formato A4.
- 400. **Relatório personalizado de profissionais** - O sistema deverá permitir gerar relatórios personalizados das informações dos profissionais, permitindo filtrar para exibir os profissionais por situação funcional.
- A. A situação funcional poderá ser ativo, rescindido, removido, demitido, ou exonerado.
- B. O sistema deverá permitir ao usuário selecionar se deseja imprimir as lotações dos profissionais, permitindo ainda selecionar os seguintes campos da lotação para exibir: cargo, número de matrícula, data admissão, data desligamento, tipo de contratação, ch mensal, e situação Funcional.
- C. O sistema deverá permitir ao usuário selecionar se deseja imprimir os vínculos dos profissionais, permitindo ainda selecionar os seguintes campos do vínculo para exibir: função, unidade, data início do vínculo, ch mensal, e situação Funcional.
- D. O sistema deverá permitir ao usuário selecionar as seguintes informações extras dos profissionais: Data de nascimento, Documento, Escolaridade, Endereço, Telefone, e e-mail.
- E. O sistema deverá permitir ao usuário selecionar para visualizar quantitativos de profissionais por cargo, função, ou escolaridade.
- 2. **Relatório de aniversariantes** - O sistema deverá emitir um relatório dos aniversariantes de cada mês. Este relatório deverá ser separado entre alunos e professores.
- 3. **Emissão de crachás** - O sistema deverá gerar crachás para alunos e profissionais, contendo no mínimo o nome, filiação, escola, endereço, telefone, e a foto caso tenha no cadastro da pessoa.



4. **Livro de matrículas** - O sistema deverá gerar um livro de todas as matrículas já realizadas na escola, contendo no mínimo o número de matrícula, nome do aluno, filiação, data de nascimento, ano de escolaridade, turma, e todas as observações referente a matrícula do aluno, como suas admissões e eliminações.
5. **Carômetro** - O sistema deverá gerar um relatório agrupado por turma, contendo todos os nomes dos alunos e a frente suas respectivas fotos, caso esteja previamente anexadas ao cadastro da pessoa.
401. **Módulo EJA (Educação de Jovens e Adultos)** - O sistema a ser instalado deverá permitir atender todas as regras necessárias para o gerenciamento das turmas EJA, diferenciando, através de anos letivos separados e com calendários específicos, conforme os tipos abaixo descrito:
 1. Gerenciar turmas de EJA semestrais – O calendário escolar deverá exibir somente os dias letivos e escolares correspondentes aos períodos de início e fim dos mesmos.
 2. O sistema a ser instalado deverá permitir gerenciar todas as turmas EJA, de forma a preencher todos requisitos exigido pelo MEC, movimentando todo o fluxo do sistema solicitados nos módulos anteriores.
 3. Gerenciar turmas de EJA Anuais – Caso o ano de escolaridade ultrapassa de um ano escolar para o outro, o sistema a instalar deverá permitir que o período letivo do ano letivo e calendário escolar inicie em um ano e termine no outro.
 4. O sistema a ser instalado deverá permitir gerenciar todas as turmas EJA, de forma a preencher todos requisitos exigido pelo MEC movimentando todo o fluxo do sistema solicitados nos módulos anteriores.
402. **Sistema De Controle Interno** - Este Aplicativo deverá, necessariamente, contemplar as seguintes exigências:
 1. Permitir que o Controlador interno e sua equipe possa realizar o “controle” prévio, antes da abertura do processo administrativo de compras;
 2. Permitir que o Controlador interno e sua equipe possa realizar o “controle” concomitante até a realização do pagamento;
 3. Permitir que o Controlador interno e sua equipe possa realizar o “controle” fiscalizador, após a realização do pagamento;

Monte Carmelo/MG, 16 de Junho de 2017.

Paulo Rodrigues Rocha
Secretário Municipal de Fazenda

Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Pregoeiro



ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

Pelo presente instrumento, credenciamos o Sr. _____, portador do Documento de Identidade n.º _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

_____/____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ

Obs.: Assinatura com Firma reconhecida e cartório.



ANEXO III

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____ / ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

A EMPRESA _____, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede a Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, **DECLARA**, que cumpre plenamente todos os requisitos exigidos na habilitação do Pregão presencial nº. _____, inexistido, fato superveniente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____/____/____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO — SIMPLES NACIONAL

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, portador do Documento de Identidade nº. _____, inscrito no CPF sob nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que é optante do —SIMPLES NACIONALII.

_____/____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº. _____, inscrito no CPF sob o nº. _____ **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º. 8.666/93. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

_____/____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO VII
ANÁLISE CONTÁBIL-FINANCEIRA

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

NOME DA EMPRESA: _____

1-
Liquidez
Corrente

2 –
Liquidez Seca

3-
Liquidez Geral

3 –
Solvência Geral

5-
Composição de
Capitais

_____/____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO VIII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

Itens Obrigatórios na Proposta de Preços

Item	Un	Qtde.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total

- Valor Global da Proposta;

- Valor unitário por item;

- Validade da Proposta 60 dias;

- Despesas inerentes a impostos, tributos e outros correrão totalmente por conta da Empresa Contratada;

- Prazo de Vigência do Contrato: O Prazo de Vigência do Contrato inicia-se na data de sua assinatura e terá vigência 12 meses;

- Condições de Pagamento: O Pagamento será efetuado em até 30(Trinta) dias após cada etapa da Prestação de Serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente;

- Da Prestação de Serviços: Os Serviços deverão ser iniciados imediatamente após a Assinatura do Contrato e Emissão da Autorização do Fornecimento;

- Do prazo de Instalação: A empresa Contratada deverá realizar os serviços de IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, TREINAMENTOS, de acordo com as especificações do termo de referência, no prazo máximo de 35 (trinta e Cinco) dias após a Assinatura do Contrato e Emissão da Autorização do Fornecimento.

Em anexo à Proposta de Preços (dentro do envelope) a empresa deverá apresentar o seguinte



documento, sob pena de desclassificação:

a) - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação, conforme modelo contido no Anexo IV:

_____/____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa, com sede na n.º, em, estado de, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º, através de seu(diretor, sócio gerente ou responsável legal), Sr.(ª), titular da carteira de identidade n.º e do CPF/MF n.º, declara, sob as penas da lei, que não foi considerada inidônea e/ou suspensa para licitar ou contratar com a administração pública.

_____/____/____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO X

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONHECIMENTO DO GRAU DE DIFICULDADE PARA A IMPLANTAÇÃO
E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

A empresa, com sede na n.º, em, estado de, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º, através de seu (diretor, sócio gerente ou responsável legal), Sr.(ª), titular da carteira de identidade n.º e do CPF/MF n.º, declara, sob as penas da lei, que conhecemos as dependências da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, juntamente com todas as suas unidades, setores administrativos, saúde, almoxarifados, frotas, escolas e creches, enfim, declaramos conhecimento pleno das áreas envolvidas no objeto desta licitação e suas estruturas organizacionais, a infraestrutura de hardwares e softwares existentes (rede, terminais, servidores, banco de dados e sistemas de programas de computador instalados).

_____/____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa

Nº CNPJ



ANEXO XI

MINUTA DO FUTURO CONTRATO

Processo nº: 108/2017

Modalidade: Pregão nº 66/2017

Edital nº: 66/2017

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: Refere-se a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo.

Instrumento Contratual para a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência**, que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a empresa.....

Pelo presente instrumento, que entre si celebram o município de Monte Carmelo, com sede nesta cidade à Praça Getúlio Vargas nº 272, inscrita no CGC/MF sob o nº 18.593.103/0001-78, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, o Sr. Paulo Rodrigues Rocha, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº _____.____.____-__, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa....., sediada na cidade de..... à, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF/MF sob o nº....., residente e domiciliado na cidade de....., doravante denominada **CONTRATADA**, convencionam a **Prestação de serviços de e fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência**, subordinado às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Dos Fundamentos

- 1.1 - O presente instrumento contratual decorre da Licitação Pregão Presencial nº 66/2017, homologada em....., do tipo Menor Preço por Item, de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Municipal nº.606 de 17 de Fevereiro de 2006, Lei



Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014.

- 1.2 - Os Casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto nas Leis supramencionadas e segundos os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público.
- 1.3 - Este Contrato é lavrado com vinculação ao Edital, Pregão Presencial nº 66/2017, a teor do artigo 55, inciso XI, da Lei 8.666/93.
- 1.4 - Integram o presente Contrato, o respectivo Processo sob o nº 108/2017.

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1 - Constitui-se objeto deste instrumento a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de gestão, integrado, englobando os serviços de instalação, implantação, conversão, treinamento, manutenção que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme descritos no Termo de Referência**, atendendo a discriminação contida no Termo de Referência do presente Edital.

Cláusula Terceira - Normas de Execução

3.1 - **A CONTRATADA** obriga-se a executar o presente contrato, observando o estabelecido nos documentos abaixo relacionados, que constituem parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1 - Edital e Anexos do Pregão Presencial nº 66/2017
- 2 - Proposta da Contratada
- 3 - Ata de Julgamento da Licitação

Cláusula Quarta - Preço e Forma de Pagamento

4.1 - PREÇO - O preço da presente contratação atende ao abaixo especificado (conforme proposta vencedora adjudicada):

4.2 - VALOR GLOBAL - O valor global para a presente contratação é de R\$
(.....);

4.3 - FORMA DE PAGAMENTO - O Pagamento será efetuado em até 30(Trinta) dias após cada da Prestação de Serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

Cláusula Quinta - Prazo de Vigência e Execução do Contrato



5.1 - O Prazo de vigência do contrato inicia-se da sua assinatura e terá vigência de 12 meses.

5.2 - Do prazo de Instalação: A empresa Contratada deverá realizar os serviços de IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTOS, de acordo com as especificações do termo de referência, no prazo máximo de 35 (trinta e Cinco) dias após a Assinatura do Contrato e Emissão da Autorização do Fornecimento.

Cláusula Sexta - Recursos Orçamentários

6.1 - As despesas desta contratação correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

02.20.20.00.04.123.4001.00.2.185.3.3.90.39.00.00.100 – Ficha 171 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Cláusula Sétima - Obrigações e Responsabilidades

7.1 - DA CONTRATADA:

7.1.1 – Promover a Prestação dos Serviços homologados a seu favor, de acordo com as Descrições e prazos determinados no Edital e seus anexos, independente ou não de sua Transcrição.

7.2 - DA CONTRATANTE:

7.2.1 - Efetuar os Pagamentos na forma e prazo estabelecido na cláusula quarta.

7.2.2 - Proceder a conferência dos itens Homologados, de acordo com as exigências contidas no edital e anexos.

Clausula oitava - Modificações e Aditamentos

8.1 - Qualquer modificação de forma qualidade, quantidade (redução ou acréscimo), bem como prorrogação de prazo, poderá ser determinada pela CONTRATANTE através de aditamento, atendidas as disposições previstas na Lei 8.666 de 21/06/93.

Cláusula Nona - Das Penalidades

9.1 - Sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Seção II do Capítulo IV, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a CONTRATADA poderá incorrer nas seguintes multas:

- a) 2% (Dois por cento) sobre o valor global do contrato, se deixar de cumprir uma das cláusulas do instrumento contratual;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, se por sua culpa for rescindido o mesmo, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O valor referente às multas será descontado no pagamento subsequente a que



fizer jus a CONTRATADA.

SUBCLAÚSULA SEGUNDA - As multas acima mencionadas são independentes, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

Cláusula Dez - Rescisão Contratual

10.1 - O contrato poderá ser rescindido uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte da CONTRATANTE, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados nos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

Clausula Onze - Dos Casos Omissos

11.1 - Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666 de 21/06/93 e, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

Clausula Doze - Do Foro

12.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Carmelo/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

12.2 - E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Monte Carmelo/MG..... de..... de 2017

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: